

SIBELE LEANDRA PENNA SILVA

**CICLO POLÍTICO-ORÇAMENTÁRIO: UM ESTUDO EM MUNICÍPIOS DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – 2000/2008**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2010

SIBELE LEANDRA PENNA SILVA

**CICLO POLÍTICO-ORÇAMENTÁRIO: UM ESTUDO EM MUNICÍPIOS DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – 2000/2008**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 16 de dezembro de 2010.

Prof. Afonso Augusto T. F.C. Lima
(Co-Orientador)

Prof. Adriel Rodrigues de Oliveira

Prof. José Roberto Reis

Prof. Marcelo Ottoni Durante

Prof. Walmer Faroni
(Orientador)

A meus pais Adalmir e Cecília
e a meus irmãos, Alexander e Alessandra,
com todo meu amor.

... porque há tamanha distância entre como se vive e como se deveria viver, que aquele que trocar o que se faz por aquilo que se deveria fazer aprende antes a arruinar-se que a preservar-se; pois um homem que queira fazer em todas as coisas profissão de bondade deve arruinar-se entre tantos que não são bons. Daí ser necessário a um príncipe, se quiser manter-se, aprender a poder não ser bom e a valer-se ou não disto segundo a necessidade.

(Maquiavel)

AGRADECIMENTOS

A Deus e à Grande Mãe, pelas incontáveis bênçãos que têm propiciado em minha vida.

Aos meus pais e irmãos, pelo incessante apoio e imensurável carinho.

Ao Luca, um pequeno ser de luz que me ensinou o valor do recomeço.

À Denise, Jeby e Dolly, pela presença e constante apoio.

Aos meus grandes amigos, pelo companheirismo e convivência.

Ao Departamento de Administração, pelas oportunidades de crescimento profissional.

Ao meu orientador, professor Walmer, pelos conhecimentos de pesquisador, paciência de pai e convivência de amigo durante todo este tempo e por ser uma pessoa incrível e exímio profissional.

À professora Suely, pela oportunidade em desfrutar de sua experiência e sabedoria, que serviram como apoio na continuidade dessa caminhada.

Ao professor Afonso, pela presença carinhosa e valiosas sugestões para concretização desta pesquisa.

Ao professor Marco Aurélio, por possibilitar a aprendizagem dos recursos essenciais ao desenvolvimento deste trabalho.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Administração, pelos ensinamentos e contribuição à minha formação.

A todos os meus amigos colegas de pós-graduação, em especial, Zélia, Michele, Ivy, Fernanda e Antônio Brunozzi, pelo apoio, incentivo e, sobretudo, pela amizade.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para realização deste trabalho.

BIOGRAFIA

SIBELE LEANDRA PENNA SILVA, filha de Adalmir Silva e Cecília Penna Silva, nasceu em 27 de novembro de 1972, na cidade de Ponte Nova, MG.

Em dezembro de 1999, graduou-se no curso de Ciências Contábeis, na Faculdade de Ciências Contábeis de Ponte Nova (FACCO). Em 2001, especializou-se em Gestão de Micro e Pequenas Empresas pela Universidade Federal de Lavras; e, em 2003, especializou-se em Auditoria em Saúde pela Universidade do Tocantins.

Atuou como professora substituta do Departamento de Administração da Universidade Federal de Viçosa por duas vezes, onde ministrou as disciplinas de Contabilidade Geral, Contabilidade de Instituições Financeiras, Estrutura e Análise das Demonstrações Contábeis, Teoria da Contabilidade e Perícia Contábil, além de exercer funções técnico-científico-administrativas.

Foi docente no Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (ITPAC), em Araguaína, TO, exercendo, também, funções de coordenadora da Empresa Júnior e de atividades técnico-científicas.

Como profissional da área contábil, atuou na área pública e privada desde 1998. Foi membro do setor de contabilidade em Ponte Nova, MG; trabalhou no Escritório Acácio Contábil Ltda., em Araguaína, TO, como coordenadora da equipe de contabilidade e finanças; exerceu o cargo de

contadora do município de Santa Cruz do Escalvado, MG; e, atualmente, exerce trabalhos de consultoria como autônoma.

Em 2008, foi selecionada para o programa de Mestrado em Administração na Universidade Federal de Viçosa, tendo defendido a dissertação em dezembro de 2010.

Atualmente é docente e coordenadora do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Minas (FAMINAS), Muriaé, MG.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	xii
LISTA DE FIGURAS	xv
RESUMO	xvi
ABSTRACT	xviii
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Considerações iniciais	1
1.2. O problema e sua justificativa	3
1.3. Objetivos	5
1.3.1. Objetivo geral	5
1.3.2. Objetivos específicos.....	5
1.4. Organização do estudo	5
2. REVISÃO DE LITERATURA	6
2.1. Estado, economia e mercado	6
2.1.1. O estado: aspectos conceituais.....	7
2.1.2. A economia política	10
2.1.2.1. O pensamento econômico clássico.....	12
2.1.2.2. O pensamento econômico neoclássico.....	14

2.1.2.3. O pensamento econômico de Keynes.....	14
2.1.2.4. Economia política do welfare state.....	15
2.1.2.5. Teoria da public choice	16
2.1.3. A intervenção do estado na economia	17
2.1.4. O estado como espaço de conflitos.....	19
2.2. Os ciclos de negócios	23
2.2.1. Os ciclos de negócios sob a perspectiva de Schumpeter	27
2.3. Teoria dos ciclos político-econômicos	32
2.3.1. Modelos tradicionais oportunistas	38
2.3.2. Modelos tradicionais partidários	40
2.3.3. Modelos racionais.....	42
2.3.4. Modelos racionais partidários.....	43
2.3.5. Modelo do ciclo político-orçamentário	44
2.4. Gestão pública	45
2.4.1. Administração pública no Brasil	48
2.4.2. Nova administração pública	49
2.5. Finanças públicas	51
2.5.1. O papel do estado frente às falhas de mercado	51
2.5.2. A ação do estado através da política fiscal	54
2.5.2.1. Função alocativa	54
2.5.2.2. Função distributiva	55
2.5.2.3. Função estabilizadora	56
2.6. Orçamento público.....	57
2.6.1. Receita pública.....	59
2.6.2. Despesa pública.....	61
2.7. Estudos empíricos	63
2.8. O Estado de Minas Gerais	65

2.8.1. Aspectos geográficos	66
2.8.2. Aspectos econômicos.....	67
2.8.3. Aspectos políticos.....	70
2.8.4. As mesorregiões do Estado de Minas Gerais	72
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	77
3.1. Caracterização da pesquisa.....	77
3.2. População, amostra e coleta de dados	79
3.3. Variáveis e definições	80
3.3.1. Variáveis dependentes	81
3.3.2. Variáveis independentes	83
3.4. Tratamento dos dados e análises estatísticas	87
3.4.1. Regressão linear múltipla	88
3.4.1.1. Pressupostos da regressão linear	89
3.4.1.2. Testes estatísticos.....	93
3.4.2. Análise de dados em painel	94
3.4.2.1. Métodos de estimação	95
3.5. Proposta de análise	96
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	100
4.1. Resultados para os municípios do Estado de Minas Gerais	100
4.1.1. Estatísticas descritivas	100
4.1.2. Matriz de correlações	103
4.2. Resultados para mesorregiões do estado	113
4.2.1. Estatísticas descritivas	113
4.2.2. Gastos sociais como variável dependente	134
4.2.3. Análise complementar	144
5. CONCLUSÕES	149
5.1. Limitações e sugestões de pesquisa	151

5.2. Implicações do estudo para a gestão pública	152
REFERÊNCIAS.....	153
APÊNDICES	164
APÊNDICE A	165
APÊNDICE B	172

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Classificação da literatura dos ciclos político-econômicos.....	37
Tabela 2 - Taxa de crescimento médio anual do PIB.....	68
Tabela 3 - Estados com maior participação no PIB nacional em 2007	68
Tabela 4 - PIB corrente segundo setores de atividade em 2009.....	69
Tabela 5 - Classificação dos gastos públicos	82
Tabela 6 - Frequência dos partidos políticos.....	85
Tabela 7 - Equações estimadas pelo comando <i>stepwise</i>	97
Tabela 8 - Variáveis excluídas pelo método <i>stepwise</i>	98
Tabela 9 - Estatísticas descritivas: municípios do Estado de Minas Gerais...	100
Tabela 10 - Matriz de correlações: municípios do Estado de Minas Gerais...	105
Tabela 11 - Resultados: despesa orçamentária como variável dependente..	106
Tabela 12 - Resultados: gastos sociais como variável dependente.....	109
Tabela 13 - Resultados: gastos econômicos como variável dependente.....	111
Tabela 14 - Resumo dos resultados para os municípios do Estado de Minas Gerais	113
Tabela 15 - Estatísticas descritivas: Mesorregião 1 – Campo das Vertentes	114
Tabela 16 - Estatísticas descritivas: Mesorregião 2 – Central Mineira.....	114

Tabela 17 - Estatísticas descritivas: Mesorregião 3 – Jequitinhonha.....	115
Tabela 18 - Estatísticas descritivas: Mesorregião 4 – Metropolitana de BH ..	115
Tabela 19 - Estatísticas descritivas: Mesorregião 5 – Noroeste de Minas	116
Tabela 20 - Estatísticas descritivas: Mesorregião 6 – Norte de Minas.....	117
Tabela 21 - Estatísticas descritivas: Mesorregião 7 – Oeste de Minas	117
Tabela 22 - Estatísticas descritivas: Mesorregião 8 – Sul e Sudoeste de Minas	118
Tabela 23 - Estatísticas descritivas: Mesorregião 9 – Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	118
Tabela 24 - Estatísticas descritivas: Mesorregião 10 – Vale do Mucuri	119
Tabela 25 - Estatísticas descritivas: Mesorregião 11 – Vale do Rio Doce	120
Tabela 26 - Estatísticas descritivas: Mesorregião 12 – Zona da Mata	120
Tabela 27 - Regressão: Mesorregião 1 – Campo das Vertentes	122
Tabela 28 - Regressão: Mesorregião 2 – Central Mineira.....	123
Tabela 29 - Regressão: Mesorregião 3 – Jequitinhonha.....	124
Tabela 30 - Regressão: Mesorregião 4 – Metropolitana de Belo Horizonte ...	124
Tabela 31 - Regressão: Mesorregião 5 – Noroeste de Minas	125
Tabela 32 - Regressão: Mesorregião 6 – Norte de Minas.....	125
Tabela 33 - Regressão: Mesorregião 7 – Oeste de Minas	126
Tabela 34 - Regressão: Mesorregião 8 – Sul e Sudoeste de Minas	127
Tabela 35 - Regressão: Mesorregião 9 – Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	127
Tabela 36 - Regressão: Mesorregião 10 – Vale do Mucuri	128
Tabela 37 - Regressão: Mesorregião 11 – Vale do Rio Doce	128
Tabela 38 - Regressão: Mesorregião 12 – Zona da Mata.....	129
Tabela 39 - Resumo das regressões para mesorregiões do Estado de Minas Gerais - variável dependente Despesa Orçamentária (DORÇ).....	133
Tabela 40 - Regressão: Mesorregião 1 – Campo das Vertentes	134
Tabela 41 - Regressão: Mesorregião 2 – Central Mineira.....	135
Tabela 42 - Regressão: Mesorregião 3 – Jequitinhonha.....	135

Tabela 43 - Regressão: Mesorregião 4 – Metropolitana de Belo Horizonte ...	136
Tabela 44 - Regressão: Mesorregião 5 – Noroeste de Minas	136
Tabela 45 - Regressão: Mesorregião 6 – Norte de Minas.....	137
Tabela 46 - Regressão: Mesorregião 7 – Oeste de Minas	138
Tabela 47 - Regressão: Mesorregião 8 – Sul e Sudoeste de Minas	138
Tabela 48 - Regressão: Mesorregião 9 – Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	139
Tabela 49 - Regressão: Mesorregião 10 – Vale do Mucuri	139
Tabela 50 - Regressão: Mesorregião 11 – Vale do Rio Doce	140
Tabela 51 - Regressão: Mesorregião 12 – Zona da Mata.....	140
Tabela 52 - Resumo das regressões para mesorregiões do Estado de Minas Gerais - Variável Dependente: Gastos Sociais (GSOC)	143
Tabela 53 - Variável Dependente: Despesa Orçamentária.....	145
Tabela 54 - Variável Dependente: Gastos Sociais.....	146
Tabela 55 - Variável Dependente: Gastos Econômicos.....	147
Tabela 1A - Microrregiões e municípios de Minas Gerais classificados por mesorregião.....	165
Tabela 1B - Municípios excluídos da amostra por falta de dados completos.	172

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A ação econômica e seus principais condicionantes.	11
Figura 2 - A dinâmica dos ciclos de negócios.	24
Figura 3 - As fases dos ciclos de negócios.	26
Figura 4 - Interação entre economia e política.	35
Figura 5 - Interação entre economia e política.	38
Figura 6 - Ciclos politicamente induzidos.	39
Figura 7 - Modelo dos ciclos político-econômicos partidários.	41
Figura 8 - Mesorregiões geográficas de Minas Gerais.	73
Figura 9 - Microrregiões geográficas de Minas Gerais.	73

RESUMO

SILVA, SibeLe Leandra Penna, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2010. **Ciclo político-orçamentário: um estudo em municípios do Estado de Minas Gerais – 2000/2008**. Orientador: Walmer Faroni. Coorientadores: Afonso Augusto Teixeira de Freitas de Carvalho Lima e Marco Aurélio Marques Ferreira.

O objetivo deste trabalho é analisar o comportamento dos gastos públicos dos municípios mineiros e a relação de suas flutuações com o calendário eleitoral. As unidades de análise correspondem aos 853 municípios do estado de Minas Gerais, divididos de acordo com a classificação por mesorregiões geográficas, para o período de 2000-2008. O estudo é predominantemente quantitativo, descritivo e bibliográfico, tendo sido utilizados dados secundários, coletados através de sítios eletrônicos de órgãos oficiais. Analisou-se o comportamento dos gastos municipais mineiros no período de 2000 a 2008, englobando as eleições municipais de 2000 e 2008, a fim de detectar comportamentos cíclicos na condução da política fiscal. Utilizando uma abordagem econométrica de dados em painel, foram testadas as Despesas Orçamentárias, os Gastos Sociais e Gastos Econômicos a fim de

detectar possíveis manipulações de caráter eleitoral executadas pelos governantes. Os resultados sugerem que, para os municípios do estado de Minas Gerais, o calendário eleitoral exerce influência estatisticamente significativa sobre o comportamento das despesas públicas, tendo sido encontrado o mesmo resultado para cada mesorregião do Estado de Minas Gerais.

ABSTRACT

SILVA, Sibeles Leandra Penna, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, December, 2010. **Budgetary political cycle: a study in the cities of Minas Gerais - 2000/2008**. Adviser: Walmer Faroni. Co-advisers: Afonso Augusto Teixeira de Freitas de Carvalho Lima and Marco Aurélio Marques Ferreira.

The aim of this study is to analyze the behavior of public spending in those cities and the relationship of its fluctuations with the electoral calendar. The units of analysis correspond to the 853 municipalities of Minas Gerais, divided according to the classification by geographic regions for the period 2000-2008. The study is primarily quantitative, descriptive literature, having been used secondary data collected from sites of official bodies. We analyzed the behavior of municipal expenditure miners from 2000 to 2008, covering the municipal elections of 2000 and 2008 in order to detect cyclical behavior in the conduct of fiscal policy. Through an econometric approach to panel data, we tested the Expenditure Budget, the Economic Costs and Social Expenditure in order to detect possible manipulation of an electoral nature performed by the rulers. The results suggest that for the municipalities of Minas Gerais, the electoral calendar has statistically significant influence on the behavior of public expenditure, having been found the same result for each mesoregion are.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Considerações iniciais

A análise integrada dos sistemas político e econômico tem validado a hipótese segundo a qual os resultados das eleições são, diretamente, influenciados pelo desempenho da economia. Esta relação é evidenciada pelo fato que medidas como o aumento de tributos ou desvalorização cambial dificilmente seriam anunciadas pelos governantes, num período próximo às eleições

Considerando-se a tendência do ser humano a atender seus interesses individuais, os políticos tendem a buscar sua permanência no poder, através de sua reeleição ou de seu sucessor. No intuito de atender aos seus objetivos, os gestores tentam sinalizar para o eleitorado suas qualidades, realizações e competência administrativa.

Desse modo, nos períodos próximos às eleições, os gestores passam a atuar de forma a convencer os eleitores de que seu governo é necessário e adequado às necessidades e desejos da sociedade. Para isso, diversas ações são tomadas como forma de explicitar a competência governamental, tais como o aumento da oferta de bens e serviços sociais e a redução tributária.

Esta abordagem diverge das concepções clássicas que, desconsiderando aspectos institucionais, políticos e culturais, apresentam o governo como um agente benevolente que, conhecendo as necessidades e

anseios da população, oferta bens e serviços públicos para maximizar o bem-estar da sociedade.

O comportamento dos políticos frente ao calendário eleitoral foi alvo das primeiras discussões nos trabalhos de Kalecki (1943), Akerman (1947) e Downs (1957), pioneiros na apresentação de modelos formais que explicassem o impacto dos fatores políticos na economia.

A partir da década de 70, a percepção da existência de interesses individuais dos governantes, que podem incentivá-los a utilizar instrumentos econômicos para obter benefícios políticos, levou alguns economistas a intensificarem as discussões sobre a influência do calendário eleitoral nas decisões relativas à condução da política econômica.

Assim, partindo da concepção de que as flutuações na economia são causadas, pelo menos em parte, pelo fato de a proximidade das eleições poder influenciar os governantes a manipular os instrumentos da política econômica e fiscal, visando expandir a economia e criar um cenário favorável à sua manutenção no poder e, após o período eleitoral, implementarem ações para reverter os efeitos adversos causados pela política implementada anteriormente, surgia a Teoria dos Ciclos Político-Econômicos.

A literatura sobre esta abordagem apresenta diferentes interpretações quanto aos motivos que levam os governantes a implementarem determinadas políticas públicas em detrimento de outras. Uma vertente supõe que os políticos são motivados pela ideologia partidária, enquanto outros modelos sugerem que os governantes agem por motivos individuais, de forma oportunista, visando sua permanência no poder.

Outra distinção encontrada nos modelos refere-se à formação das expectativas do eleitorado: os primeiros estudos caracterizam os eleitores como ingênuos, formando suas expectativas de forma adaptativa, baseando-se somente em fatos passados; entretanto, a outra linha de estudos apresenta o eleitor a partir de expectativas racionais, baseando sua escolha em previsões futuras.

Na década de 1970, desenvolveu-se a Teoria dos Ciclos Político-Econômicos Tradicionais, representados por dois modelos: Oportunistas e Partidários. O primeiro modelo foi desenvolvido por Nordhaus (1975), segundo o qual os políticos agem visando unicamente o atendimento de seus interesses

individuais para manutenção no poder; e o segundo modelo, apresentado por Hibbs (1977), sugere que as políticas públicas são implementadas pelos governantes, como forma de atender e garantir a manutenção da ideologia partidária à qual pertencem. Ambos consideram a hipótese de votantes com expectativas adaptativas, pois, eles teriam memória curta em relação a questões macroeconômicas, tomando suas decisões eleitorais com base no passado.

Na década de 1980, surgiu a Teoria dos Ciclos Político-Econômicos Racionais, também dividida em dois modelos: Oportunista, representado por Rogoff e Sibert (1988) e Partidário, desenvolvido por Alesina (1987). Ambos consideram a hipótese dos eleitores, que tomam suas decisões com base no acesso tempestivo das informações econômicas.

Dessa maneira, em função do comportamento político, os modelos de ciclos políticos podem ser classificados em partidários ou oportunistas e, em função das hipóteses adotadas sobre as expectativas dos agentes, podem ser designados em tradicionais e racionais.

Em relação ao Orçamento Público, na medida em que o Poder Executivo pode determinar a execução orçamentária, o grande volume de recursos envolvidos neste processo leva-o a ser um possível instrumento de manobra eleitoral, na medida em que os gestores podem utilizá-lo com fins de promoção pessoal ou partidária.

No entanto, considerando que o governo, através de suas funções alocativa, distributiva e estabilizadora, tem a finalidade de atender as demandas sociais no sentido de proporcionar o bem-estar da população, as ações governamentais não deveriam ser executadas com vistas a tais estratégias políticas.

1.2. O problema e sua justificativa

A análise do comportamento dos gastos públicos municipais justifica-se pela importância que este nível de poder político desempenha no bem-estar da população, dada sua proximidade com os cidadãos, quando comparada com os Estados ou a União. Em decorrência disto, é razoável supor que a demanda

social por recursos públicos recaia principalmente sobre os municípios, devido à referida proximidade.

Outro fator de relevância para o estudo, ao considerar-se a idéia de que as políticas públicas nacionais têm um impacto menor na percepção do eleitor sobre o governante do que a nível municipal, pois a maior parte dos bens públicos é ofertada por níveis menos agregados de poder político.

A importância da pesquisa também relaciona-se ao papel desempenhado pelo Estado de Minas Gerais no cenário político e econômico do país. Apesar da disponibilidade de alguns estudos sobre os municípios brasileiros na literatura pesquisada, não foram encontrados trabalhos que analisem a existência de ciclos eleitorais nas mesorregiões do estado Minas Gerais.

A literatura dos Ciclos Político-Econômicos é internacionalmente vasta e centrada, em sua maioria, nos grandes agregados econômicos dos países (taxa de inflação, crescimento e desemprego nacionais) e na sua interação com os institutos políticos centrais (eleições nacionais, presidente da república, primeiro-ministro).

Nas referências nacionais, embora a disponibilidade de dados e o expressivo interesse pelas políticas públicas tenham feito com esse tema já tenha sido explorado em diversos trabalhos, no que diz respeito às literaturas aplicadas a níveis menos concentrados de governo, os estudos no Brasil são relativamente recentes, destacando-se os trabalhos de Cossio (2002) e Teixeira (2003), que contemplam os estados brasileiros e de Nakaguma (2006) referente aos componentes específicos do orçamento de tais unidades. Por fim, dentre os trabalhos que abordam de forma específica o caso das esferas municipais, ressaltam-se os trabalhos de Ferreira e Bugarin (2007), que analisaram o efeito das transferências governamentais sobre o comportamento fiscal e eleitoral dos municípios. Por sua vez, Sakurai (2007) investiga o comportamento fiscal das unidades locais paulistas.

Acrescenta-se, ainda às justificativas apresentadas, a inclusão da oferta de serviços públicos sociais, até então pouco utilizados nas pesquisas sobre ciclos políticos.

Dessa forma, tendo em vista os aspectos apresentados e a fundamentação da Teoria dos Ciclos Político-Econômicos, questiona-se: Qual o

comportamento dos gastos públicos dos municípios mineiros frente à ocorrência de eleições municipais?

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo geral

Analisar o comportamento dos gastos públicos dos municípios mineiros, frente ao calendário das eleições municipais.

1.3.2. Objetivos específicos

- Identificar a ocorrência de flutuações temporais nos gastos públicos dos municípios mineiros;
- Verificar a periodicidade das variações nos gastos públicos dos municípios mineiros, em função do calendário eleitoral.
- Identificar evidências de ciclos políticos nos municípios e nas mesorregiões do Estado de Minas Gerais.

1.4. Organização do estudo

A presente pesquisa foi organizada em quatro seções, sendo primeiramente a introdução apresentada, na qual são definidos o problema de pesquisa, os objetivos e a justificativa do tema. Na segunda seção, apresenta-se a fundamentação teórica do trabalho, subdividida em títulos contendo aspectos sobre o Estado e a Economia, os Ciclos de Negócios, a Teoria dos Ciclos Político-Econômicos e algumas considerações sobre Finanças e Orçamento Público. A terceira seção trata dos aspectos metodológicos do trabalho, em que a pesquisa é caracterizada e os procedimentos para coleta, análise e tratamento de dados são explicados. Na quarta seção, os resultados obtidos bem como sua análise são discutidos. Na última seção, são apresentadas as conclusões obtidas no estudo.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Estado, economia e mercado

A inter-relação existente entre a esfera política e a esfera econômica e que será determinante para os respectivos desempenhos econômico e político, constitui-se em controvertido e importante tema da análise econômica contemporânea.

Entretanto, seguindo a tradição clássica, “a teoria econômica tem, na maioria das vezes, desconsiderado a motivação política do governo como fator relevante, não obstante sua decisiva importância para o entendimento dos problemas da economia” (FIALHO, 1999, p. 131).

Apesar das várias teorias econômicas discorrerem sobre os impactos da ação estatal na economia, pouco referem-se aos motivos que levam o Estado a intervir ou porque o fazem de uma ou outra forma.

Segundo Carvalho (1999, p. 9), a decisão do Estado é *exógena* aos modelos teóricos de economia: elas são tomadas em outro mundo, obedecendo a outra lógica, por agentes que, estranhamente, se comportam na esfera política de forma diferente daquela suposta para a esfera econômica.

2.1.1. O estado: aspectos conceituais

O termo “Estado”, inicialmente utilizado por Maquiavel: “[...] todos os Estados, todos os domínios que têm havido e que há sobre os homens são repúblicas ou principados” (MAQUIAVEL, 1985, p. 5), é designado para denominar a abstração humana, cujo conceito passou por diversas modificações ao longo da trajetória histórica, assumindo as mais variadas formas, de acordo com as condições de cada tempo e lugar.

A teoria naturalista afirma que o Estado surgiu e se formou de forma natural e não puramente por um ato voluntário. O objetivo do modelo é desenvolver uma teoria racional do Estado, na qual ele aparece como a reunião de muitos indivíduos que formam um indivíduo único, com uma única vontade, expressão da vontade geral.

No estado de natureza, a articulação social não é possível, os homens não passam de indivíduos e não constituem uma comunidade. É com o estado civil, a partir da instituição do Estado, que passa a existir sociedade na qual os homens adquirem certos direitos, desde que cumpram seus deveres para com os outros e para com o Estado.

Na concepção naturalista, o que fundamenta o Estado é o desejo dos indivíduos de viverem de forma racional em detrimento da existência em concordância com os instintos, paixões e interesses puramente individuais e egoístas.

Entre os dois estados, há uma relação de contraposição: o estado natural é o estado não político, e o estado político é o estado não natural. [...] A contraposição entre os dois estados consiste no fato de serem os elementos constitutivos do primeiro indivíduos singulares, isolados, não associados, embora associáveis, que atuam de fato seguindo não a razão, mas as paixões, os instintos ou os interesses; o elemento constitutivo do segundo é a união dos indivíduos isolados e dispersos numa sociedade perpétua e exclusiva, que é a única a permitir a realização de uma vida conforme a razão. Precisamente porque estado de natureza e estado civil são concebidos como dois momentos antitéticos, a passagem de um para outro não ocorre necessariamente pela força das coisas, mas por meio de uma ou mais convenções, ou seja, por meio de um ou mais atos voluntários dos próprios indivíduos interessados em sair do estado de natureza, ou seja, em viverem conforme a razão (BOBBIO, 1997, p. 4).

A legitimidade do poder político, do qual o Estado é detento, resulta do consentimento de todos a que a ele se submetem, através do “pacto entre os

indivíduos para constituir o Estado, cada um deles delegando e abdicando de sua própria autoridade em nome da autoridade única do soberano que é ele próprio, um indivíduo” (BOOBIO, 1997, p. 5).

Thomas Hobbes (1588-1679), autor inglês, considerado como o primeiro filósofo contratualista, em meio à crise do governo misto na Inglaterra do século XVII, publicou em 1651a obra *Leviatã*, de modo a evidenciar as causas, a geração e a definição de Estado.

Segundo a visão contratualista de Hobbes, os homens viveriam em estado de natureza e em constante conflito devido à competição, pela qual objetivavam o lucro, à desconfiança, pela qual visavam segurança e à glória pela qual buscavam reputação.

No período em que não havia um poder comum, capaz de manter a respeitabilidade e limitações de direitos e deveres, os homens viveram em constante estado de guerra. Contudo, a tensão criada entre a preservação da liberdade vantajosa e o medo da morte levou-os à renúncia do poder individual para o de um soberano através da criação de um Estado (CARNOY, 1990, p. 21).

Dessa forma, um Estado é constituído quando um grupo de homens concorda e pactua entre si que um indivíduo ou uma assembléia, tendo sido eleito pela maioria, é autorizado a representar os atos e decisões da pessoa de todos, inclusive dos que votaram contra, para viverem em paz e protegidos.

Entretanto, Hobbes aponta para o fato de que basta apenas um fundamento jurídico para levar os homens a se respeitarem, mas faz-se necessário ainda um “Estado armado e marcado pelo medo – ou ninguém abriria mão da liberdade que tem no estado de natureza, e regulador absoluto, cabendo a ele determinar todas as espécies de contratos e sob quais palavras e sinais esses devem ser cumpridos” (JEANINE RIBEIRO, 1991, p. 85).

John Locke (1632-1704), em sua obra *Segundo Tratado*, também baseia-se na hipótese do estado de natureza para a construção de sua filosofia política, afirmando que o Estado surgiu por meio de um contrato.

Na concepção de Locke, entretanto, não havia guerras constantes, pois, os homens viviam no estado de natureza, sendo governados pela lei natural da razão, segundo a qual a preservação era básica para a sobrevivência, o que os impedia de saírem agredindo-se mutuamente e

matando outros indistintamente, apenas para tirar-lhes as propriedades ou evitar um possível ataque.

O Estado liberal surge com Locke, através da passagem – via contrato social – do estado de natureza para o estado civil. “Em sua visão, o contrato social surge da necessidade de preservação e proteção da comunidade de perigos internos e de invasões estrangeiras” (MELLO, 1999).

O contrato social constitui-se na garantia dos direitos naturais e não na criação de outros direitos, representando o consentimento de todos os indivíduos para a instauração do Estado.

De acordo com CARNOY (1990, p. 29)... “a sociedade política de Locke não define, na verdade, a forma de Estado, mas, antes, somente seu princípio fundamental dos direitos individuais”.

Assim, o Estado liberal de Locke é, “essencialmente, um árbitro, neutro por definição, o qual deve reduzir seu poder e suas intervenções ao estritamente necessário. Ele é simplesmente a continuação da natureza sob outras formas, sua garantia legal e institucional e, portanto, sua razão de ser é assegurar a proteção mútua da propriedade” (BOBBIO, 1997, p. 17).

Karl Marx, filósofo alemão, ligado à corrente do materialismo histórico, afirma que é a produção social dos homens que irá determinar a estrutura do Estado. A estrutura social e a consciência humana estão embasadas na forma pela qual os bens são produzidos e distribuídos, ou seja, em suas condições materiais. Os homens entram em relações de produção, que apesar de independentes de suas vontades são necessárias e determinadas e é através da “soma total dessas relações que constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva a superestrutura jurídica e política, o Estado. Portanto, o Estado emerge das relações de produção e não do conjunto de vontades humanas” (CARNOY, 1990, p. 34).

Ao apreender o Estado em seu contexto histórico, submetido a uma concepção materialista, Marx defendeu que o Estado era resultante da sociedade, moldada pelo modo de produção dominante e pelas relações a ela inerentes.

Na visão marxista, o Estado não representava o bem comum, mas os interesses da classe dominante constituindo-se na expressão política de sua dominação sobre a classe oprimida. Longe de ser um árbitro neutro, o Estado

estaria a serviço da classe economicamente dominante, que graças a ele tornava-se a classe politicamente dominante (BOBBIO, 1997, p. 21).

Na visão contemporânea, o Estado é compreendido a partir de elementos constitutivos, quais sejam: povo, território, governo e bem-comum, sendo que a ausência de algum deles descaracteriza a figura estatal.

Segundo Dallari (1989, p. 38), "Estado é uma ordem jurídica soberana que tem por fim o bem comum de um povo situado em determinado território", consolidando-se à medida que os interesses de uma coletividade são convergentes e há o ânimo de colocá-los em prática, sendo sua legitimação fundamentada na sua finalidade.

2.1.2. A economia política

Segundo Oser e Blanchfield (1983, p. 45), a economia é “um estudo da humanidade nas atividades correntes da vida; examina a ação individual e social em seus aspectos mais estreitamente ligados à obtenção e ao uso das condições materiais do bem-estar”.

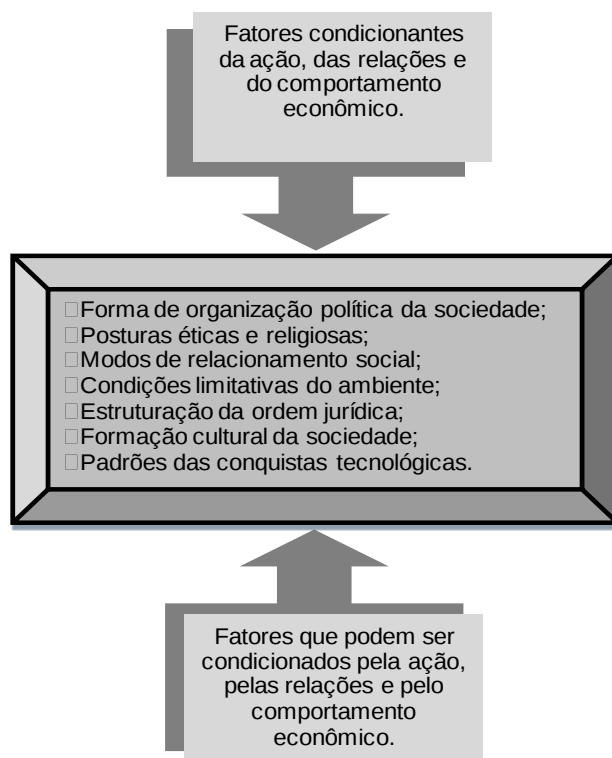
Marshall (1961, p. 87 *apud* ROSSETTI, 2003, p. 34) afirma que a economia “é o estudo das condições materiais da vida em sociedade e dos motivos que levam os homens a ações e têm consequências econômicas. São seus objetos o estudo da pobreza [...]; da riqueza[...]; das ações individuais e sociais ligadas à obtenção do bem-estar”.

Para Bouding (1945, p. 36 *apud* OSER; BLANCHFIELD, 1983, p. 51),

[...] os problemas econômicos não têm contornos bem delineados. Eles se estendem perceptivelmente pela política, pela sociologia e pela ética, assim como há questões políticas, sociológicas ou éticas que são envolvidas ou mesmo decorrentes de posturas econômicas. Não será exagero dizer que a resposta final às questões cruciais da economia encontra-se em algum outro campo. Ou que a resposta a outras questões humanas, formalmente tratadas em outras esferas das ciências sociais, passará necessariamente por alguma revisão do ordenamento real da vida econômica ou do conhecimento econômico.

Nesse sentido, pode-se apreender que os conflitos relacionados aos processos de produção e acumulação da riqueza, da repartição da renda, da difusão do bem-estar e da realização do bem-comum não estão limitados às soluções econômicas, abrangendo também “a postura ético-religiosa, as formas de organização política, os modelos de relacionamento social, a

estrutura jurídica, aos padrões de conquistas tecnológicas, as limitações ambientais e a formação cultural da sociedade” (ROSSETTI, 2003, p. 32).



Fonte: Adaptado de Rossetti (2003, p. 33).

Figura 1 - A ação econômica e seus principais condicionantes.

A expressão Economia Política afirmou-se a partir do século XVII, sendo atribuída sua primeira utilização ao mercantilista francês Antoine de Montchrétien, quando em 1615 publicou *Tratté d'économie politique* (Tratado de Economia Política).

No período que se estendeu da Antiguidade até o Renascimento, as questões econômicas relevantes eram a posse territorial, a escravidão, a arrecadação de tributos, os mercados e o comércio internacional, a cunhagem e a utilização de moedas. “E cada uma dessas questões era tratada sob os ângulos da política, da filosofia e do direito canônico” (ROSSETTI, 2003, p. 46).

A Economia Política passou a ser entendida como ramo do conhecimento após o Renascimento, tendo como objetivo o fortalecimento do

Estado. No século XVIII, com o surgimento de novas concepções, o objetivo central dos estudos econômicos deslocou-se para a fundamentação das leis que regem a formação, acumulação, distribuição e consumo da riqueza.

A Economia surgiu como ciência através da publicação, em 1776, da obra de Adam Smith (1723-1790), *A Riqueza das Nações*, considerada um marco na história do pensamento econômico

A economia política torna conhecida a natureza da riqueza: desse conhecimento de sua natureza deduz os meios de sua formação, revela a ordem de sua distribuição e examina os fenômenos envolvidos em sua distribuição, praticada através do consumo (SAY, 1988, p. 54).

2.1.2.1. O pensamento econômico clássico

A Economia Política, considerada como um setor da ciência própria de um estadista ou de um legislador, propõe-se a dois objetivos distintos: primeiro, prover uma renda ou manutenção farta para a população ou, mais adequadamente, dar-lhe a possibilidade de conseguir ela mesma tal renda ou manutenção; segundo, prover o Estado ou a comunidade de uma renda suficiente para os serviços públicos. Portanto, a Economia Política visa a enriquecer tanto o povo quanto o soberano (SMITH, 1988, p. 357).

No pensamento de Smith, o aumento da riqueza nacional depende muito mais da divisão do trabalho e acumulação de capital como fatores para seu desenvolvimento do que a intervenção do Estado, sendo a "melhor política sempre deixar as coisas andarem seu curso normal" (SMITH, 1988, p. 360).

Ao maximizarem a satisfação pessoal com o mínimo de esforço, os homens estariam contribuindo para a obtenção do máximo bem-estar social. Essa harmonização seria efetivada por uma espécie de "mão invisível".

O livre funcionamento do mercado, com o sistema de preços determinando as quantidades a serem produzidas e vendidas, gera automaticamente o equilíbrio econômico. No preço correspondente ao equilíbrio, as quantidades demandadas pelo público correspondem às quantidades ofertadas pelas empresas. Não há excesso de produtos não vendidos (aumento dos estoques não desejados), nem escassez dos mesmos (consumidores não atendidos). O mercado funciona como se houvesse uma mão invisível regulando o equilíbrio entre as quantidades ofertadas e demandadas (SMITH, 1988, p. 373).

A atividade econômica devia desenvolver-se sem a intervenção do Estado, pois a produção da riqueza, enquanto houvesse ampliação de

mercados, o emprego de novos trabalhadores e a acumulação de capital, seria contínua.

A sociedade industrial, que surgiu após a Revolução Francesa (1789), não apresentou melhoras significativas no nível da população.

A eliminação dos artesãos e dos servos da gleba medievais levou todos a se transformarem em operários fabris, sujeitos a condições subumanas e totalmente dependentes de seus míseros salários, apenas para sobreviver. Não tinham mais um pedaço de terra para plantar, nem casa para fabricar seus objetos. Todos trabalhavam nas indústrias até 18 horas por dia, inclusive crianças e mulheres, sem direito a qualquer tipo de proteção trabalhista. O único objetivo era o máximo de produção para vencer a concorrência. As mulheres grávidas só podiam se ausentar do serviço para terem o filho, voltando em seguida (OSER; BLANCHFIELD, 1983, p. 59).

Nesse contexto, o economista alemão Karl Marx (1818-1883) formulou a teoria que, apresentada de forma completa em sua obra *O Capital*, representou uma revolução no pensamento econômico. Nela, o autor postulou que o “valor de um bem é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para sua produção e o lucro não se realiza por meio da troca de mercadorias, que se trocam geralmente por seu valor, mas sim em sua produção” (MARX, 1988, p. 253).

O fato de os trabalhadores receberem apenas o necessário para sua sobrevivência e não o valor correspondente a seu trabalho agregado na produção levou à formulação do conceito da mais-valia¹.

Marx criticou profundamente o sistema capitalista, afirmando que sua “característica essencial era a apropriação privada da mais-valia” (MARX, 1988, p. 255) e que a propriedade privada era a origem de todos os males e conflitos sociais devido ao fato de as “fábricas pertencerem a uns poucos capitalistas” (MARX, 1988, p. 255).

Nesta concepção, o Estado seria um instrumento de reprodução e manutenção dos interesses das classes dominantes, produzido pela ideologia, legitimidade e instituições.

A solução proposta por Marx foi a institucionalização da propriedade coletiva através da socialização dos meios de produção, que passariam a pertencer ao Estado. “A exploração do homem pelo homem seria abolida: os

¹ Mais-valia é um conceito marxista que corresponde à diferença entre o valor incorporado a um bem e a remuneração do trabalho que foi necessário para sua produção.

lucros, juros, aluguéis, rendas, enfim, a mais-valia seria extinta e o próprio trabalho se tornaria a única fonte de renda para cada um” (MARX, 1988, p. 258).

2.1.2.2. O pensamento econômico neoclássico

Em meados do século XIX, eclodiram os movimentos socialistas como resposta à concentração de renda e à intensa migração rural-urbana decorrentes da industrialização.

Nesse contexto, por volta de 1870, surgiram as idéias marginalistas ou neoclássicas, deslocando as preocupações clássicas com o funcionamento dos sistemas de preços como forma de distribuição social para a forma como é feita a escolha que está presente nas operações de mercado.

Os indivíduos passaram a ser vistos como consumidores que diferiam entre si por suas preferências e renda, pelas quais adquirem bens e serviços maximizando sua utilidade. Já o processo de produção deixou seu caráter institucional e passou a ser visto apenas por sua função de possibilitar as trocas.

Para os neoclássicos, “a exclusão de preocupações com a possível ação do Estado na economia tornou-se ainda mais visível que na economia política clássica” (CARVALHO, 1999, p. 12).

2.1.2.3. O pensamento econômico de Keynes

A Grande Depressão de 1930 levou à crescente crítica da doutrina clássica, que se mostrou insuficiente diante dos novos fatos econômicos, culminando com a queda da concepção econômica vigente advinda do liberalismo.

John Maynard Keynes (1883-1946), economista inglês, buscando apontar soluções para a crise do sistema capitalista, desenvolveu as bases de uma nova doutrina econômica, opondo-se ao marxismo e ao classicismo.

O objetivo a que se propôs Keynes era “explicar as flutuações econômicas ou flutuações de mercado e o desemprego generalizado, ou seja, o estudo do desemprego em uma economia de mercado, sua causa e sua

cura” (CANOY, 1990, p. 85), e o fez através do desenvolvimento de uma teoria econômica basicamente monetária, na qual a produção incorpora a ação estatal como mecanismo de estabilização de uma economia essencialmente instável, tendente ao desemprego e a crises cíclicas.

Em sua obra *Teoria Geral do Emprego, Juro e Moeda*, Keynes explicou que “o valor dos bens e serviços produzidos pelas empresas tem uma contrapartida de renda, que são os salários, juros, aluguéis, impostos e lucros; essas rendas, encaradas como custos pelas firmas, na verdade serão gastas em novos bens e serviços” (KEYNES, 1988, p. 156).

No que diz respeito ao papel do Estado, para Keynes, as economias capitalistas são caracterizadas pelo conflito entre racionalidades individuais e sociais, tendo o Estado o papel de “coordenar estas ações tornando possível que os indivíduos busquem objetivos superiores aos que almejavam na ausência dessa ação” (CARVALHO, 1999, p. 17).

Isso assume que o Estado pode melhorar os resultados da economia, pois permitiria aos indivíduos alcançar níveis mais elevados de bem-estar sem se desviarem de suas metas iniciais.

Keynes era otimista em relação ao papel do Estado, acreditando que o mesmo sendo um aparato de representação da sociedade, buscaria sempre levar a mesma a atingir os mais elevados índices de bem-estar.

Michal Kalecki (1899-1982), em sua obra *Teoria da Dinâmica Econômica*, contestou a visão de Keynes sobre as ações do Estado, observando que “não é suficiente construir um papel econômico para determinar o comportamento estatal, a dominação política é intrínseca à estrutura do Estado e constitui-se em fator determinante para seu desempenho” (KALECKI, 1988, p. 27).

2.1.2.4. Economia política do *welfare state*

O *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar surgiu nos países europeus devido à expansão do capitalismo após a Revolução Industrial e o Movimento de um Estado Nacional objetivando a democracia. A teoria sugere “uma transformação do próprio Estado a partir das suas estruturas, funções e

legitimidade, tornando-se a solução para a necessidade de serviços de segurança socioeconômica” (BOBBIO, 1987, p. 45).

Em 1938, Abram Bergson (1914-2003) incorporou a função de bem-estar social à análise econômica, iniciando a concepção de que “sendo os objetivos da sociedade uma função exógena aos modelos econômicos, os possíveis conflitos entre grupos e sua influência sobre os resultados econômicos não fazem parte do modelo” (OSER; BLANCHFIELD, 1983, p. 97).

A economia do bem-estar social assume que o Estado possui toda a informação relevante para a maximização da função do bem-estar social e dispõe dos meios necessários para alcançar seus objetivos.

2.1.2.5. Teoria da *public choice*

A teoria da escolha pública ou *public choice* tem como concepção que o Estado “não corresponde a uma entidade autônoma e soberana, mas antes ao reflexo de diversos centros de ação social” (MENDONÇA; ARAÚJO, 2006) e tem como foco de análise as finanças públicas, as políticas comerciais e as políticas regulatórias.

A escola de pensamento iniciou-se nos últimos anos da década de 40, a partir dos questionamentos de Paul Samuelson (1915-2009) à inclusão das funções de bem-estar à análise econômica, o que desencadeou um longo debate entre este e Bergson.

Na década de 50, a literatura sobre falhas de mercado afirmava que o mesmo, por si só, “não é capaz de levar a economia à Eficiência de Pareto², repousando nisto a explicação para a existência do Estado” (MENDONÇA; ARAÚJO, 2006).

Em 1949, Buchanan argumentou que “a teoria e prática das finanças públicas devem relacionar a distribuição individual do custo público à de benefícios, possibilitando aos indivíduos visualizarem o que recebem em troca dos impostos que pagam”. (MACHADO, 2009).

² Eficiência de Pareto é um conceito desenvolvido pelo economista italiano Vilfredo Pareto (1848-1923), pelo qual uma situação econômica é considerada ótima quando nenhum agente ou situação pode estar em uma posição melhor sem fazer com que outro agente ou situação assuma uma posição pior.

Em 1957, Downs demonstrou que “a competição entre partidos produz, nos processos políticos, resultados semelhantes aos gerados por firmas competitivas nos processos de mercado” (DOWNS, 1999, p. 63). Os resultados apresentados pelo autor sugerem que “para todas as atividades políticas, o interesse material individual por si só determina o comportamento político dos indivíduos” (MENDONÇA; ARAÚJO, 2006).

2.1.3. A intervenção do estado na economia

Adolph Wagner (1835-1917), economista alemão, foi o primeiro a tratar sistematicamente o papel econômico e social do Estado, o que se tornou conhecido como a “Lei de Wagner”.

De acordo com Rezende (1997), a Lei de Wagner é uma das teorias mais consistentes sobre a expansão dos gastos públicos. Uma quantidade considerável dos testes empíricos comparativos, efetuados por Wagner em diferentes amostras e condições iniciais, apresenta resultados compatíveis com sua hipótese de relações entre o Estado e os gastos públicos.

Segundo a teoria de Wagner, dadas as conhecidas falhas de mercados para a provisão de bens públicos, o Estado desempenha papel decisivo para produção de bens essenciais a sociedades em processos de modernização econômica e social, sendo aquelas com maior grau de desenvolvimento a demandarem maior presença do Estado.

Wagner comparou o desenvolvimento regular da atividade do Estado da atividade pública exercida ao lado do Estado por diversas administrações autônomas nos povos civilizados em vias de progresso. Isto se manifesta do ponto de vista extensivo e intensivo: o Estado e os ditos corpos autônomos se encarregam cada vez mais de novas atividades e executam de maneira cada vez mais completa e perfeita aquilo que é o objeto de suas atividades antigas e novas. Dessa forma, um número sempre crescente de necessidades do povo, sobretudo as coletivas, é satisfeitas e melhores atendidas pelo Estado e por seus corpos autônomos. Portanto, mais a sociedade se civiliza, maiores são as atividades que o Estado desempenha em função do progresso social decorrentes, conseqüentemente, mais ele despende recursos. De tal forma que os gastos públicos crescerão a uma taxa mais rápida que o produto (ROSANVALON, 1981 *apud* BRESSER PEREIRA, 1989, p. 120).

Rosanvalon (1981 *apud* BRESSER PEREIRA, 1989) sustenta, sob uma perspectiva contratualista, que a evolução dos gastos públicos se dá por saltos, principalmente em períodos de crise.

Bresser Pereira (1989) aponta que Andre e Delorme (1983) demonstraram que evolução das despesas públicas ocorre em picos, de longos períodos.

Observaram que as fontes de evolução desses gastos no século XX estão ligadas, em geral, ao crescimento do sistema de seguro social, à necessidade do “ambiente industrial” (transporte, energia e organização territorial), aos mercados (medidas de regulamentação para tentar assegurar a livre concorrência), às condições de produção (a crise dos anos 30 está na origem da criação de instituições financeiras públicas para ajudar os bancos ou as empresas; o que ele denomina de Estado empreendedor), e à agricultura (medidas de proteção, de organização do mercado e de garantias de preço, etc.) (SILVA, 1998, p. 44).

Na perspectiva de Wolf (1988), a dinâmica da intervenção do Estado na economia está associada às funções de oferta e demanda para atividades do setor não-mercado (SILVA, 1998).

Sob esta visão, a função demanda é afetada pela percepção dos demandantes sobre as falhas de mercado e pelas seguintes circunstâncias exógenas: taxa de imposto cobrada, custo unitário das atividades não-mercado e renda nacional.

Quanto à oferta, é considerada por Wolf (1988) como uma “função da medida de resultado do desempenho (qualidade e quantidade) das atividades, a qual, quanto mais difícil a mensuração, e menos acurada, tende a aumentar a oferta” (SILVA, 1998, p. 44).

A dinâmica para o ajuste entre nível de oferta e demanda é desempenhada pelo processo político, “através de ações de *lobbies*, coalizões, má informação por parte dos eleitores e dificuldade de controle sobre a ação dos políticos, resultando na persistência temporal do desequilíbrio entre oferta e demanda” (WOLF, 1998 *apud* BRESSER PEREIRA, 1989, p. 121).

Dessa forma, verifica-se que a economia e a política estão intrinsecamente relacionadas, tendo, historicamente o papel de o Estado ser apresentado sob diferentes pontos de vista, desde garantidor da ordem social até instrumento de manutenção da ideologia dominante proveniente do modo de produção vigente.

Em Keynes tem-se uma análise econômica que se debruça primordialmente sobre o setor econômico, deixando em segundo plano a hipotética influência que o setor político possa exercer. Com o desenvolvimento da Escola das Escolhas Públicas, são reconhecidas outras motivações para a ação do Estado, que deixa de ser encarado apenas como um agente benevolente e quase invisível em suas atitudes para passar a ser visto como um agente que tem motivações próprias e é suscetível à influência como todos os outros agentes.

Com base no exposto, entende-se que a intervenção do Estado não resulta apenas de decisões individuais de gestores públicos ou de grupos de interesse a ele relacionados, desejosos em maximizar suas funções particulares de utilidade conduzindo a distorções independentemente do livre funcionamento do mercado. Ao contrário, ela decorre de relações complexas cuja origem repousa em problemas advindos das contradições inerentes ao sistema de mercado.

Sendo o desenvolvimento econômico não linear e as relações de produção fatores da geração dos conflitos entre frações da sociedade, o Estado assume, neste contexto, o caráter de representante do conjunto social, devendo ao mesmo tempo legitimar-se e garantir a acumulação, o que em determinados momentos gera contradições que abrem o espaço necessário para o processo de intervenção ser adequado ao novo cenário.

2.1.4. O estado como espaço de conflitos

De acordo com Bresser Pereira (1995), o Estado é uma estrutura política e organizacional que se sobrepõe à sociedade e ao mesmo tempo é parte dela. Com a produção de excedentes econômicos surge a divisão da sociedade em classes e uma delas, que surge como dominante, passa a necessitar de condições políticas para apropriar-se deste excedente. Assim, a institucionalização de um Estado resulta dessa necessidade e, a partir disso, aquela sociedade assume o caráter de país soberano constituído por uma sociedade civil e pelo Estado.

O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro; tampouco é a 'realidade da idéia moral', nem 'a imagem e a realidade da razão' como afirma Hegel. É,

antes, um produto da sociedade quando esta chega a determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade em uma luta estéril, faz-se necessário um poder colocado acima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela, e dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 1884 *apud* BRESSER PEREIRA, 1995).

Teoricamente, o Estado é também o espaço da propriedade pública, sendo-o de fato somente se assegurado pela democracia. Esta definição é parcial, no sentido de que o Estado democrático existe quando a “coisa pública” é claramente distinguida da “coisa privada”, surgindo a partir disso o desafio da democracia, que se constitui sempre em um local de conflitos: a preservação do coletivo ou público em detrimento das ações que visem a obtenção de vantagens especiais em atendimento a interesses privados (ARATO; COHEN, 1994).

Neste sentido, pode-se entender o Estado como um poder organizado politicamente e que permite à classe economicamente dominante tornar-se também politicamente dirigente, garantindo para si a apropriação do excedente.

A constituição da estrutura estatal é formada por um governo, composto de membros da elite política, geralmente recrutados pela classe dominante; uma burocracia pública formada por um grupo de funcionários hierarquicamente organizados e ocupantes da administração; uma força policial e militar, que se destina a defender o país contra forças externas, assegurar a obediência às leis e manter a ordem interna; um ordenamento jurídico impositivo, pelo qual criam-se e controlam-se impostos, extravasando o aparelho do Estado e impactando sobre toda a sociedade (BRESSER PEREIRA, 1995).

Segundo Arato e Cohen (1994), o Estado é um aparelho burocrático que se diferencia, essencialmente, das demais organizações porque é a única que dispõe de um poder político que ultrapassa os seus próprios limites organizacionais, ou seja, as organizações burocráticas possuem normas apenas para sua regulação interna e o Estado constitui leis que regulam toda a sociedade.

Ao deter esse poder o Estado torna-se maior do que o simples aparelho do Estado. Este aparelho, regulado pelo direito administrativo, e dividido em três poderes (legislativo, executivo e judiciário), é uma organização burocrática. O poder do Estado se exerce sobre um território e uma população, os quais não são propriamente elementos constitutivos do Estado, mas do estado-nação. Na verdade são os objetos sobre o qual se exerce a soberania estatal, ao mesmo tempo em que a população, transformada em povo, de conjunto dos cidadãos, assume o papel de sujeito do próprio Estado (BRESSER PEREIRA, 1995).

A apropriação do excedente econômico pela classe dominante e o controle do Estado apresentam uma relação dialética, pois, determinada facção da sociedade é mais poderosa porque além de deter os meios de produção e de comunicação também controla o próprio Estado, o que reforça o seu controle sobre os fatores produtivos e vice-versa.

No entanto, o Estado não pode ser apontado apenas como um instrumento da classe dominante, pois, por um lado, à medida que as sociedades capitalistas se tornaram cada vez mais complexas e atribuíram um poder significativo para o conhecimento técnico e organizacional, uma nova classe média burocrática ou assalariada passou a deter. Por outro lado, a classe operária também se tecnificou e dividiu-se em estratos, aumentando sua influência através das organizações sindicais e do poder de voto. “Em consequência, as distinções de classe – particularmente a oposição entre uma classe operária e uma classe burguesa – perderam a nitidez no mundo contemporâneo” (POULANTZAS, 1978).

De acordo com Arato e Cohen (1994), o conceito de classe perdeu parte de sua força explicativa na atualidade, quando se fala de estratos sociais e distinções étnicas e raciais, de um lado e para as distinções religiosas e culturais de outro. Nesse contexto, o Estado passa a ter um papel decisivo não apenas na garantia estável dos direitos de propriedade, mas também na distribuição do excedente econômico. Assim, “as políticas do Estado deixaram de refletir simplesmente os interesses dos poderosos para se tornarem o resultado da condensação das lutas de classes (POULANTZAS, 1978).

Conforme Poulantzas (1978), o Estado representa, organiza e unifica os interesses políticos do bloco no poder, entendido como uma unidade contraditória das classes ou frações dominantes, unidade dominada pela classe ou fração hegemônica. Essa unidade do bloco no poder é constituída

sob a égide da classe ou fração, que polariza politicamente os interesses das outras classes ou frações que dele fazem parte. Assim, o Estado não pode ser encarado como algo homogêneo porque, ao contrário, há nele uma heterogeneidade na medida em que é formado por um conjunto de instituições diferenciadas.

Além disso, o Estado atua também como educador, pois, também produz ideologia por intermédio de seus aparelhos, de suas instituições escolares, etc.; e não se exclui das relações econômicas, pois, fomenta a reprodução ampliada do capital: existindo uma crise, o Estado intervém diretamente para socorrer o capital financeiro (ARATO; COHEN, 1994).

Outro aspecto relacionado ao Estado capitalista, destacado por Poulantzas (1978), é seu papel como mediador do conflito entre diversos setores e subsetores sociais, pois, ao incorporar as classes não-dominantes em seu espaço interno, concentra, além das relações de forças entre frações hegemônicas, a relação de forças entre estas e os grupos dominados.

O Estado não seria um bloco monolítico sem fissuras, mas, ao contrário, um campo de batalha estratégico, uma arena de lutas, porque, mesmo que haja uma mudança radical de governo, por intermédio de seus programas de políticas públicas, não quer dizer com isto que todos os aparelhos de Estado irão seguir rigorosamente as novas diretrizes. Quando um governo aplica uma política de direitos humanos, não significa que todos os agentes penitenciários e policiais vão se reconhecer nela e fazer convergir a sua nessa nova perspectiva. Distintamente disso, é possível que uma parcela significativa desses agentes do Estado venha a resistir e boicotar esse programa. Isso demonstra que o Estado é uma arena de conflitos não apenas entre as instituições, mas também internamente às mesmas. Isto significa dizer que as lutas não se reduzem apenas às travadas entre os distintos poderes (o judiciário, o legislativo e o executivo) ou entre os ministérios, secretarias e tribunais, de modo concorrente – mas se dão, sobretudo, nas estruturas internas a cada instituição e entre seus agentes (POULANTZAS, 1978).

Então, ao não excluir-se o Estado dos diversos setores que permeiam as relações sociais, pode-se defini-lo como um conjunto de relações que condensam as forças e frações de classe no interior de todos os setores estatais: militar, econômico, cultural, administrativo, jurídico, etc., consistindo o espaço estatal em um local onde se desencadeiam todas as divergências e convergências existentes na sociedade.

2.2. Os ciclos de negócios

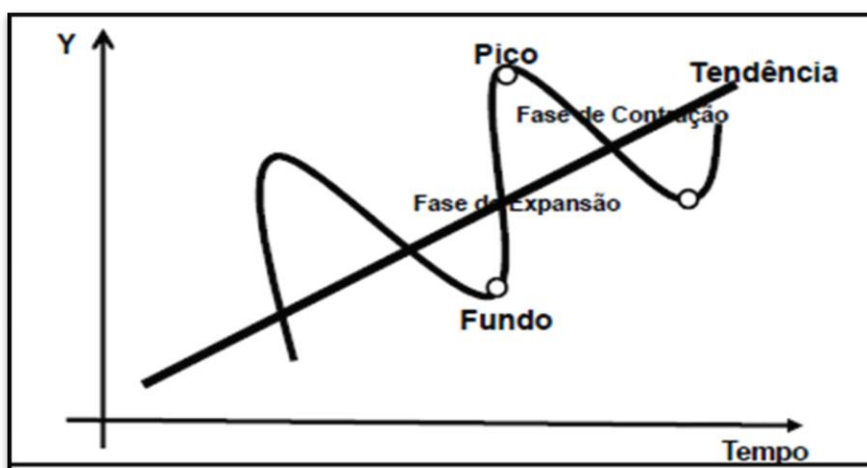
De acordo com Souza (1996), os estudos sobre o caráter cíclico da intervenção do Estado na economia fundamentam-se, teoricamente, nas Teorias dos Ciclos Econômicos, “formuladas para explicarem o movimento oscilatório da economia, marcado por fases de expansão seguidas de contração, de depressão e de retomada do crescimento” (SILVA, 1988, p. 47).

A definição clássica de ciclos de negócios é apresentada por Kasznar (2010), ao citar Burns (1904-1987) e Mitchell (1874-1948).

Ciclos de negócios são um tipo de flutuação que se encontra na atividade econômica agregada de nações que organizam o seu trabalho especialmente através de empresas. Um ciclo consiste de expansões que ocorrem ao mesmo tempo em muitas atividades econômicas, seguidas similarmente de recessões gerais, contrações e voltas que se condensam na fase de expansão do ciclo seguinte; esta sequência de mudanças é recorrente e repetitiva, mas não é periódica. Em duração, os ciclos de negócios dariam de mais de um ano até dez ou doze anos. Eles não são divisíveis em períodos de ciclos mais curtos de características similares com amplitudes aproximadas “*per se*” (MITCHELL; BURNS, 1946 *apud* KASZNAR, 2010).

Os ciclos de negócios ocorrem de forma recorrente, mas não periódica, podendo sua variação ser de 1 a 12 anos e têm como marca “o seu caráter generalizado, que afeta vários tipos diferentes de atividades econômicas ao mesmo tempo (GORDON, 2010, p. 5).

Conforme apontado por Gordon (2000), cada episódio cíclico inicia-se no ponto mais baixo da atividade econômica, a partir do qual começa o período de expansão, até a economia atingir um pico, o ponto mais alto do ciclo, ao qual se segue um período de contração. Após algum tempo, a economia decresce até outro fundo, a partir do qual começa uma nova fase de expansão.



Fonte: Adaptado de Gordon (2010, p. 6).

Figura 2 - A dinâmica dos ciclos de negócios.

No que tange à duração dos ciclos econômicos, Gordon (2000) aponta que a mesma é medida de forma aproximada, levando-se em consideração o fato de as oscilações a que estão sujeitos dependem de variações diferentes, que causam alterações a qualquer momento do período cíclico. Com base no período de duração, classificam-se em:

- Ciclos Longos: têm a duração de aproximadamente 50 anos.
- Ciclos Principais: têm a duração entre 7 e 11 anos.
- Ciclos Curtos: têm a duração entre 3 e 4 anos.

De acordo com Estey (1965), os ciclos de negócios apresentam diferentes tipos de flutuações econômicas. Com base nestas oscilações diversificadas, o autor classifica os ciclos econômicos quanto a três tipos de flutuações.

Os movimentos de Tendências Seculares são caracterizados pela última vez em um longo período de tempo em relação ao ciclo econômico, pois são contínuas e pertencentes a qualquer atividade. Sua ocorrência é causada pelo crescimento populacional, eficiência econômica ou crescimento gradual da riqueza (ESTEY, 1965).

As Flutuações Sazonais ocorrem em um ano e tendem a afetar significativamente a atividade econômica. “Sendo a natureza destas oscilações

imprevisíveis, ocorrem de acordo com as variações que estão no período de cada estação” (ESTEY, 1965, p. 48).

De acordo com Gordon (2000), as Flutuações Cíclicas são caracterizadas por fases repetitivas em suas contrações e expansões e, embora as oscilações sejam diferentes de movimentos contínuos, ocorrem em um tempo fixo.

As Flutuações Esporádicas correspondem a movimentos regulares devido a choques externos à atividade econômica, como guerras e eventos da natureza (ESTEY, 1965).

De acordo com Mitchell e Burns (1946), as fases apresentadas durante os ciclos de negócios são de expansão, recessão, contração e recuperação.

A fase de expansão corresponde ao auge do ciclo, caracterizando-se por um período de aumento no nível de preços de forma desigual pelas diferentes alterações nos custos. Esses preços também dependem de um aumento no volume de dinheiro em circulação, levando a essa expansão em depósitos bancários e, também, acompanhado por um aumento nos lucros e investimentos, o que faz acelerar o ritmo de produção (ESTEY, 1965).

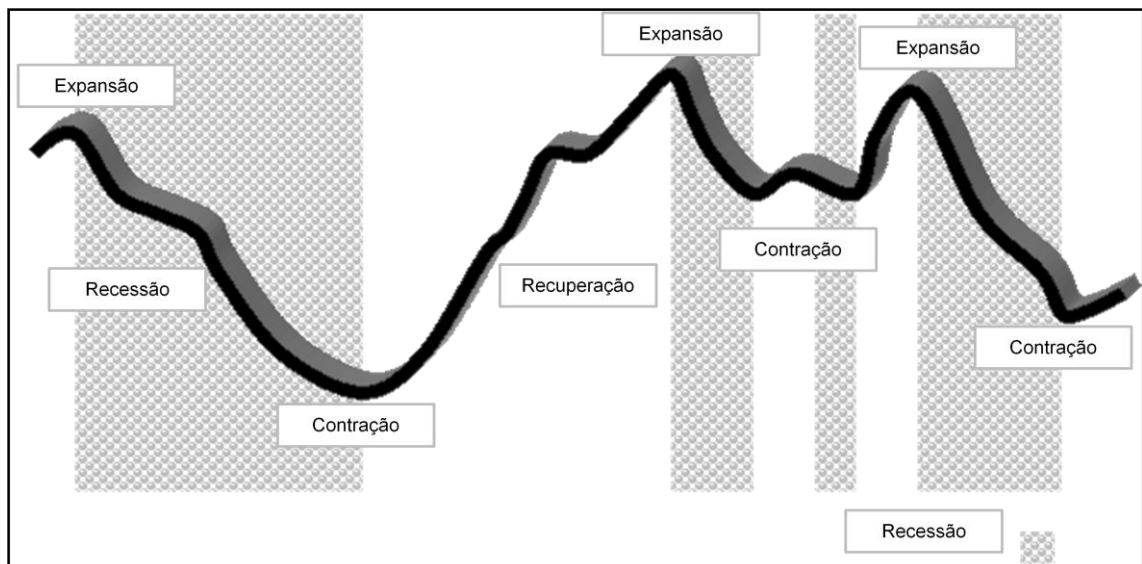
Na fase que marca um ponto de flexão, onde as forças de produção são contraídas, há tensões no sistema bancário e a liquidação de empréstimos por baixos valores é o período de recessão do ciclo (GORDON, 2000).

Segundo Kasznar (2010), a fase de contração corresponde ao ponto mínimo do ciclo econômico, com a incidência de uma produtividade baixa e desigual, resultando na deformação do preço de custo.

No período de recuperação, apresenta-se a harmonização da atividade econômica, com todos os fatores de produção ocupados e tendendo ao pleno emprego, o que resulta no aumento de produção, salários, preços, tarifas e juros (GORDON, 2000).

Assim, um ciclo de negócios

deve ser considerado como uma única sequência de eventos que têm suas forças próprias e efeitos peculiares sobre a economia [...], mas cada ciclo por uma experiência diferente em si mesmo é o resultado de processos econômicos que ocorreram durante a experiência cíclica que o precederam (ESTEY, 1965, p. 87).



Fonte: Adaptado de Mitchell (1988, p. 56).

Figura 3 - As fases dos ciclos de negócios.

Kondratieff (1926) foi o precursor na elaboração da teoria de ciclos longos, pela qual descreveu o padrão cíclico da economia, com longa duração após ter constatado “uma sucessão de ondas longas de alta e de baixa no comportamento das séries de preços do século XIX (incluindo taxa de juros e salários)” (SILVA, 1998, p. 48).

Os movimentos oscilatórios da economia foram classificados por Kondratieff (1926) numa periodicidade entre 40 e 60 anos:

- **Movimento longo:** início em 1790, pico de alta entre 1810/1817 e fim entre 1844/51;
- **Movimento longo:** início entre 1844/51, ponto de máximo entre 1870/75 e ponto de mínimo entre 1890/96;
- **Movimento longo:** início entre 1890/96, ponto de máximo entre 1914/20 e a partir desse período o movimento seria descendente.

A mudança tecnológica foi considerada por Kondratieff como um processo endógeno, sendo necessárias descobertas técnico-científicas e viabilidade econômica para serem empregadas. “A duração da onda longa estaria relacionada à durabilidade, ao período de produção e à quantidade de

investimento disponível para um particular tipo de bem de capital (EKERMAN; ZERKOWSKI, 1984, p. 211).

2.2.1. Os ciclos de negócios sob a perspectiva de Schumpeter

Em 1939, o economista Joseph Schumpeter (1883-1950) propôs um sistema cíclico baseado nas flutuações longas de Kondratieff (1926), superpostas aos ciclos de Juglar³, o qual influenciou a maior parte dos trabalhos posteriores sobre ciclos econômicos, especialmente os que buscam explicar o comportamento da economia a partir de fatores políticos e institucionais.

A principal preocupação de Schumpeter ao formular uma teoria dos ciclos econômicos era descobrir porque há ciclos. A primeira de suas conclusões foi que não haveria ciclos sob condições estáticas. Condições estáticas são compatíveis com crescimento (ou decrescimento) econômico, em que este é definido como uma mudança contínua nos dados econômicos no sentido de que o incremento (ou decréscimo) por unidade de tempo pode ser correntemente absorvido pelo sistema sem que haja distúrbios perceptíveis (MORICCHI; GONÇALVES, 1994, p. 28).

Segundo a teoria schumpeteriana, sem o lucro, não poderia haver nenhuma acumulação de riqueza e, conseqüentemente, nenhum desenvolvimento.

O lucro, por definição, oriundo da inovação, é a parte básica da fortuna capitalista. A busca de lucro por meio da inovação é fundamental na transformação da situação estática, implicando em dinamismo econômico. Uma vez que as inovações têm como efeito a neutralização da lei dos rendimentos decrescentes, deslocando as isoquantas de produção; tão logo uma inovação passa a dar sinais de sucesso, inicia-se um processo de imitação por parte das firmas (SCHUMPETER, 1988, p. 301).

Carnoy (1990) aponta que, na teoria de Schumpeter, cada flutuação de longa duração corresponde a uma retomada das inovações e ao dinamismo dos empresários, sendo que as depressões aparecem como um componente necessário do processo de desenvolvimento das economias capitalistas e constituem períodos de “destruição criativa”, durante o qual velhos produtos,

³ Joseph Clément Juglar (1819-1905), médico e economista francês, criador dos ciclos de Juglar, pelos quais supõem que as crises econômicas devem-se a flutuações cíclicas das atividades comerciais, industriais e financeiras com a periodicidade de 8 a 8,5 anos.

firmas e empresários são eliminados e novos produtos e procedimentos são criados.

Para Schumpeter (1988), as inovações são mudanças históricas e irrevogáveis, que se destacam na função de produção pela introdução de novos métodos produtivos ou pela aplicação, na indústria, de novas invenções. Essas mudanças são históricas e irrevogáveis. “A descontinuidade da taxa de inovação é determinada essencialmente pela descontinuidade da oferta de novas possíveis combinações, particularmente no que tange às invenções tecnológicas” (MORICOCI; GONÇALVES, 1994, p. 35).

Schumpeter concentrou sua análise na importância da criação de crédito, ressaltando dois aspectos: o crédito pode vir a exceder tanto a soma total de poupança existente quanto o valor de commodities existentes no período.

A questão fundamental dentro do esquema de Schumpeter é compreender que os fundos para inovações não decorrem da poupança, mas do crédito, bem como captar a diferença essencial que existe entre emissão de moeda e criação de crédito pelos bancos, diferença esta que está profundamente atrelada à finalidade do processo (EKERMAN; ZERKOWSKI, 1984, p. 211).

De acordo com Carnoy (1990), Schumpeter considerou que os desequilíbrios gerados por uma inovação levam as firmas não-inovadoras a realizar investimentos a fim de tornarem-se firmas imitadoras, ou seja, visando o aumento de seus lucros e percebendo que determinada inovação foi bem sucedida, as firmas passam a copiar o novo método implementado.

A competição intrafirmas e a capacidade de adaptação dos agentes por meio de variações marginais estão, portanto, por trás de todo o processo oscilatório que gera os ciclos econômicos. Aliás, na realidade, estes dois fatos estão profundamente relacionados (MORICOCI; GONÇALVES, 1994, p. 37).

O primeiro modelo, proposto por Schumpeter, trata do ciclo econômico de duas fases: o período de prosperidade e sua conexão com a fase de recessão. Apenas com estes dois instrumentos analíticos, prosperidade e recessão, já é possível compreender por que razão a introdução de inovações causa um desequilíbrio na economia, que redundará numa oscilação cíclica.

A onda primária, definida por Schumpeter, responsável por desencadear a fase de prosperidade do ciclo de negócios, corresponde ao período de prosperidade é caracterizado pela incorporação de inovações aos

organismos comerciais e indústrias que resulta no aumento do consumo e produção. A prosperidade, então, define-se como “a fase em que há, devido às inovações, expansão do crédito, aumento dos preços, aumento da taxa de juros, um volume de produção relativamente constante, porém um volume de produção crescente de bens de produção” (MORICCHI; GONÇALVES, 1994, p. 46).

Durante a expansão da atividade econômica, as inovações financiadas pelo crédito bancário apresentam excessivo otimismo e especulação, “desencadeando a inflação creditícia, caracterizada por seu caráter transitório e capacidade de autocorrelação, o que naturalmente culmina num processo de deflação” (EKERMAN; ZERKOWSKI, 1984, p. 213).

A deflação representa a segunda fase do ciclo, o período de recessão, no qual nem tudo o que é produzido encontra mercado; e quando ocorrem falências e liquidações de diversas empresas, em especial daquelas que não foram capazes de aderir às inovações implementadas e, por isso, perderam competitividade” (NAPOLEONI, 1979), resultando em um cenário de crise.

A incorporação de novas firmas às inovações e avanços tecnológicos desencadeia uma série de reações denominadas, por Schumpeter, de onda secundária.

A onda secundária é desencadeada basicamente pelo conjunto de condições sob as quais a atividade empreendedora é exercida, quais sejam, os erros de previsões dos empresários e dos capitalistas, as tendências especulativas dos indivíduos, as peculiaridades institucionais da economia, que podem prolongar e exagerar um movimento já iniciado. Esses novos fatos podem, e normalmente assim o fazem, sobrepor-se ao verdadeiro elemento motivador das flutuações cíclicas, que é a inovação, devido às suas importâncias quantitativas e às suas fáceis observações (SCHUMPETER, 1988, p. 309).

O período de depressão é desencadeado com a potencialização do crescimento durante a prosperidade para acima do nível que seria alcançado, apenas, pelo processo inovador propriamente dito e com o reforço da deflação durante a recessão, levando o ciclo abaixo do equilíbrio.

A inovação traz uma onda de otimismo relativa à produção e aos lucros, o que leva os consumidores a acreditarem que suas rendas transitórias serão permanentemente altas e os empresários a tomar empréstimos para expandir suas linhas de produção, na expectativa de que o crescimento da

demanda persistirá, bem como terras agrícolas a serem negociadas a preços cujas prestações só poderão ser cumpridas caso os preços dos produtos agrícolas se mantenham, etc. (NAPOLEONI, 1979). Entretanto, não havendo aumento de produtividade nem a realização de ganhos com a mesma, elevam-se os números de débitos sem contrapartida de aumento das receitas, o que leva a um cenário de desequilíbrio entre fluxo de endividamento e fluxo de caixa, no qual verifica-se a deflação de débitos.

Ekerman e Zerkowski (1984) apontam que, por meio da liquidação anormal, ou seja, a ocorrência de revisão de valores para baixo e um encolhimento de operações que, geralmente, de forma bastante errática, coloca tais valores e operações abaixo de seu ponto de equilíbrio, comprometem a estabilidade da economia, que mais uma vez retornará naturalmente a um novo equilíbrio.

A fase de depressão é considerada por Schumpeter uma situação anormal, no sentido de que não é um elemento logicamente necessário do processo cíclico contemplado por sua teoria de inovação. Se a depressão ocorre ou não é uma questão de fato e depende de inúmeros acidentes circunstanciais. O fato de considerá-la logicamente dispensável não a torna menos séria como fenômeno (EKERMAN; ZERKOWSKI, 1984, p. 217).

De acordo com Moricochi e Gonçalves (1994), a resposta do sistema aos desvios negativos do equilíbrio constitui a fase denominada 'recuperação', sem que haja garantia de que a nova estabilidade alcançada pela recuperação seja idêntica àquela registrada durante o período de prosperidade anterior.

Napoleoni (1979) propõe a seguinte definição para a fase de recuperação:

Nesta situação, quase toda a renda (muito freqüentemente toda a renda) é consumida, justamente porque as escassas rendas pessoais bastam apenas para o consumo corrente e os lucros praticamente não existem. Estamos, portanto, mesmo que a nível baixíssimo, em uma situação de equilíbrio, em que a lei de Say é exatamente verificada: tudo o que se produz é absorvido pela demanda de consumo, e nenhuma empresa encontra dificuldade de venda para os poucos bens que produz (NAPOLEONI, 1979, p. 83).

A ligação entre as fases de depressão e recuperação é apresentada também por Napoleoni (1979):

Mas a queda nos preços (durante a fase de depressão) se detém precisamente no ponto de inflexão inferior. Esta parada na queda dos preços é justamente o que encoraja as empresas a utilizarem os meios de produção ociosos para ampliar as quantidades produzidas.

[...] À recuperação dos investimentos corresponde tanto à poupança que se forma junto às pessoas, que começam a auferir rendas cada vez mais elevadas, quanto à formação de lucros positivos das empresas. Um dos fatores mais notáveis que geralmente alimentam o processo de recuperação é constituído pelo fato que muitas inovações técnicas, que durante o período de contração não se podiam utilizar, se apresentam agora disponíveis em grandes quantidades, e as empresas facilmente as utilizam frente às perspectivas favoráveis apresentadas por um mercado em rápida expansão (NAPOLEONI, 1979, p. 81).

O ciclo econômico, proposto por Schumpeter, apresenta quatro fases distintas: prosperidade, recessão, depressão e recuperação, constituindo-se cada uma em um fenômeno particular e com características próprias, sendo determinadas por causas distintas.

Dessa forma, o autor acredita que a própria inovação e sua irregularidade intrínseca fazem com que o processo cíclico implique em um número indefinido de flutuações ondulatórias, que se desenvolvem simultaneamente e se interferem mutuamente. Além disso, as particularidades de cada inovação podem determinar que os impactos de uma demorem muito mais ou muito menos para terem efeito completo que os impactos de outra (SCHUMPETER, 1988).

Segundo Moricochi e Gonçalves (1994), Schumpeter admitiu a existência de diversos ciclos simultâneos e inter-relacionados e elaborou um esquema de três ciclos, estabelecendo a ocorrência de ondas longas, com a duração aproximada de 50 anos e as chamou de ciclos de Kondratieff. Para ele, esses movimentos longos não são meramente empíricos, no sentido de constatação numérica, porém estão associados a processos históricos industriais claros e definidos (EKERMAN; ZERKOWSKI, 1984).

Sendo possível dividir as flutuações em seis ciclos mais curtos de aproximadamente 10 anos, Schumpeter denominou as primeiras ondas intermediárias como ‘ciclos de Juglar’, as quais, sendo divisíveis em três ciclos ainda menores de aproximadamente quarenta meses, foram denominadas como ciclos de Kitchin⁴.

⁴ Joseph Kitchin (1861-1932) sugeriu que o ciclo de negócios pode ser formado por dois ou três ciclos de 40 meses inseridos em uma onda maior, tendo identificado, à partir da análise de dados mensais de *commercial papers*, compensações bancárias e preços por atacado, um ciclo de estoques de 3 a 5 anos.

Tendo sido o modelo proposto por Schumpeter predominantemente institucional e baseado em abstrações históricas, o próprio autor encarregou-se de alertar para o fato de que informações de natureza histórica eram adequadas para julgar quantitativamente as flutuações econômicas, as quais nem sempre representavam de forma adequada aquilo que deveriam representar.

Entende-se que os ciclos de negócios constituem-se primordialmente em um fenômeno empírico, perceptível a partir da observação do ambiente econômico para reconhecimento da possibilidade de expansão ou não das atividades produtivas, sendo reconhecidos pelos agentes econômicos.

2.3. Teoria dos ciclos político-econômicos

Tradicionalmente, a teoria econômica explica a ocorrência de ciclos econômicos através da análise de variáveis econômicas, sem preocupar-se com outros fatores que possam determinar o comportamento cíclico da economia.

Os modelos neokeynesianos atribuem às imperfeições de mercado a causa das flutuações econômicas, “que ao enrijecerem os preços e os salários possibilitam que a política fiscal e a monetária tenham efeitos reais sobre as variações econômicas de curto prazo” (PREUSSLER, 2001).

Por outro lado, a teoria dos ciclos econômicos reais sugere que, devido à flexibilidade dos preços e dos salários, as alterações na política econômica afetam as variáveis nominais, sendo os ciclos econômicos gerados por choques tecnológicos, que ao elevarem a produtividade levam ao aumento do salário dos trabalhadores e consequentemente da oferta e do nível de emprego.

Entretanto, a noção de que o desempenho econômico e fiscal dos entes governamentais não pode ser plenamente compreendido, apenas, através dos elementos econômicos a eles subjacentes e que fatores de natureza política e institucional, como o sistema eleitoral e as instituições orçamentárias, assumem papel tão importante quanto aqueles, levou à intensificação das discussões sobre o tema a partir da década de 1970.

Na literatura econômica começaram a surgir diversos artigos relacionando os eventos econômicos a fatores políticos, baseados na idéia de que, com a proximidade das eleições, os governantes poderiam ser incentivados a manipular os instrumentos da política econômica, sejam fiscais ou monetários, a fim de expandir a economia e desenhar o cenário econômico ideal para obtenção de benefícios políticos e que, passado o período eleitoral, os *policymakers* tomariam medidas para reverter os efeitos adversos da política econômica implementada anteriormente. Como o calendário eleitoral é periódico, tal processo torna-se contínuo e impacta sobre as flutuações econômicas de forma cíclica. Surgia, assim, o que na literatura especializada denomina-se ‘Teoria dos Ciclos Político-Econômicos’.

Baseados na hipótese de que as decisões relativas à condução da política econômica tenham caráter eminentemente político, esses trabalhos propõem uma coincidência entre o calendário eleitoral e os ciclos econômicos. Essa abordagem dos ciclos econômicos foi batizada de teoria dos ciclos político-econômicos (*political business cycles theory*) (PREUSSLER, 2001).

Os primeiros autores da Teoria dos Ciclos Político-Econômicos basearam-se nas pesquisas de Downs (1957) para modelar o comportamento dos eleitores e fatores políticos que levam o governo a escolher certas políticas públicas.

Baseada na crítica de Downs (1957), em meados dos anos 70, surgiu a teoria dos ciclos político-econômicos (*Political Business Cycles Theory*), que relaciona as flutuações econômicas aos eventos políticos. De acordo com essa concepção, os *policymakers* desviam a condução da política econômica do “socialmente ótimo” a fim de atender aos seus próprios interesses (PREUSSLER; PORTUGAL, 2002, p. 2).

O artigo no qual Downs (1957) apresenta sua pesquisa, busca modelar a relação entre políticos e sociedade, tendo como variável de controle a maximização do bem-estar social e indicando a interação entre eles quando a sociedade elege seus governantes. As chances de sucesso nas eleições são maiores à medida que o bem-estar da sociedade, especialmente com relação à renda dos indivíduos, é maximizado. Dessa forma, os políticos que se encontram no poder devem, além de formular políticas públicas, atender aos desejos individuais de poder e prestígio.

O modelo sugerido por Downs (1957) tem como hipótese que, em um sistema democrático, os partidos formularão suas políticas econômicas visando o atendimento a interesses individuais do dirigente, tais como permanência no poder, prestígio e aumento de sua renda, para o que, terão por finalidade a obtenção de um número maior de votos nas eleições, sem preocupar-se com grupos de interesse ou ideologias.

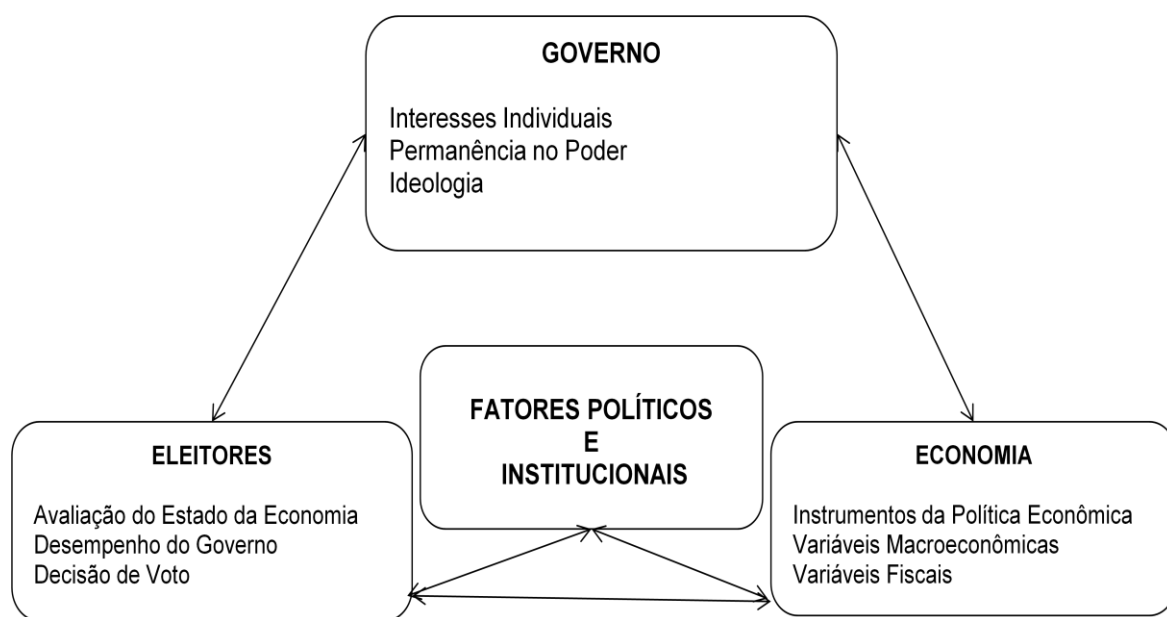
Downs (1957) questiona os modelos que adotam a maximização do bem-estar entre seus pressupostos, pois, não há uma definição clara do que venha a ser “bem-estar social” e, mesmo que fosse possível defini-lo, seria difícil acreditar que os responsáveis pelas políticas públicas são seres benevolentes, cujas decisões não são influenciadas por seus desejos individuais.

[...] porque devíamos crer que os indivíduos que controlam o governo estariam motivados a maximizar o bem-estar social, se a teoria econômica nos provou inúmeras vezes que o *homo economicus* é egoísta, ou seja, busca maximizar a sua própria função de utilidade. [...] qualquer tentativa de modelar a ação do governo sem levar em conta os desejos individuais daqueles que o controlam se tornam inconsistentes (DOWNS, 1957 *apud* FIALHO, 1999, p. 131).

Downs (1957) aponta para a teoria dos eleitores racionais, partindo do princípio que estes votam nos partidos que lhes trazem maiores benefícios individuais. “Cada pessoa forma uma expectativa quanto à atuação partidária, caso esteja no poder, escolhendo o que lhe trouxer maior utilidade (PREUSLLER; PORTUGAL, 2002).

A ênfase teórica dos Ciclos Político-Econômicos repousa sobre as causas e efeitos da interação entre decisões econômicas e considerações políticas. A relação interativa entre os setores econômico e político é realçada pela mesma, a qual explicita o fato que como a evolução da economia exerce influência sobre o setor político, este também determina o desempenho do setor econômico.

Dessa forma, a inter-relação entre o sistema político e o sistema econômico ocorre em dois sentidos: se, por um lado, o desempenho da economia irá influenciar os resultados políticos, por outro, estes serão determinantes na evolução da economia.



Fonte: Adaptado de Coelho (2004).

Figura 4 - Interação entre economia e política.

A teoria dos ciclos político-econômicos é formada com base na idéia de que o governo é capaz de influenciar o setor econômico com o auxílio de instrumentos da política econômica.

O primeiro modelo, proposto por Nordhaus (1975), parte da hipótese de que os políticos são motivados pelo desejo de permanecer no cargo, pelo que irão adotar políticas que agradem o maior número de eleitores, com vistas ao sucesso nas eleições. “Os políticos são oportunistas, pois implantam políticas com objetivo exclusivo de serem reeleitos ou elegerem um sucessor; e os ciclos são denominados eleitorais, pois é a proximidade de eleições que os provoca” (MELO, 2006, p. 14).

A segunda corrente, desenvolvida por Hibbs (1977), propõe que os políticos são motivados pela sua própria ideologia ou do grupo de eleitores que eles representam. “Neste caso, eleger um político significa eleger uma política específica, pois os políticos procuram se eleger com o objetivo de implantar políticas que privilegiem seus eleitores” (MELO, 2006, p. 15).

No modelo oportunista, a motivação dos políticos é exercida pelo desejo de permanência no poder, sendo atribuída pouca importância à política que será adotada ou às ideologias partidárias. Nos modelos partidários,

entretanto, o político deseja ser eleito para implantar um determinado programa, que ele acredita ser melhor e que favorecerá seus eleitores.

Dessa maneira, o motivo pelo qual os políticos desejam ter sucesso nas eleições e implantar determinadas políticas passa ser a questão central dos modelos: são consideradas ideologicamente boas ou são adequadas para manter-se no poder. Na realidade, parece difícil separar estes dois comportamentos, pois, nem mesmo o mais ideológico dos políticos pode implantar seu programa sem ganhar eleições e, portanto, está sujeito a alguma dose de oportunismo em seu comportamento (DRAZEN, 2000).

Além disso, a expectativa e avaliação dos eleitores também apontam para o aperfeiçoamento dos modelos originais dos ciclos político-econômicos e permite a classificação da literatura existente sobre o tema.

A relação existente entre o comportamento de variáveis econômicas e variáveis políticas foi denominada por Nordhaus (1975) de ciclos políticos de negócios. O autor descreveu a relação das escolhas políticas com período eleitoral, observando um comportamento oportunista do governante em busca da maximização do voto. Hibbs (1977) questionou os resultados do trabalho de Nordhaus e verificou empiricamente para um conjunto de países que as escolhas dos governantes não possui um caráter exclusivamente oportunista, mas possui um forte viés partidário, ou seja, as escolhas são direcionadas para o grupo de sustentação política do governo. Os modelos originais de Nordhaus e Hibbs foram expandidos na década de 80, passando incorporar novos elementos da teoria econômica como expectativas racionais e informação assimétrica (PREUSLLER, 2001).

O modelo tradicional, apresentado por Nordhaus (1975), pressupõe que o eleitor é retrospectivo e tem expectativas adaptativas, sendo continuamente enganado pelos políticos oportunistas.

O questionamento a esse modelo foi apresentado por Rogoff (1988), o qual apontou para um comportamento prospectivo do eleitor, que decide seu voto com base no desempenho esperado dos políticos, apresentando assim, expectativas racionais.

Dessa forma, a interação destas duas dimensões, quais sejam, a motivação dos políticos e a expectativa dos eleitores dividem a teoria dos ciclos político-econômicos em quatro grupos, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 - Classificação da literatura dos ciclos político-econômicos

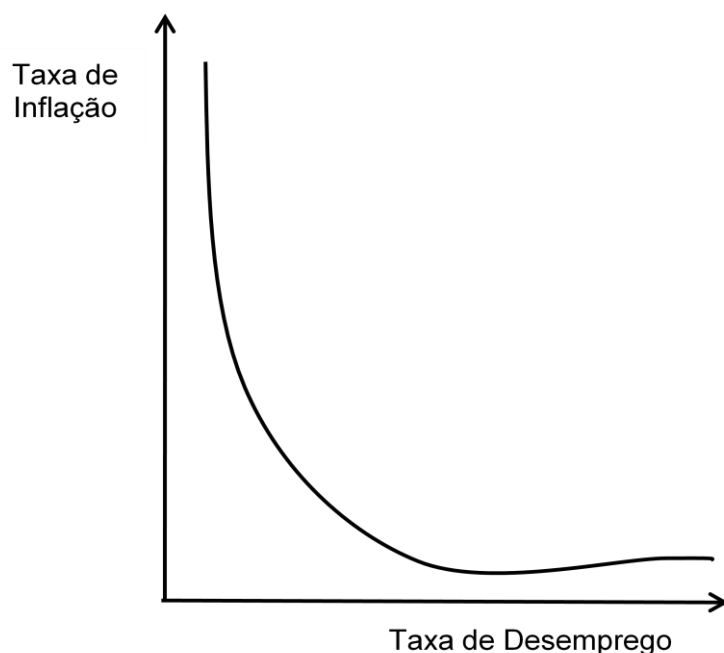
Correntes	Tradicional	Racional
Expectativas	Adaptativas	Racionais
Políticos	Políticos oportunistas	Políticos ideológicos
Modelos	Oportunista tradicional Nordhaus (1975)	Oportunista racional Rogoff e Sibert (1988)
	Partidário tradicional Hibbs (1977)	Partidário racional Alesina (1987)

Fonte: Elaboração própria.

2.3.1. Modelos tradicionais

Os modelos tradicionais foram desenvolvidos sob a crença de que a economia era caracterizada por uma Curva de Phillips⁵ de curto prazo, facilmente explorável pelos responsáveis pela política econômica, admitindo a hipótese de que os agentes econômicos teriam expectativas adaptativas, viabilizando, assim, a existência do *trade off* permanente entre inflação e crescimento.

⁵ A curva de Phillips consiste no gráfico, em que procura-se refletir as conclusões dos estudos levados a cabo por A. W. Philips, o qual demonstra uma relação inversa entre a inflação e o desemprego.



Fonte: Adaptado de Coelho (2004).

Figura 5 - Interação entre economia e política.

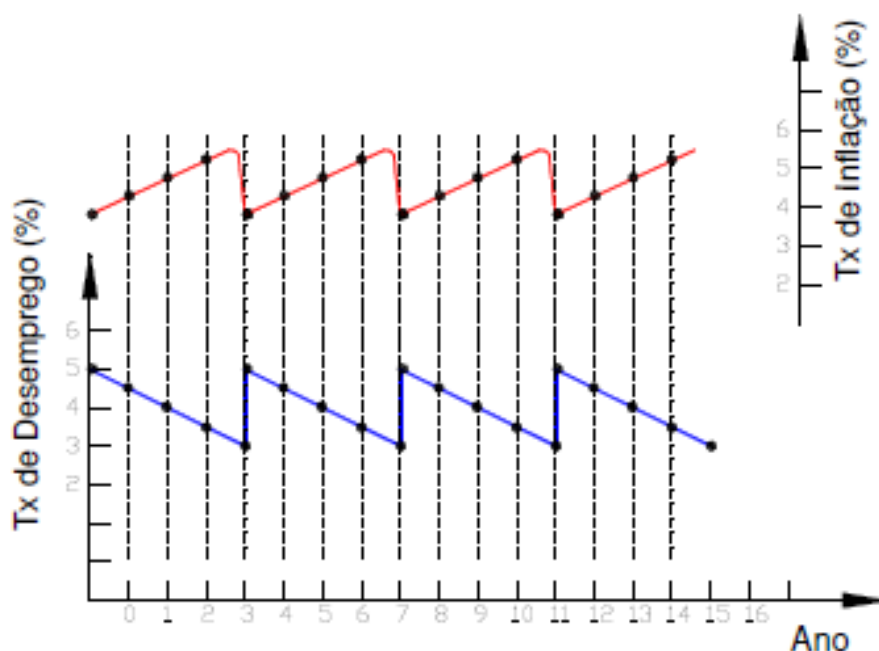
2.3.1. Modelos tradicionais oportunistas

A literatura dos Ciclos Políticos Eleitorais teve início, formalmente com a publicação do artigo “*The Political Business Cycle*”, de Nordhaus (1975), no qual o autor apresenta um modelo em que os eleitores são, sistematicamente, enganados por políticos oportunistas, que manipulam a política monetária de modo a provocar um crescimento econômico de curto prazo no período próximo às eleições e, assim, aumentar suas chances de reeleição. Após as eleições e com o intuito de combater a inflação gerada pela política monetária anterior, o político eleito adota uma política monetária mais apertada para provocar uma redução na taxa de crescimento. Os impactos sobre o crescimento econômico, portanto, são temporários.

Segundo Vasconcellos (2006), o modelo desenvolvido por Nordhaus está embasado na idéia, defendida por Downs (1957), de que os políticos são “oportunistas” tendo como motivação a maximização de votos para sua permanência no poder. “Para tanto, os *policymakers* estimulam a demanda agregada antes das eleições, por meio de uma política monetária

expansionista, acelerando o crescimento econômico e reduzindo o desemprego, com o intuito de garantir sua própria reeleição ou de seu partido” (PREUSLLER, 2001). Após as eleições, as pressões inflacionárias geradas pela política anterior levam à adoção de uma política monetária restritiva, contraindo a atividade econômica e aumentando o desemprego.

De acordo com Borsani (2003), na perspectiva desta corrente, a proximidade das eleições leva o governo a adotar políticas que visem atender a maior parte das preferências do eleitorado, ampliando, às vésperas do pleito eleitoral, políticas que estimulem o crescimento econômico e diminuam os níveis de desemprego, sendo comumente norteadas pela expansão do gasto público e pela emissão monetária.



Fonte: Preusller e Portugal (2002).

Figura 6 - Ciclos politicamente induzidos.

Veiga e Veiga (2004) apontam que o modelo desenvolvido por Nordhaus (1975) admite expectativas adaptativas, o que permite aos governantes escolherem a combinação mais interessante, politicamente, de inflação e desemprego ao longo da curva de Philips e enganarem

sistematicamente o eleitorado antes do pleito. “Portanto, os eleitores, segundo Nordhaus (1970), são considerados “míopes” e retrospectivos, pois teriam memória curta em relação a questões macroeconômicas, tomando suas decisões com base no passado” (VASCONCELLOS, 2006).

Considerando a decisão de voto, conforme apresentada por Downs (1957), segundo a qual os eleitores votam através da comparação do fluxo renda de utilidade proveniente da atividade governamental, escolhendo com base em informações passadas, o governo que lhe trará maiores benefícios perceptíveis.

Nordhaus (1975) sugere que qualquer avanço nas ações governamentais no período eleitoral aumenta as chances de permanência no poder e descreve o processo escolha do eleitor como “sendo determinado pela experiência passada das ações do governo e acrescenta a existência de uma miopia política, em que as informações usadas são as mais recentes” (CANÇADO; ARAÚJO JÚNIOR, 2004).

As hipóteses do modelo oportunista tradicional foram testadas, empiricamente, por Nordhaus, que utilizou como amostra os países da Austrália, Canadá, França Alemanha, Japão, Nova Zelândia, Suécia, Reino Unido e Estados Unidos, no período entre 1947 e 1972. Foram comparadas as taxas de desemprego em períodos eleitorais e pré-eleitorais e dentre os países analisados; apenas os Estados Unidos indicaram correspondência com o modelo de ciclos políticos, proposto pelo autor.

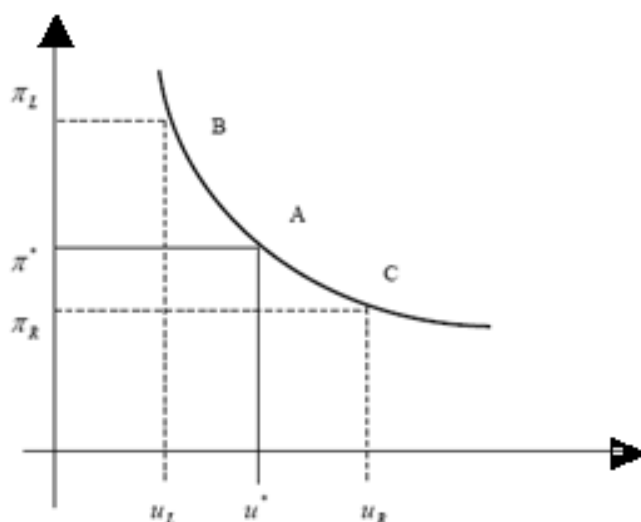
2.3.2. Modelos tradicionais partidários

Esta abordagem surge com o trabalho de Hibbs (1977) que, utilizando também a curva de Phillips como principal instrumento de análise e aceitando a hipótese de expectativas adaptativas dos eleitores, incorpora a variável “ideologia partidária” ao modelo, considerando que os partidos políticos querem se manter no poder para implementar as suas ideologias através de políticas públicas que visem beneficiar aquele determinado grupo de eleitores que o apoiou.

A diferença crucial em relação ao modelo proposto por Nordhaus (1975) é apontada por Videira (2010, p. 15),

Ao contrário de Nordhaus (1975), o autor sugere a existência de uma diferença ideológica entre os partidos políticos de esquerda e de direita. Os partidos de esquerda tentarão minimizar a questão do desemprego, sendo essa prioritária para os grupos que apóiam o partido, ou seja, especialmente a população de baixa renda. Já com relação aos partidos de direita, a preocupação constante é com a redução da inflação para níveis mais baixos, pois esse é um fator que gera grande interesse por parte dos trabalhadores de alta renda, grupo que apóia o partido.

Desta forma, o modelo proposto por Hibbs (1977) considera que, se cada partido tentar beneficiar o grupo de interesse ao qual pertence, os partidos de direita, que geralmente estão relacionados à classe economicamente favorecida, teriam maior aversão à inflação e, portanto, buscariam reduzir suas taxas e consequentemente aumentar o desemprego, enquanto os partidos de esquerda, geralmente ligados às classes economicamente desfavorecidas, teriam uma maior preocupação com o combate ao desemprego e tenderiam a deslocar a curva de Phillips para a esquerda, ou seja, aumentariam a inflação e diminuiriam o desemprego.



Fonte: Preussler e Portugal (2003).

Figura 7 - Modelo dos ciclos político-econômicos partidários.

O modelo foi aplicado por Hibbs, em um estudo de séries de tempo para o período pós-guerra de dois países específicos, Grã-Bretanha e Estados Unidos, nos quais houve trocas de comando partidário durante o período, tanto de trabalhistas para conservadores na Inglaterra como de democratas para republicanos nos Estados Unidos. Os resultados permitiram ao autor concluir que a mudança na política voltada ao desemprego é muito mais rápida na transição de partidos britânicos do que entre os partidos norte-americanos, ocorrendo devido a estrutura política norte-americana ser menos centralizada no partido e mais heterogênea em relação à Inglaterra, fazendo com que a mudança seja mais demorada.

2.3.3. Modelos racionais

Em meados da década de 80, com base na teoria das expectativas racionais nas ciências econômicas e na teoria dos jogos, os estudiosos dos ciclos políticos econômicos passam a levar em consideração a possibilidade de “eleitores racionais”, ou seja, eleitores que não são ingênuos e baseiam seus votos a partir das perspectivas de desempenho futuro dos governantes.

Os eleitores agora analisam a competência do governante a partir de sua maneira de administrar a máquina pública. O *policymaker* estaria, então, preocupado em sinalizar o seu “tipo” para o eleitorado, manipulando os instrumentos de política macroeconômica ou os instrumentos de política fiscal (VASCONCELLOS, 2006, p. 23).

A hipótese, segundo a qual os agentes não são surpreendidos sistematicamente com relação às decisões de política econômica, acabou impulsionando a corrente dos ciclos políticos eleitorais com expectativas racionais.

2.3.3.1. Modelos racionais oportunistas

Os modelos de ciclos políticos desenvolvidos por Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990) incorporam a hipótese de expectativas racionais ao modelo proposto por Nordhaus (1975), além de ampliar o leque de análises, não se restringindo à taxa de desemprego e à inflação.

No modelo teórico de Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990), o princípio fundamental é que os ciclos políticos eleitorais surgem a partir da assimetria de informações, que “proporciona ao político competente o incentivo de distorcer a política fiscal pré- eleitoral de forma a aumentar sua probabilidade de reeleição” (FERREIRA; BUGARIN, 2006).

[...] a posse de informações privilegiadas pelos agentes em relação ao principal configura a assimetria de informação e os administradores conhecem mais sobre os custos, oportunidades de investimentos, entre outras informações de difícil conhecimento do que o principal (SLOMSKI, 2008, p. 36).

As hipóteses assumidas são as de que o governante tem informações sobre o comportamento de determinados indicadores econômicos e financeiros, como impostos, moeda e gastos públicos, antes que os eleitores. Em períodos eleitorais, tais indicadores são manipulados no sentido de elevar a imagem e a reputação de competência do governo, de forma que influencie o resultado das eleições.

O ciclo econômico politicamente determinado ocorre devido a existência de uma assimetria de informação, estando os eleitores um pouco defasados no tempo com relação às informações sobre a competência dos governantes.

[...] a tendência natural de os dirigentes, em função da posição que ocupam, deterem mais informações que os demais, cujo poder e controle se apresenta fraco. Desse modo, a assimetria de informações abre espaço para ações oportunistas, pois pressupõe que o agente pode utilizar informações em seu benefício próprio. Assim, resta como alternativa a observação dos resultados alcançados pelo agente (LIMA, 1997).

Para Bittencourt (2002, p. 37), “isto parece uma hipótese razoável, uma vez que o governo pode (através de técnicas engenhosas de contabilidade) obstruir a habilidade do eleitor em avaliar a necessidade do endividamento”.

2.3.4. Modelos racionais partidários

Outra vertente dos ciclos políticos tem início com os trabalhos de Alesina (1987) e Alesina e Roubini (1992), que incorporam aos modelos partidários tradicionais às expectativas racionais para a interação entre o governante e o seu eleitor. O modelo mantém as hipóteses de diferença

ideológica e preferências entre partidos políticos: partidos de esquerda preferem políticas que aumentem a inflação e reduzam o desemprego, enquanto os partidos de direita direcionam sua política para combater a inflação em detrimento da taxa de desemprego.

Ao reformular os modelos partidários tradicionais, Alesina (1988) admitiu como pressuposto que os processos eleitorais têm a incerteza dos resultados como fator inerente, ou seja, nos anos eleitorais, mesmo possuindo expectativas racionais, os eleitores não saberão quem irá vencer o pleito e qual será a política econômica a ser adotada no período seguinte.

Dessa forma, Alesina (1988) propôs que, sendo os salários estabelecidos por um ano, no período anterior às eleições, “os trabalhadores irão negociar seus salários com os empregadores observando a probabilidade de vitória dos dois partidos: esquerda ou direita” (PREUSLLER, 2001).

2.3.5. Modelo do ciclos político-orçamentário

A teoria de Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990) iniciou a análise de ciclos político-econômicos em qualquer nível de governo e sob um leque diversificado de variáveis fiscais.

Os modelos apresentados para os ciclos político-econômicos basearam-se em curvas de Phillips de curto prazo e eficácia de políticas monetárias expansionistas. Rogoff e Silbert (1988) e Rogoff (1990) elaboraram, alternativamente a estes fundamentos, propostas segundo as quais os ciclos político-econômicos devem ser observados nos instrumentos da política fiscal, pois, em anos eleitorais, os políticos tendem a reduzir impostos, elevar gastos públicos e aplicar recursos em projetos perceptíveis, como obras, saúde e educação, “criando o que denominaram como ciclos político-orçamentários (*political budget cycles*)” (PREUSLLER, 2001).

Rogoff e Silbert (1988) e Rogoff (1990) foram os primeiros a formular modelos de ciclos político orçamentários, nos quais os instrumentos da política fiscal são utilizados para sinalizar a competência do governante. Em Rogoff e Silbert (1988) a sinalização ocorre através da diminuição de impostos e do aumento da senhoriação ou de empréstimos menos visíveis, induzindo um padrão cíclico de corte de impostos antes das eleições, e de inflação e elevação da dívida posterior a elas. Em Rogoff (1990), por sua vez a sinalização é feita por meio de modificações na composição orçamentária, aumentando-se o gasto público em itens mais visíveis, como transferências,

consumo e serviços e diminuindo-se o gasto com investimentos, cujos resultados exigem mais tempo para serem percebidos pelo eleitorado (NAGAKUMA, 2006).

De acordo com Meneguín e Bugarin (2003), essa teoria focou a estratégia do governante não na política monetária, mas na política fiscal, como a carga tributária, as transferências governamentais e as despesas correntes do governo, concluindo que o governante tende a distorcer a política fiscal, cortando tributos, aumentando transferências e promovendo gastos que tenham visibilidade imediata.

Conforme apontam Cançado e Araújo Júnior (2004), de acordo com a abordagem dos ciclos político-orçamentários, em época de eleições os governantes frequentemente se dedicam a uma série de ações que ampliem a visibilidade de sua competência e, para tanto, distorcem as políticas fiscais cortando impostos, aumentando as transferências diretas e expandindo os gastos de imediata visibilidade dos eleitores.

Assim, ao corroborar com a idéia de que o governo não é um agente benevolente que atua visando unicamente a maximização do bem-estar social e sim uma entidade com interesses próprios e que tem também o objetivo de manter-se de forma legítima, a Teoria dos Ciclos Político-Econômicos oficializa a inter-relação que se estabelece entre os sistemas político e econômico.

A ação dos governantes tem, segundo as diferentes correntes da teoria, dois objetivos distintos ao buscar a maximização da função de utilidade dos políticos: permanecer no poder ou implementar suas ideologias partidárias.

Dessa forma, da inter-relação entre a política e a economia e das motivações dos políticos resultam flutuações cíclicas na economia, motivadas pelo setor político, cujas características variam em função das motivações dos governantes, podendo tais oscilações apresentar-se tanto na esfera federal, quanto em níveis subnacionais, quais sejam, nas esferas estatais e municipais.

2.4. Gestão pública

Segundo Matias-Pereira (2009, p.2), “a gestão pública corresponde à ação do Estado que tem por objetivo viabilizar e garantir direitos, ofertar serviços e distribuir recursos, cujos efeitos das decisões e ações se refletem de

forma intensa sobre os cidadãos, os segmentos sociais e os agentes econômicos”.

Moraes (2005, p. 91) aponta que, “a Administração Pública pode ser definida objetivamente como a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para a consecução dos interesses coletivos, e subjetivamente como o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado”.

A Administração Pública é caracterizada por Di Pietro (2005, p. 59-61) nos sentidos objetivo e subjetivo:

Em sentido objetivo, abrange as atividades exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes incumbidos de atender concretamente às necessidades coletivas; corresponde à função administrativa, atribuída preferencialmente aos órgãos do Poder Executivo [...]

Em sentido subjetivo corresponde ao conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas às quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado.

Meirelles (1990, p. 64) conceitua a administração pública congregando suas diversas nuances.

Em sentido formal, é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do governo; em sentido material é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade. Numa visão global, a administração é, pois, todo aparelhamento do Estado preordenado à realização de serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas.

De forma ampla, a administração pública é vista sob as três esferas de governo (federal, estadual e municipal), conforme determina o artigo 18 da Constituição Federal, segundo o qual “a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos”.

A busca pela transparência pública tem acarretado, nas últimas décadas, intensas transformações e modernizações do setor público brasileiro. Para Saldanha (2006, p. 12), a gestão pública “associa-se a uma determinada fase de mandato”. Sendo assim, o autor menciona que a gestão pública corresponde à mesma “atividade administrativa vinculada à lei ou à norma técnica e à política, realizando funções administrativas em um determinado período de tempo”.

Matias-Pereira (2009, p. 2) entende a gestão pública como a governança de uma rede complexa, integrada por inúmeros e distintos atores como partes do governo local, regional e nacional, cujos objetivos e interesses são conflitantes. Assim, fica evidenciado que o governo não é um ator que pode impor de forma unilateral os seus desejos sobre os demais (MATIAS-PEREIRA, 2009, p. 2).

Saldanha (2006, p. 13) afirma que a natureza da gestão pública é a de uma função pública para quem a exerce, ou seja, “a de um encargo de defesa, conservação e aprimoramento dos bens, serviços e interesses da coletividade”.

Matias-Pereira (2009, p. 7) comenta que a administração pública é o elo de ligação entre o Estado e a sociedade, já que ela “tem a responsabilidade de atender às demandas da sociedade, com serviços públicos de qualidade e transparência”. Desta forma, Saldanha (2006, p. 13) argumenta que a gestão pública tem como finalidade “o bem comum da coletividade administrada”. Este objetivo deve orientar as atividades do gestor público, pois, se isto não ocorrer, o gestor estará traindo o mandato de que está investido.

Para Castro Júnior (2005), a gestão municipal corresponde à administração pública dos bens e interesses municipais executados pelo gestor municipal por meio da atividade administrativa, atos de gestão, os quais devem estar de acordo aos princípios básicos da administração pública. Gasparini (1995 *apud* SALDANHA, 2006, p. 13) “amplia o leque de princípios” do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, que norteiam a gestão pública, que são: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, continuidade, indisponibilidade e igualdade. De acordo com Matias-Pereira (2009), a administração pública contemporânea tem como desafios a viabilização da inclusão, a redução da desigualdade e a promoção do desenvolvimento econômico e social sustentável, o que faz com que os governos repensem a questão da governança, do modelo de gestão pública e do relacionamento com a sociedade. Assim, o autor menciona que os governos devem buscar além da eficiência, a ética, a moral e a transparência na administração pública.

2.4.1. Administração pública no Brasil

A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios, além do Distrito Federal, constituindo-se em Estado democrático de direito e fundamentando-se na soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana e nos valores do trabalho e da livre iniciativa, com pluralismo político. A União, Estados, Municípios e Distrito Federal são entidades estatais de direito público, com poderes políticos e administrativos (SANTOS, 2005).

A administração pública brasileira, direta e indireta, de qualquer dos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) da União, Estados, Distrito Federal e Municípios está submetida aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, com flexibilidade nos processos sem ferir os trâmites legais e ações administrativas, permitindo às instituições e pessoas alcançarem seus objetivos, atendendo a todos com igualdade e respeitando a Constituição Federal (SANTOS, 2005).

Segundo Souza e Araújo (2003), os diferentes conceitos de “público” envolvem questões de poder, política, legitimidade e valores, sendo, no Brasil, o entendimento da administração pública como “o que é de todos” ou “coisa pública”.

A administração pública brasileira teve sua área de conhecimento influenciada por quatro paradigmas, que direcionaram a produção do conhecimento e o pensamento administrativo (KEINERT, 1994).

O primeiro período de estudo da administração pública no Brasil foi compreendido entre 1900 e 1929, quando a Administração Pública era vista como um ramo dependente do Direito Administrativo.

Para Keinert (1994), esse enfoque jurídico exerce influências até hoje, atuando muitas vezes como limitante das questões gerenciais.

O período de 1930 a 1979 foi marcado pela influência dos “Princípios da Administração”, equiparando a administração pública à privada e sendo aplicável em diferentes contextos.

O entendimento da administração pública como ciência política ocupou o período de 1980 a 1989, em decorrência do contexto político e social dessa fase, na qual o país experimentou uma grande reorganização social.

A partir da década de 90, a administração pública passa a ser vista como uma área específica do conhecimento e como um processo que deve favorecer a participação social na gestão pública, passando a sociedade a exigir uma forma de administração pública que considere a democracia e aperfeiçoe os instrumentos de gestão e inovação com finalidades gerenciais (KEINERT, 1994).

2.4.2. Nova administração pública

O movimento denominado Nova Administração Pública ou Administração Pública Gerencial surgiu na segunda metade do século XX como forma de enfrentar a crise do Estado por meio da redução dos custos, gerenciamento tributário, maior eficiência na prestação dos serviços públicos e proteção do patrimônio público contra o *rent-seeking*⁶ (BRESSER PEREIRA, 1995).

A administração pública gerencial é orientada para a sociedade e para obtenção de resultado. Segundo Bresser Pereira (1995), a nova administração pública é um local de debate, de diálogo profissional, envolvendo a comunidade acadêmica e os servidores públicos.

As influências da nova administração pública são advindas da *Public Choice* ou teoria da escolha pública e da teoria de agência.

A teoria da escolha pública admite o racionalismo econômico, pelo qual indivíduos motivados por interesses pessoais buscam maximizar seus interesses econômicos. Aplicando-se o mesmo princípio ao comportamento político na escolha dos governantes, entende-se que os eleitores votam para atender seus interesses, políticos visam sua manutenção no poder e burocratas buscam atender às razões corporativas.

No que diz respeito à teoria de agência, o pressuposto é a existência de relações contratuais no meio social, havendo para tanto o contratante ou principal e o contratado ou agente. A relação que se estabelece é definida da seguinte maneira: o principal depende da ação do agente ou de informações a ele pertencentes para obter o retorno que necessita.

⁶ Fenômeno de privatização do setor público, pelo qual são formados grupos de pressão em torno do aparelho estatal, buscando vantagens pessoais ou de classes.

A relação entre os atores principais e agentes pode ser implícita ou explícita, sendo que o objetivo principal é sempre a satisfação das partes, que no entanto é dificultada pela assimetria de informações em favor do agente, que detém informações privilegiadas e desconhecidas pelo principal.

O conflito de agência, como é denominado o impasse entre principal e agente é também oneroso, pois gera custos de monitoração incorridos pelo principal, que visando vigiar o comportamento do agente incorre em despesas incorridas na instituição de mecanismos com esse fim; e custos de demonstração do agente, que tem interesse em demonstrar que sua ação administrativa não vem em detrimento dos resultados da firma.

Além disso, a assimetria de informações interfere ainda na eficiente alocação de recursos, desencadeando o fenômeno da seleção adversa, pelo qual os níveis de investimentos de um mesmo capital e trabalho empregados estejam aquém do melhor ponto de vista social.

- a) O Estado contrata empresas privadas para concessão de serviços públicos, significando um tipo de regulação contratual, pela qual o principal (Estado) controla o agente (empresas).
- b) Os cidadãos contratam políticos para representar seus interesses, pressupondo-se a adoção de mecanismos de supervisão, para assegurar que os políticos (agentes) cumpram o estabelecido de forma implícita em atendimento aos interesses dos eleitores (principais).
- c) Os políticos contratam burocratas para realizarem as políticas públicas, criando instrumentos de controle que garantam o cumprimento das regras contratuais por parte dos empresários (agente) em relação aos políticos (principais).

Considerando-se as relações sob o ponto de vista de que o agente tem que prestar contas ao principal, infere-se a idéia de *accountability*. Neste sentido, a reforma do Estado seria direcionada à produção de contratos adequados. Entretanto, dado o risco de aumento nos custos de transação em decorrência do aumento de processos de seleção adversa, como baixo padrão produtivo e risco oral, a orientação deve ser de prescrição aos diferentes atores de mecanismos de incentivos, prestação de contas e verificação de resultados.

2.5. Finanças públicas

Para Saldanha (2006, p. 77), uma organização pública busca financeiramente captar, aplicar e distribuir eficientemente os “recursos necessários para satisfazer os anseios da população e os objetivos e metas aos quais se propõe o governo”.

Para Baleeiro, finanças públicas é “a disciplina que, pela investigação dos fatos, procura explicar os fenômenos ligados à obtenção e dispêndio do dinheiro necessário ao funcionamento dos serviços a cargo do Estado” (BALEEIRO, 2002, p. 8).

De acordo com Musgrave e Musgrave (1980), finanças públicas representam o conjunto de problemas que se concentram em torno do processo de receitas e despesas. As funções do governo expandiram-se no século XX, fazendo com que o elenco das atribuições econômicas governamentais se ampliasse,

Num enfoque abrangente, Musgrave (1976) aponta que a teoria das finanças públicas estabelece que o governo deve intervir na economia com o objetivo de minimizar as falhas de mercado.

O Estado existe fundamentalmente para realizar o bem comum. A doutrina costuma analisar esta grande finalidade do Estado desdobrando-a em três vertentes: O bem-estar; a segurança e a justiça. A interdependência dos fins do Estado assume particular importância em relação à grande e última finalidade do Estado: a promoção do bem comum. Assim, o Estado, enquanto forma de organização política por excelência da sociedade, pode ser aceito como o espaço natural de desenvolvimento do poder político (BRESEER PEREIRA, 2006, p. 36).

Por meio desta realidade, o Estado passa a ser encarado como representante e executor do poder político, exercendo por meio do governo a sua principal atribuição: atender e proporcionar o bem comum aos cidadãos, regulando o funcionamento da sociedade.

2.5.1. O papel do estado frente às falhas de mercado

O setor privado apresenta falhas decorrentes da livre operação do mercado, constituindo-se o Estado em determinante regulador do

funcionamento da sociedade, cujo papel é de suma importância no campo econômico.

Em uma situação em que a eficiência de recursos é maximizada e o mercado atinge a condição de Ótimo de Pareto, a figura do governo como planejador central deixa de ser exigida.

Ótimo de Pareto representa a situação em que os recursos de uma economia são alocados de tal maneira, que nenhuma reordenação diferente possa melhorar a situação de qualquer agente econômico, sem piorar a situação de qualquer outro agente econômico (SANDRONI, 2000, p. 437).

Tal condição ideal sob o ponto de vista da concorrência perfeita é impossibilitada pela existência das “falhas de mercado” quais sejam: a existência de bens públicos, a falha de competição que se reflete na existência de mercados de monopólios naturais, as externalidades positivas e negativas, os mercados incompletos, as falhas de informação e a ocorrência de desemprego e a inflação.

Em relação à existência de bens públicos, os mesmos são financiados pelo sistema de tributação em que “[...] o indivíduo que esperasse obter um benefício maior teria uma contribuição mais elevada de acordo com custo da oferta do bem em questão” (RIANI, 1986, p. 47).

Sua disposição a toda a sociedade, diferentemente dos bens privados, que são exclusivos de um indivíduo e cujo consumo não é reduzido por parte de outro indivíduo, coloca-os na condição de “não-exclusão”. Por esta situação, apresentam-se como uma falha de mercado, situação que a interferência de um terceiro agente econômico, no caso o governo, poderia satisfazer (LIMA, 2006).

No que tange à existência de monopólios naturais, Riani (1986) explica que a produção de determinados bens ou serviços torna-se vantajosa para apenas um produtor, em decorrência dos elevados custos das operações e do tamanho do mercado consumidor.

Em condições de monopólios naturais, o governo pode desempenhar um papel de regulador dos preços quando o produtor de tais bens for privado, para que não sejam abusivos, prejudicando assim o interesse da sociedade, ou o governo pode apresentar-se como o produtor responsável pela oferta dos bens ou serviços de monopólios naturais (LIMA, 2006).

As externalidades positivas ocorrem quando a ação de um agente econômico possibilita vantagens para a sociedade como um todo, enquanto as externalidades negativas ocorrem quando a ação de um agente econômico prejudica os demais agentes da sociedade (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000).

Para Giambiagi e Além (2000), a geração de externalidades positivas pode ser intermediada pela ação do Estado, por meio de concessão de subsídios ou da própria produção direta, assumindo a responsabilidade por investimentos via receitas próprias, endividamento ou concedendo subsídios para que a iniciativa privada desenvolva ações neste sentido, como as parcerias público-privadas.

O Estado pode interferir no mercado com vistas à diminuição das externalidades negativas através da adoção de multas e impostos, desestimulando ações econômicas que venham a prejudicar a sociedade, como incrementar alíquotas de impostos maiores em produtos como cigarro e bebidas (RIANI, 1986).

Quanto à existência de mercados incompletos, Riani (1986) comenta que os mercados incompletos caracterizam-se pela produção de bens ou serviços que os produtores privados não estariam dispostos a ofertar à sociedade, mesmo que os custos de produção desses bens e serviços sejam inferiores aos preços que os consumidores estivessem aptos e dispostos a pagar, ou por falta de recursos para a implementação de tal produção ou pelo alto risco de investimento no negócio.

No que tange às falhas de informação, Giambiagi (2000) comenta que, por meio unicamente do mercado, o fornecimento de informações para que os consumidores atuem de forma racional no âmbito econômico é insuficiente. Desta forma, o governo interfere na economia por meio da legislação para regulamentar o fornecimento de informações mercadológicas aos consumidores, de maneira que contribua na eficiência do fluxo dessas informações.

Finalmente, a existência de desemprego e inflação é corrigida pelo Estado, a partir da intervenção estatal por meio da produção de bens públicos, para promover o pleno emprego e, através das políticas econômicas, estabelecer o equilíbrio de preços é decorrente da realidade de que o livre

funcionamento do mercado não soluciona os problemas de desemprego e inflação.

2.5.2. A ação do estado através da política fiscal

Musgrave e Musgrave (1980) comentam que, para fazer face a seus compromissos e atender aos anseios da sociedade, o Estado precisa arrecadar recursos e direcioná-los em gastos de modo a promover a gestão eficiente da economia pública. Para tanto, a administração pública deve pautar sua política fiscal em três principais funções: alocativa, distributiva e estabilizadora (REZENDE, 2001).

A ação do governo através da política fiscal abrange três funções básicas. A função alocativa diz respeito ao fornecimento de bens públicos. A função distributiva, por sua vez, está associada a ajustes na distribuição de renda que permitam que a distribuição prevalecente seja aquela considerada justa pela sociedade. A função estabilizadora tem como objetivo o uso da política econômica visando a um alto nível de emprego, à estabilidade dos preços e à obtenção de uma taxa apropriada de crescimento econômico (GIAMBIANGI; ALÉM, 2000).

2.5.2.1. Função alocativa

A. incapacidade do mercado em alocar os recursos de forma eficiente exige a intervenção estatal, que “passa a oferecer bens e serviços que o mercado não é capaz de oferecer à sociedade (GIAMBIANGI, 2000).

Saldanha (2006) comenta que a função alocativa refere-se ao fornecimento de bens que o governo deve oferecer à sociedade, seja porque o setor privado não tem mecanismos de fornecimento e financiamento, seja porque o bem não é atrativo para aquele, ou seja, porque a natureza da atividade exige a universalização pelo governo, pois seus benefícios são tanto para o indivíduo como para a sociedade.

Os agentes econômicos demandam bens privados e bens públicos e o governo deve alocar os recursos para produção de ambos, visando atender a demanda desses agentes.

Alguns bens básicos à sociedade, como energia, transportes e telecomunicações, não são produzidos pelo setor privado, sendo o governo o

realizador da alocação dos recursos ou o responsável pela regulação e criação de mecanismos que viabilizem a oferta pelo setor privado, não só pela importância do desenvolvimento econômico como também pelo seu caráter social (RIAN, 1986).

2.5.2.2. Função distributiva

Segundo Musgrave e Musgrave (1980), a função distributiva é a mais complexa dentre as três e utiliza os instrumentos legais disponíveis, como impostos, transferências, subsídios e outros, para promover, dentro da concepção de desenvolvimento econômico, melhorias na distribuição de renda.

Saldanha (2006, p. 78) argumenta que a função distributiva “tem como objetivo distribuir a renda e a riqueza à população de modo mais equilibrado, minimizando as diferenças que o sistema de mercado provoca em sua distribuição”.

A remuneração dos fatores de produção (terra, capital, trabalho) pode apresentar resultados que contribuem para distribuição de renda insatisfatória à sociedade, por meio dos preços de venda dos serviços remunerados por estes fatores e do preço dos produtos resultantes da produção, tornando a ação do Estado necessária.

A tarefa da divisão de distribuição é determinar e assegurar este estado apropriado de distribuição. Agindo assim, a citada divisão pode supor que a satisfação das necessidades públicas está corretamente determinada pela divisão de alocação e que a divisão de estabilização mantém o pleno emprego e a estabilidade do nível de preços (MUSGRAVE, 1976, p. 40).

Segundo Giambiagi e Além (2000), os mecanismos mais utilizados pelo governo para executar a função distributiva são:

- Mecanismos de Transferências: uma parte da renda e da riqueza de uma parcela da população é transferida para outra por meio de distribuição direta de renda, como é feito na tributação pelo imposto de renda.
- Mecanismo de Impostos: os produtos consumidos pela classe com maior renda são tributados, e a arrecadação decorrente é destinada à realização de políticas e programas voltados às parcelas mais carentes da população, como programas de construção de moradias populares.

- Mecanismo de Subsídios: os produtos de primeira necessidade mais procurados pela parcela da população com menor renda são tributados negativamente, como acontece com a cesta básica.

2.5.2.3. Função estabilizadora

A função estabilizadora foi proposta a partir da publicação da obra de John Maynard Keynes “Teoria Geral do Juro, do Emprego e da Renda” em 1936, com o objetivo de manter a estabilidade econômica, buscando minimizar as crises macroeconômicas, por meio do elevado nível de emprego, da estabilização no nível de preços, do equilíbrio na balança de pagamentos e de uma aceitável taxa de crescimento econômico (SALDANHA, 2006).

Segundo Matias e Campello (2000), esta função se preocupa com o nível de utilização dos recursos e com a estabilidade da moeda, sendo a estabilização realizada por meio de políticas fiscais e monetárias.

Musgrave (1976, p. 45-46) argumenta que

[...] uma economia livre, se descontrolada, tende a flutuações mais ou menos drásticas em preços e emprego; e, a partir das variações de duração relativamente curto, pode surgir desajustamentos do tipo secular, ocasionando desemprego e inflação. A política governamental deve assumir uma função estabilizadora para que possa manter quedas no nível de emprego e na estabilidade dos preços dentro de limites razoáveis (MUSGRAVE, 1976, p. 45).

A manutenção dos níveis de emprego abaixo do desejado leva o governo a interferir na demanda agregada por meio da geração de déficit público, endividamento ou diminuição da alíquota de tributos, promovendo assim a elevação dos gastos e dos níveis de pleno emprego. Por outro lado, quando há inflação, a interferência estatal se dá por meio da realização de superávits orçamentários, “reduzindo o nível de demanda agregada por meio da diminuição da poupança privada, pelo aumento da receita de arrecadação ou por meio da redução da despesa orçamentária, promovendo desta forma a estabilização dos preços na economia” (LIMA, 2006).

Enfim, ao afirmar que as imperfeições do mercado fazem com que exista a necessidade de intervenção do Estado na economia, a teoria das finanças públicas busca, por meio da análise das funções estatais, justificar o

intervencionismo como sendo uma tentativa de corrigir as falhas do mercado que impedem que a sociedade alcance o bem-estar social.

2.6. Orçamento público

A obtenção de recursos é necessária ao Estado para realização de serviços e oferecimento de bens pelo governo, como saúde, educação, segurança, regulação e justiça. Entretanto, a execução de gastos dos recursos arrecadados em atendimento às atividades públicas é feita por meio da gestão do planejamento e orçamento públicos.

[...] envolvem a seleção de fins e escolhas de meios para alcançar as metas selecionadas. São, por conseguinte, sistemas para proceder a escolhas acerca de fins e meios. Neles existem diversos e complexos canais para troca de informações; canais que processam as informações concernentes àquilo que é desejado e avaliam a respeito do que está sendo realizado. No bojo desses sistemas nota-se uma série de processos intrincados, que ligam os valores políticos e econômicos, e que são integrais aos sistemas de planejamento e orçamentação. Fazer escolhas orçamentárias relacionadas com o emprego de fins e meios envolve especificadamente a tomada de decisões para alocar aqueles recursos dentro do sistema privado, considerando a possibilidade de diferentes usos alternativos (PEREIRA, 2006, p. 254).

A origem do orçamento público deu-se com o desenvolvimento da democracia, sendo que acerca de sua definição não se chegou a um conceito que fosse aceito pacificamente pela maioria dos autores.

Neste sentido, Angélico (2002) afirma que existem três teorias sobre a matéria:

A primeira, [...] declara que o orçamento é sempre uma lei. A segunda [...] sustenta que o orçamento é, em algumas de suas partes, um simples ato administrativo, às vezes simplesmente contábil, e em outras partes, ele é lei. A terceira teoria, mais difundida, [...] entende que o orçamento possui apenas a aparência de lei, mas sua substância não é a de uma lei (p. 18).

Do ponto de vista doutrinário, o orçamento “é considerado o ato pelo qual o Poder Legislativo prevê e autoriza ao Poder Executivo, por certo período e em pormenor, as despesas destinadas ao funcionamento dos serviços públicos assim como a arrecadação das receitas já criadas em lei” (BALEEIRO, 2002, p. 411).

No entendimento de Giacomoni (2001, p. 66), o orçamento público

[...] é algo mais que uma simples previsão de receita ou estimativa de despesa, deve ser entendido como um documento que apresenta os propósitos e objetivos para os quais os créditos se fazem necessários, os custos dos programas propostos para atingir aqueles objetivos e dados quantitativos que meçam as realizações e o trabalho levado a efeito de qualquer programa.

De acordo com Aquino (2002), o Orçamento Público é o ato administrativo do Poder Executivo revestido de força legal – autorizado pelo Poder Legislativo, o qual estabelece um conjunto de ações governamentais a serem realizadas durante um determinado período de tempo.

Machado Júnior (2003) ensina que, no Brasil, segundo a Lei nº 4.320/64, adota-se o orçamento programa, [...] segundo o qual o Orçamento não é apenas um mero documento de previsão da arrecadação e autorização do gasto, mas um documento legal que contém programas e ações vinculados a um processo de planejamento público, com objetivos e metas a alcançar no exercício.

O sistema de planejamento público brasileiro encontra-se previsto no artigo 165 da Constituição Federal de 1988, segundo a qual a proposição das leis orçamentárias são de competência exclusiva do Poder Executivo e devem levar em conta o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O Plano Plurianual (PPA) é uma lei que abrangerá os respectivos poderes na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios; será elaborada no primeiro ano do mandato do Executivo e terá vigência de quatro anos. De acordo com o parágrafo 1.º do artigo 165 da Constituição Federal “a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é a lei anterior à lei orçamentária, que “compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento” (CF/88, art. 165 § 2.º).

A Lei Orçamentária Anual (LOA) disciplina todos os programas e ações do governo federal no exercício, sendo neste instituto que são estimados os recursos a serem arrecadados (receitas) bem como fixado o montante das despesas a serem executadas para atender as necessidades da população e permitir o desenvolvimento das atividades da máquina administrativa.

2.6.1. Receita pública

Angélico (2002) entende que “Receita pública, em seu sentido mais amplo, é o recolhimento de bens aos cofres públicos” (1992, p. 50).

Rosa Júnior (2002, p. 48) considera como receita pública

qualquer entrada de dinheiro nos cofres públicos (entrada ou ingresso), mas se reserva a denominação de receita pública ao ingresso que se faça de modo permanente no patrimônio estatal e que não esteja sujeito à condição devolutiva ou correspondente baixa patrimonial (2002, p. 49).

Para Baleeiro, “Receita pública é a entrada que, integrando-se no patrimônio público sem quaisquer reservas, condições ou correspondência no passivo, vem acrescer o seu vulto como elemento novo e positivo” (BALEIRO, 2002, p. 126).

Segundo Matias-Pereira (2006), a receita pública caracteriza-se como um ingresso definitivo de recursos ao patrimônio público, sem qualquer compromisso ou obrigatoriedade, aumentando as disponibilidades do tesouro.

De acordo com Silva (2004), receitas públicas são valores arrecadados pelos entes da federação em decorrência de dispositivos legais e constitucionais para alocação e cobertura das despesas públicas. Da mesma forma, Kohama (1998) menciona que as receitas públicas correspondem ao recebimento de numerários ou outros bens representativos de valores efetuados pelos cofres públicos em decorrência do direito que o governo possui em virtude de leis, contratos ou quaisquer outros títulos a favor do estado.

As receitas públicas são classificadas conforme discriminado na Lei 4.320/64, como orçamentárias, quando integram o orçamento público, tendo como finalidade custear os programas e ações governamentais; e extra-orçamentárias quando têm a finalidade de registrar o “ingresso financeiro de

caráter temporário, pois pertence a terceiros e do qual o Estado é um simples depositário” (SILVA, 2004, p. 42).

Para Kohama (1998), a receita orçamentária é aquela consubstanciada no orçamento público, consignada na Lei Orçamentária, que pertence ao ente público a arrecadação exclusivamente para aplicação em programas e ações governamentais e sua classificação econômica se divide em receitas correntes e receitas de capital, as quais são distribuídas por fontes de receitas. Quanto às receitas extra-orçamentárias, segundo Rezende (2001), referem-se aos recolhimentos efetuados pelos órgãos públicos sem autorização orçamentária. São receitas que o estado arrecada, mas não lhe pertencem, por ser apenas depositário destes recursos, visto que busca fazer face às exigências contratuais pactuadas para posterior devolução.

As receitas extraorçamentárias não integram o orçamento público e não dependem de autorização legislativa. Correspondem às cauções, fianças, depósitos para garantia de instância, consignações em folha de pagamento a favor de terceiros, retenções na fonte, salários não reclamados, operações de crédito a curto prazo e outras assemelhadas (SALDANHA, 2006, p.86).

Para Brasil (2004), as receitas correntes, que enquadram-se nas receitas orçamentárias, são recursos financeiros oriundos das atividades operacionais, para a aplicação em despesas correspondentes e em atividades operacionais, correntes ou de capital, visando o alcance dos objetivos constantes dos programas e ações de governo. As receitas correntes são derivadas do poder de tributar ou da venda de produtos e serviços, que contribuem para a finalidade fundamental do órgão ou entidade pública.

Conforme Saldanha (2006, p. 85) as receitas correntes são as receitas tributárias, patrimoniais, industriais, transferências correntes e receitas diversas. As receitas tributárias resultam da cobrança de tributos (imposto, taxa e contribuição de melhoria) pagos pelos cidadãos devido às suas atividades, rendas, propriedades, benefícios diretos e imediatos recebidos do Estado. As receitas patrimoniais e industriais “são aquelas que resultam da ação direta do Estado na exploração de atividades comerciais, industriais, agropecuárias, bem como das rendas obtidas na aplicação de fundos em inversões financeiras, ou de produtos da renda de bens de propriedade do Estado”. As transferências correspondem a “recursos financeiros recebidos de outras entidades de direito

público ou privado e destinados ao atendimento de despesas correntes”. Quanto às receitas diversas, constituem “aquelas provenientes de multas, cobrança da dívida ativa, indenizações, restituições e outras receitas sem classificação específica”.

Segundo Fortes (2002), as receitas de capital representam os recursos financeiros originados das operações de crédito interna e externas ou constituição de dívidas (empréstimos e financiamentos), da alienação de bens (dominiais) ou conversão em espécie de bens e direitos, do superávit do orçamento de receita e despesa correntes de exercícios anteriores, amortizações, bem como das transferências recebidas para atender as despesas de capital (transferências intragovernamentais e intergovernamentais, transferências de instituições privadas, transferências do exterior, transferências de pessoas, transferências de convênios), transferências de capital e outras receitas de capital (integralização do capital social, outras receitas).

De acordo com Matias e Campello (2000), as receitas ainda podem ser classificadas em próprias e de transferências. As receitas próprias correspondem àquelas arrecadadas pela entidade responsável por sua aplicação, enquanto as receitas de transferências são originárias de repasses captados por outras esferas. No município, por exemplo, são consideradas como receitas próprias as receitas tributária, de contribuição, patrimonial, agropecuária, industrial e de serviços; e as receitas de transferências intergovernamentais correspondem às transferências da União, do Estado, dos municípios e multigovernamentais.

2.6.2. Despesa pública

Baleeiro (2002, p. 73) define despesa pública como sendo “a aplicação de certa quantia, em dinheiro, por parte da autoridade ou agente público competente, dentro de uma autorização legislativa, para execução de fins a cargo do governo”.

O conceito de despesa pública segundo Angélico (2002, p. 68) é “todo pagamento efetuado a qualquer título pelos agentes pagadores. Saídas, desembolsos, dispêndios ou despesa pública são expressões sinônimas”.

Segundo Rezende (2001), as despesas públicas podem ser classificadas, de acordo com a origem, em despesas orçamentárias e extraorçamentárias, sendo as primeiras autorizadas por leis e as segundas realizadas independentemente de autorização legislativa. As despesas orçamentárias ainda podem ser divididas em despesas correntes, que não têm vínculo direto com a formação ou aquisição de um bem de capital, representando os gastos de natureza operacional realizados pela administração pública para a manutenção e o funcionamento de seus órgãos e são dispêndios que causam decréscimo patrimonial; e despesas de capital, que são caracterizadas como gastos referentes à criação de bens de capital ou mesmo à aquisição de bens de capital já em uso.

As despesas públicas são classificadas em orçamentárias, quando realizadas para a manutenção e expansão dos serviços públicos, podendo alterar o patrimônio líquido do estado ou apenas gerar uma mutação patrimonial e, obrigatoriamente, são previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA); e extraorçamentárias, quando se trata de desembolso financeiro decorrente da devolução dos recursos recebidos anteriormente a título de ingresso extraorçamentário, não afetando o patrimônio do estado e não são previstas na LOA.

Para Machado e Reis (1999, p. 50-51), as despesas, quando classificadas conforme sua categoria econômica, subdividem-se em: despesas correntes, quando destinadas à manutenção e funcionamento dos serviços públicos em geral; e de capital, executadas com intenção de adquirir ou construir bens de capital que contribuirão para a produção ou geração de novos bens ou serviços e integrarão o patrimônio público.

Os desdobramentos das despesas de capital são investimentos, inversões financeiras e transferências de capital, considerando-se “aquela despesa de capital que geraria serviços e, em consequência, acréscimos ao Produto Interno Bruto (MACHADO; REIS, 1999, p. 38).

As despesas correntes desdobram-se em despesas de custeio, quando realizadas pela administração pública para manutenção e operação de serviços já criados e instalados e transferências correntes, relacionadas à destinação de recursos a outras esferas ou entidades.

O Orçamento Público é o instrumento pelo qual são estabelecidas ações governamentais a serem realizadas durante um determinado período de tempo, sendo através dele que o montante de despesas a serem executadas para atender às necessidades da população e permitir o desenvolvimento da máquina administrativa é previamente fixado.

Dessa forma, o aporte de recursos existentes nos Orçamentos Públicos pode constituir-se em um meio de manipulação de gastos com vistas ao atendimento de interesses políticos em detrimento das necessidades sociais.

2.7. Estudos empíricos

Há um crescente número de trabalhos sobre estudos políticos voltados para o Brasil, objetivando comprovar empiricamente os aspectos propostos pela teoria.

Conforme a literatura pesquisada, o trabalho pioneiro na análise de ciclos político-econômicos no Brasil foi realizado por Fialho (1996), que analisou para o período de 1953 a 1995 a influência das eleições sobre o comportamento de indicadores macroeconômicos. A estimação foi realizada por meio de econometria de séries temporais com uma variável *dummy* para anos eleitorais, sendo consideradas todas as eleições (municipais, estaduais e federais). Os resultados indicaram, empiricamente, efeitos significativos das eleições tanto sobre a política monetária quanto sobre o crescimento do PIB.

Utilizando a metodologia de dados em painel, Cossio (1998) analisou o comportamento fiscal dos estados brasileiros durante o período de 1985 a 1997, considerando o monitoramento da população e dos partidos políticos sobre as despesas públicas. No modelo proposto, o autor incluiu uma variável denominada *fragmentação partidária* para detectar a influência nos gastos públicos relacionada ao número de aliados que o governante tem na Assembléia Legislativa. Os resultados sugerem evidências da existência de ciclos políticos para as despesas estaduais em anos eleitorais.

Preussler (2001) testou a existência de ciclos políticos oportunistas nas variáveis macroeconômicas, nos instrumentos da política fiscal e na taxa de juros do Brasil no período de 1980 a 2000, utilizando modelos econométricos autorregressivos integrados de médias móveis (ARIMA), com variáveis *dummy*

de intercepto nos meses que antecedem as eleições. Os resultados empíricos apresentam evidências do oportunismo político na taxa de inflação e na despesa total do governo federal.

Ogura (2002) realizou um teste empírico com as variáveis: desemprego, inflação, oferta monetária, gastos de custeio e investimento e encargos, para o governo federal no período de 1980 a 1999. Nos resultados obtidos, foram encontrados indícios de redução do desemprego antes das eleições e de expansão do PIB (Produto Interno Bruto) para as eleições presidenciais; e, para os gastos governamentais, houve indicações da existência de um ciclo, mas não significativo.

Bittencourt (2002) analisou, através de uma abordagem de dados em painel não balanceado, o comportamento das receitas e despesas dos governos estaduais brasileiros no período de 1983 a 2000. Os resultados obtidos pelo autor apontam para existência de ciclos políticos oportunistas de forma significativa nas despesas públicas.

Cançado e Araújo Júnior (2004) analisaram as despesas de custeio, de investimento, a receita total, a receita tributária, além do PIB dos municípios do estado de Minas Gerais, com enfoque nas eleições do ano de 2000, utilizando a metodologia de dados em painel. Os resultados empíricos levaram os autores a concluir que o fato de pertencer ao mesmo partido do governador do estado é fator determinante para a reeleição do prefeito e que os eleitores premiam os governantes que conseguem maior volume de recursos para o município.

Ferreira e Bugarin (2004) utilizaram a metodologia de dados de painel com efeitos fixos, para analisar o papel das transferências voluntárias no resultado das eleições municipais no Brasil no período de 1998 a 2002. Foram encontradas evidências de ciclos eleitorais, sobretudo nas eleições estaduais.

Sakurai (2004) analisou o comportamento fiscal dos municípios do Estado de São Paulo no período de 1989 a 2000. O autor analisou as despesas orçamentárias, de pessoal, com transferências e de investimentos, bem como a receita orçamentária. Foi também considerada a hipótese de coincidência entre os partidos do prefeito e do governador no sentido de controlar potenciais efeitos, que poderiam ser gerados nas despesas através da coincidência partidária entre estes dois níveis de governo. Os resultados encontrados sugerem a existência de ciclos políticos nos períodos eleitorais e o

alinhamento partidário com o governador e o presidente como fatores determinantes para o sucesso eleitoral.

Nagakuma (2006) investigou componentes específicos dos orçamentos estaduais brasileiros no período de 1986-2004, utilizando a metodologia de painéis dinâmicos. Os resultados empíricos apontam para elevação da receita orçamentária nos anos eleitorais e que os partidos de esquerda apresentam grau elevado de intervenção na economia através de uma maior arrecadação de recursos e de maior execução fiscal.

Melo (2006) estudou, através da metodologia de dados em painel, o comportamento das finanças públicas dos estados brasileiros no período 1986-2002, tendo encontrado evidências empíricas da existência de ciclos orçamentários determinados pelo calendário eleitoral e políticas partidárias.

Oliveira (2006) analisou variáveis fiscais e contábeis nos municípios do Rio de Janeiro para o período 1998-2006 e, por meio da análise de dados em painel, concluiu ter ocorrido variações nos gastos em determinados itens da despesa orçamentária em decorrência do calendário eleitoral.

Videira (2010) estimou um modelo de séries de tempo para a taxa de câmbio, com variáveis de controles políticos, tendo encontrado oscilações econômicas em períodos próximos às eleições e sua queda após o pleito.

2.8. O Estado de Minas Gerais

O Estado de Minas Gerais, uma das 27 unidades federativas do Brasil, está localizado a noroeste da região Sudeste do país, ocupando 7% do território nacional, em uma área correspondente a 586.528,293 km², na qual se distribuem 853 municípios e 1.592 distritos. População estimada em 2009: 20.033.665 (MINAS GERAIS, 2001).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2009), Minas Gerais é o segundo estado mais populoso do Brasil, estando a região metropolitana de Belo Horizonte, capital do estado, em terceiro lugar quanto à aglomeração populacional do país com cerca de cinco milhões de habitantes.

2.8.1. Aspectos geográficos

Os climas no estado são predominantemente tropical e tropical de altitude, com temperaturas médias anuais inferiores a 20° na maior parte do Estado, sendo que as regiões mais altas e sul do estado chegam a apresentar temperaturas próximas de 0°C. Nas regiões sul e sudeste, são registrados os maiores índices pluviométricos, enquanto, nas regiões Norte e Nordeste, as chuvas escassas e as altas temperaturas tornam essas porções susceptíveis a seca (SILVA; CARMO, 2008).

O relevo caracteriza-se pela existência de planaltos com escarpas nas regiões leste, sul e sudeste do Estado, encontrando-se a maior parte do território a uma altitude superior a 600 metros, sendo que o Pico da Bandeira, com 2.890 m de altura, localizado na Serra da Mantiqueira, é o ponto mais elevado do Estado (SILVA; CARMO, 2008).

De acordo com Rocha (1995), a vegetação do estado de Minas Gerais é originalmente constituída pelo cerrado, mata atlântica, campos rupestres e mata seca. O cerrado ocupa praticamente metade do território do estado, ocorrendo nas regiões central, oeste, noroeste e norte. A segunda maior área de cobertura, representada pela Mata Atlântica, nas porções sul, sudeste, central e leste mineiras, tem sido severamente desmatada e, atualmente, reduzida a pequenas áreas.

A bacia hidrográfica do estado de Minas Gerais é formada pelas regiões dos rios São Francisco, Paraná, Atlântico Leste e Atlântico Sudeste. O principal rio que banha o estado é o São Francisco, cuja nascente encontra-se na Serra da Canastra e drena quase metade das áreas do estado, constituindo-se em recurso hídrico estratégico fundamental para o desenvolvimento da região nordeste do estado. O rio São Francisco percorre uma extensão de 3.160 km, numa bacia de 631.133 km², encontrando-se em seu curso, no Estado de Minas Gerais, a barragem Três Marias, onde funciona a usina hidrelétrica do mesmo nome, que fornece energia para grande parte do Estado (SILVA; CARMO, 2008).

2.8.2. Aspectos econômicos

O Estado de Minas Gerais possui uma economia bastante dinâmica, devido seu parque industrial amplo e diversificado, ao bom desempenho da agricultura moderna e ao setor terciário desenvolvido.

De acordo com Paula (2000), a formação econômica do estado de Minas Gerais iniciou-se a partir do povoamento e exploração do interior no período colonial, com as expedições em busca de metais preciosos. No século XVII, com a descoberta de grandes jazidas minerais, um grande número de exploradores passou a migrar para a região do estado de Minas Gerais, e surgiram as primeiras vilas, criando assim as condições para o povoamento da área.

A exploração do ouro entrou em declínio no final do século XVIII, levando a economia do estado à estagnação até o século XIX, quando a atividade exportadora, baseada na cultura do café impulsionou novamente o desenvolvimento de Minas Gerais, como atividade econômica predominante até 1950, quando o estado passou a destacar-se na produção siderúrgica (PAULA, 2000).

Rocha (1995) aponta que, no decorrer dos anos 1970, o estado passa a receber uma série de investimentos que deram início à consolidação da indústria.

No decorrer de 1970 Minas Gerais passou a atrair uma diversidade de investimentos, tendo como fatores responsáveis pelo desenvolvimento a reversão da concentração de indústrias na região metropolitana de São Paulo, o declínio econômico do Rio de Janeiro, a existência de recursos naturais abundantes, a disponibilidade de infra-estrutura econômica, a existência de indústria de base e mercado para bens de capital, privilegiada posição geográfica, incentivos fiscais e aparato institucional de apoio à industrialização aliada a ativa liderança política (SIMÃO, 2004).

A partir da inserção de Minas Gerais na década de 70, o estado passou a apresentar taxas de crescimento do PIB estadual acima da média nacional.

Tabela 2 - Taxa de crescimento médio anual do PIB

Unidades	70-80	80-90	90-99
Minas Gerais	11,67	2,40	2,86
São Paulo	9,71	2,30	1,81
Rio de Janeiro	8,12	0,16	3,37
Brasil	8,56	2,16	2,46

Fonte: Santos (2002).

A partir dos anos de 1970, Minas Gerais tem apresentado uma participação média em torno de 10% no PIB nacional. Em 2000, o PIB mineiro atingiu 106.169 bilhões, o que equivale a 9,64% do PIB nacional.

Conforme dados do IBGE (2008), em 2007, os estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul foram responsáveis por mais de 60% da produção nacional.

Tabela 3 - Estados com maior participação no PIB nacional em 2007

Unidades	R\$	Participação (%)
São Paulo	881.920.000,00	33,92
Rio de Janeiro	289.900.000,00	11,15
Minas Gerais	235.820.000,00	9,07
Rio Grande do Sul	172.640.000,00	6,64
Paraná	157.820.000,00	6,07
Brasil	2.600.000.000,00	100,00

Fonte: IBGE (2008).

Conforme dados da Fundação João Pinheiro – FJP (2010), o PIB do estado de Minas Gerais atingiu R\$ 241,3 bilhões de reais, no ano 2009, sendo o terceiro maior Produto Interno Bruto do Brasil, correspondente a 9,10% do PIB nacional e 16,10% do PIB regional.

Em Minas Gerais, segundo o IBGE (2009), o PIB do estado é composto com a contribuição percentual de 8,45% da agropecuária, 31,9% da indústria e 59,7% de serviços.

Tabela 4 - PIB corrente segundo setores de atividade em 2009

Setores	R\$ (bilhões)	Participação (%)
Agropecuária	20,3	8,45
Indústria	76,9	31,90
Serviços	144,1	59,70
Total	241,3	100,00

Fonte: FJP (2010).

Ainda segundo dados da Fundação João Pinheiro (FJP, 2010), as exportações mineiras alcançou US\$ 7.143,3 milhões, o que correspondeu a 52,6% de crescimento em relação ao mesmo trimestre de 2009.

Os segmentos que mais influenciaram o comportamento das exportações de Minas Gerais foram: minérios e produtos minerais (85,7%), produtos siderúrgicos (58,4%), papel e celulose (112,4%) e café (15,1%).

Em relação às receitas do estado, a Fundação João Pinheiro (FJP, 2010) demonstra que, no segundo trimestre de 2010, a realização de receitas correntes do estado correspondeu a R\$ 11,04 bilhões, representando um aumento de 5,5% da receita corrente, em comparação com o mesmo período do ano anterior, tendo sido arrecadado de ICMS, principal fonte de receita estadual, o valor correspondente a R\$ 6,35 bilhões.

A heterogeneidade do desenvolvimento econômico do estado é um dos aspectos de suas disparidades: 75% do PIB estadual de 2001 correspondeu à participação de seis mesorregiões, quais sejam: Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, Campo das Vertentes, Sul de Minas, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Zona da Mata. Em contraste, as mesorregiões Noroeste, Jequitinhonha, e Mucuri representam apenas 7% do PIB estadual (RESENDE; CUNHA, 2002).

2.8.3. Aspectos políticos

De acordo com Machado (1997), a influência política que o Estado de Minas Gerais exerce na Federação está relacionada com a origem e a evolução do aparelho burocrático em seu território, destinado ao controle das atividades mineradoras. Em decorrência da burocracia advinda desse período, membros de famílias proprietárias de terras e minas passaram a suceder-se no poder.

Com a decadência do período do ouro, o aparelho burocrático estruturado não foi desarticulado. Apesar da transferência da base econômica para a atividade cafeeira, o poder continuou a ser exercido pelos mesmos membros, tendo-se alterado apenas a perspectiva ideológica das elites, pois, de uma concepção liberal formada como reação ao poder da metrópole portuguesa, passou-se a uma postura conservadora e ruralista (MACHADO, 1997).

Conforme Simão (2004), as famílias vinculadas ao aparelho burocrático desencadearam um processo de cooptação das elites regionais que, a nível político, deu-se através da coesão promovida nos momentos de transição do país e, a nível econômico, através da articulação das classes produtoras pelas lideranças políticas, através do sistema de planejamento.

Dessa forma, a estrutura econômica e política do Estado de Minas Gerais passa a constituir-se em uma mescla ideológica que espelha o panorama nacional, o que fez do mesmo um cenário propício à negociação e conciliação das elites políticas e econômicas do Brasil.

De acordo com o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI (2007-2003), historicamente, o estado de Minas Gerais tem-se firmado como referência política no país.

Ao longo de todo o regime republicano presidencialista brasileiro, excetuando-se os anos da ditadura militar, quase um terço dos presidentes tem sua origem política em Minas Gerais: Afonso Pena, Venceslau Brás, Arthur Bernardes, Delfim Moreira, Juscelino Kubitschek, Tancredo Neves e Itamar Franco. A predisposição mineira para formar líderes do País remonta à política do café-com-leite. Àquela época, Minas Gerais e São Paulo se alternavam na hegemonia política nacional. Esse freqüente exercício do poder criou um estilo mineiro de fazer política, cujas características peculiares são notórias nos presidentes acima citados e, ainda, nas legendárias figuras de Teófilo Otoni, João Pinheiro, Milton Campos, Francisco Campos, José Maria Alkimin e tantos outros (PMDI, 2007-2003).

A opção política de Minas Gerais, que impactou no contexto nacional pela aplicação do controle e transparências sociais, através da adoção do conjunto de iniciativas e procedimentos denominado “Choque de Gestão”, transformaram o Estado em centro de referência de gestão pública de qualidade.

A crise fiscal da década de 80 tornou evidente a inviabilidade do processo administrativo público, conforme conduzido até então, colocando como necessária uma reformulação do Estado. Nos anos 90, a Reforma do Estado passou a ser implementada em atendimento a fenômenos como a redemocratização, descentralização e mundialização econômica, que levaram o Brasil a ter suas estruturas políticas, sociais e econômicas transformadas.

Tal reforma está, diretamente, relacionada ao “esgotamento das condições de financiamento do antigo padrão de industrialização que, associado às pressões advindas do acirramento do processo de globalização, elevou o nível de competição entre os países e suas empresas, demandando um aumento no padrão de eficiência dos respectivos Estados” (PMDI, 2003-2007), resultando em crise fiscal interna e desordem nas finanças públicas.

A adoção do modelo da administração pública gerencial, pautado em critérios de técnica e racionalidade, leva ao estabelecimento de novas formas de relação entre o Estado e a sociedade, baseado em nova forma de gestão implantada pela reforma do Estado.

Esta reforma do Estado implicou a adoção de determinadas diretivas, como a eliminação de funções governamentais, cortes em despesa com custeio e investimentos, redução da folha de pessoal, privatização, desregulamentação e descentralização. Todas essas iniciativas indicam a tentativa de revisão do papel desempenhado pelo Estado como principal indutor do crescimento econômico e prestador de serviços sociais (CARVALHO et. al., 2003).

O plano de reforma do Estado de Minas Gerais, denominado de “Choque de Gestão” constitui-se por um conjunto de ações de otimização dos processos administrativos, reestruturação do aparelho estatal e avaliação de desempenho, tanto institucional quanto individual.

O atual processo de modernização da gestão pública administrativa mineira teve como principal opção estratégica estabelecer um novo modo de operação do Estado, visando sanear as finanças públicas e

buscando a eficácia da máquina pública. Esse processo baseou-se nos princípios da governança e *accountability* buscando a participação social, parcerias de vários setores da sociedade com a esfera pública, além da publicização das ações de governo. Assim, o conceito da reforma administrativa foi a prestação eficiente dos serviços públicos e o ajuste fiscal (CARVALHO et al., 2003).

Portanto, o programa de ações do “Choque de Gestão” contempla iniciativas de aperfeiçoamento da gestão pública visando a satisfação dos cidadãos, entendidos como principais clientes do Estado.

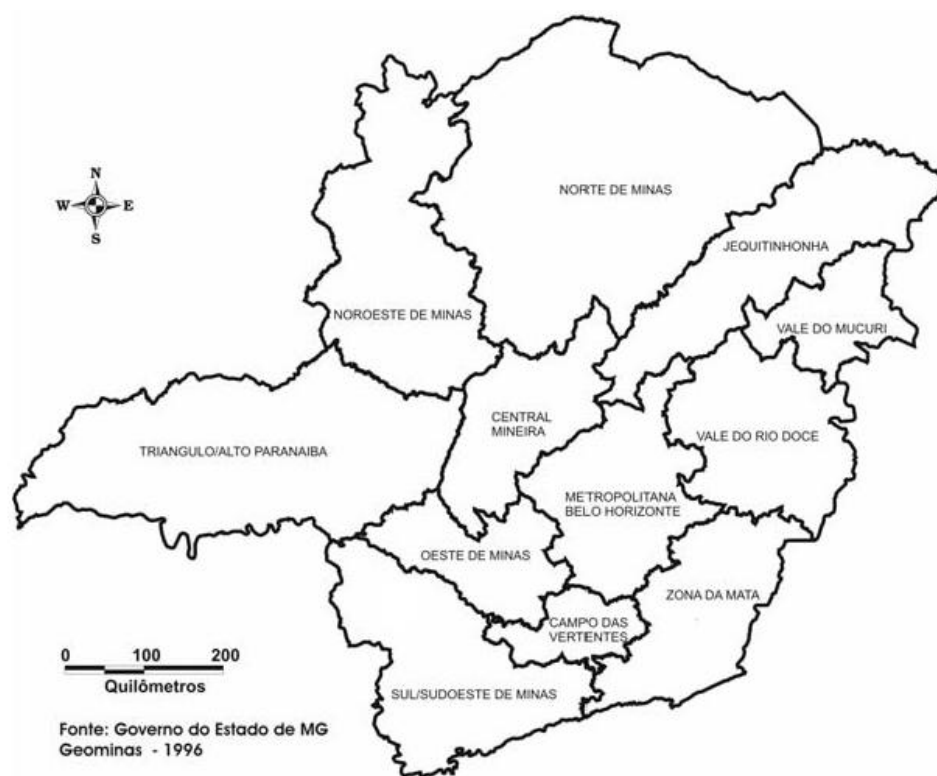
2.8.4. As mesorregiões do Estado de Minas Gerais

Na organização da divisão territorial brasileira, o IBGE, respeitando os limites político-administrativos estaduais e utilizando o conceito de “diferentes estruturas espaciais resultantes da dinâmica da sociedade sobre um suporte territorial” (IBGE, 1990, p. 7), em 1990, dividiu o país em mesorregiões e, em seguida, em microrregiões.

De acordo com tais classificações, o Estado de Minas Gerais é dividido em 12 mesorregiões geográficas e 66 microrregiões geográficas.

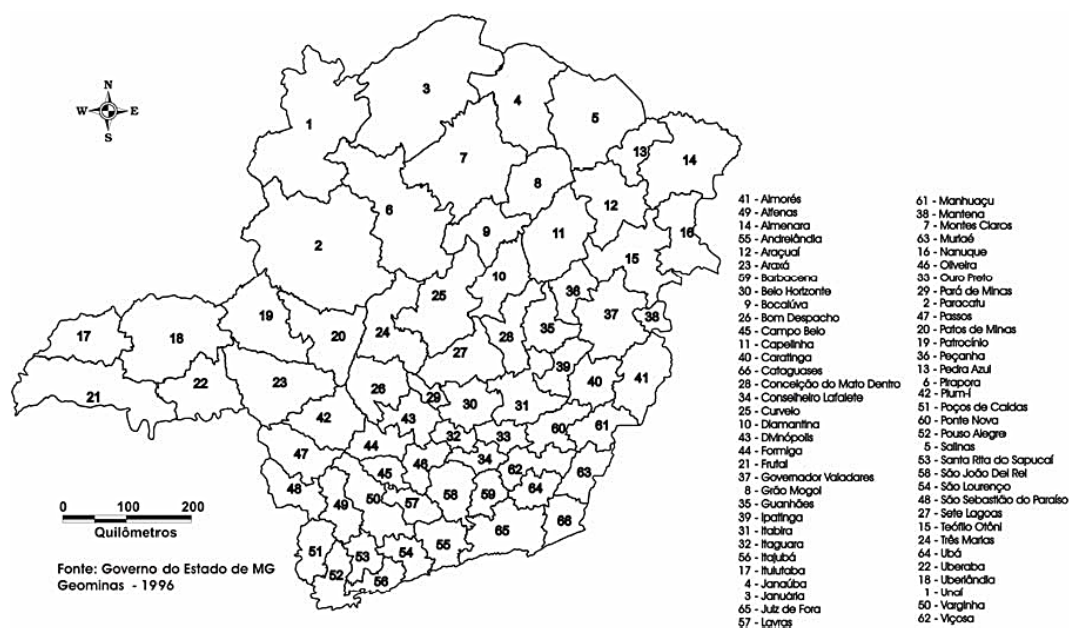
A Mesorregião é uma área individualizada, em uma Unidade da Federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante; o quadro natural, como condicionante; e, a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial (IBGE, 1990, p. 8).

As microrregiões são definidas como “partes das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço” (IBGE, 1990, p. 8). São constituídas por “um conjunto de municípios, contíguos e contidos na mesma unidade da federação, agrupados com base em características do quadro natural, da organização da produção e de sua integração” (IBGE, 2002, p. 16).



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano.

Figura 8 - Mesorregiões geográficas de Minas Gerais.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

Figura 9 - Microrregiões geográficas de Minas Gerais.

Sendo as divisões das regiões de planejamento⁷ assemelhadas à divisão em mesorregiões, utilizam-se, conforme Simão (2004, p. 14), os apontamentos de Santana (2002) ao caracterizar as regiões de planejamento para ajudar na caracterização das mesorregiões:

1 – Alto Paranaíba: tem sua economia estruturada sobre a pecuária bovina, agricultura e extração mineral.

2 – Triângulo Mineiro: tem sua economia baseada na agropecuária, sendo influenciada por São Paulo.

3 – Noroeste de Minas: a base econômica da região é a extração mineral e sofre influência de Brasília e Goiânia. Ocupa 25% do território mineiro.

4 – Norte de Minas: apresenta infraestrutura social deficiente, o solo árido e atrai poucos investimentos. A base econômica é a atividade primária.

5 – Zona da Mata: influenciada pelo Rio de Janeiro, tem como base econômica a pecuária, a cafeicultura e a indústria. A maior parte da região apresenta infraestrutura urbana e boa localização geográfica.

6 – Vale do Rio Doce: economicamente importante para o estado, é uma região com duas realidades: os municípios que se localizam no Vale do Aço têm infraestrutura urbana e social, dinamismo econômico e qualidade de vida; os municípios que não compõem o referido vale, não são tão dinâmicos economicamente.

7 – Sul de Minas: tem como base econômica a produção de leite, café e a indústria. É uma região que atrai investimentos e apresenta uma boa infraestrutura.

8 – Vale do Jequitinhonha e Mucuri: a economia baseia-se na pecuária bovina para corte e na agricultura de subsistência. Possui baixo índice de investimentos, sendo considerada a região mais pobre do Estado.

⁷ Em 1992 a Fundação João Pinheiro, em atendimento à demanda da Secretaria de Planejamento de Estado de Minas Gerais – SEPLAN, dividiu o território mineiro em regiões de planejamento “ênfatizando-se as áreas de influência urbana, bem como alguns elementos de homogeneidade, uma vez que se busca respeitar os limites das Mesorregiões geográficas. Assim, foram estabelecidas 10 regiões de planejamento resultantes da agregação de fatores técnicos a fatores políticos administrativos, atendendo às necessidades de planejamento.

9 – Centro-Oeste de Minas: sua economia é baseada na indústria têxtil, siderúrgica e de alimentos. Possui localização geográfica estratégica.

10 – Central: é a região mais desenvolvida de Minas Gerais e onde está localizada a cidade de Belo Horizonte, capital do Estado. Concentra o maior número de indústrias do estado e atrai investimentos diversos.

2.8.2 As disparidades regionais do Estado de Minas Gerais

As disparidades regionais do Estado de Minas Gerais são bem definidas, especialmente quando sua identificação é buscada através da comparação entre suas mesorregiões.

A análise dos indicadores de renda *per capita* leva à identificação, dentro do território, de dois grupos bem delineados: a região norte/nordeste do estado, caracterizada como a mais pobre e a região sul/sudoeste, caracterizada como a mais desenvolvida.

De acordo com Simão (2004), os censos de 1991 e 2000 retratam nos dois períodos a divisão territorial, confirmando a disparidade interna de Minas Gerais.

Em 1991, a renda *per capita* do Brasil era R\$ 230,30. Dentre os municípios da região rica, o município com melhor nível de renda era Belo Horizonte (MG), com R\$414,94, e o pior município era Pedra Bonita (MG), com R\$ 49,80. Se compararmos com a região pobre do estado no mesmo ano de 1991, o município com maior renda *per capita* era Governador Valadares (MG), com R\$ 212, 89, e o pior era São João das Missões (MG), com R\$ 37,23. Comparando-se com a renda *per capita* do Brasil de 2000 (R\$ 297,23), dentre os municípios da região rica do estado, o município com melhor valor continuou sendo Belo Horizonte (MG), com R\$ 557, 44, e o pior era Diogo Vasconcelos (MG), com R\$ 86,63. A distribuição de renda *per capita* municipal para o ano de 1991, dos 546 municípios da região rica, pode-se observar que 143 (26,2%) tinham um valor inferior a R\$ 105,00; 359 (65,8%) tinham um valor entre R\$ 105,00 e R\$ 210,00; 43 (7,9%) tinham um valor entre R\$ 210,00 e R\$ 315,00 e apenas um com renda *per capita* superior a R\$ 315,00. Quando nos atemos a analisar a região pobre, dos 282 municípios da região, 89 (31,6%) tinham renda inferior a R\$ 65,00; 174 (61,7%) tinham um valor entre R\$ 65,00 e R\$ 130,00; 18 (6,4 %) tinham um valor entre R\$ 130,00 e

R\$ 195,00; 1 (0,4%) tinha um valor superior a R\$ 195,00. (SIMÃO, 2004).

A disparidade regional e de renda, encontrada no estado, impacta nos indicadores socioeconômicos, estando o PIB *per capita*, de 2008, 9% inferior à média nacional (IBGE, 2008), mesmo estando entre os cinco estados de maior importância para a riqueza do país.

Os indicadores de pobreza e desigualdade de rendas também são afetados pela heterogeneidade existente no Estado de Minas Gerais. “O estado de Minas Gerais apresenta a maior desigualdade de renda (para o ano de 2000, o Índice de Gini do estado é de 0,615) entre os estados das regiões Sul e Sudeste, não apresentando redução significativa da concentração de renda, se comparado com o ano de 1991, quando o Índice de Gini mineiro era de 0,614” (ARAÚJO, 2007).

Nesse sentido, Simão (2004) indica que o índice de Gini comparado para as mesorregiões, no ano de 2000, apresenta discrepâncias no estado, variando de 0,53 (na mesorregião Oeste de Minas) a 0,638 (no Vale do Mucuri). No entanto, em relação às desigualdades de renda, as mesorregiões com menores índices naquele ano foram Vale do Mucuri, Norte de Minas, e Jequitinhonha.

Entretanto, conforme comenta Araújo (2007), as políticas redistributivas em Minas Gerais têm espaço para implementação em virtude da desigualdade entre as regiões do estado, devendo levar-se em conta as especificidades das mesorregiões.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O conhecimento humano é na sua essência um esforço para resolver contradições entre as representações do objeto e a realidade do mesmo.

Segundo Lakatos e Marconi (2004, p. 16), o que distingue o conhecimento científico dos demais “é a forma, o modo ou o método e os instrumentos do conhecer [...] de como a realidade é observada e explicada”.

O conhecimento científico procura delimitar o objeto-alvo, buscando o rigor da exatidão, visando produzir explicações racionais, objetivas e sistematizadas da realidade.

Oliveira (2002, p. 47), ao referir-se ao conhecimento científico, afirma que

Trata-se do estudo, com critérios metodológicos, das relações existentes entre causa e efeito de um fenômeno qualquer no qual o estudioso se propõe a demonstrar a verdade dos fatos e suas aplicações práticas. É uma forma de conhecimento sistemático, dos fenômenos da natureza, dos fenômenos sociais, dos fenômenos biológicos, matemáticos, físicos e químicos, para se chegar a um conjunto de conclusões verdadeiras, lógicas, exatas, demonstráveis por meio da pesquisa e dos testes.

3.1. Caracterização da pesquisa

A pesquisa científica é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do (...) cujo objetivo fundamental é descobrir respostas para

problemas mediante o emprego de procedimentos científicos” (GIL, 1999, p. 42). No processo de materializar a ciência na produção do conhecimento, cabe aos cientistas “o estudo das relações entre fenômenos através da pesquisa científica, entendida como a investigação disciplinada dessas relações” (KERLINGER, 1980, p. 320-321).

Este estudo situa-se no campo das ciências sociais, na linha de pesquisa de contabilidade e finanças, cuja investigação consiste em desenvolver o conhecimento empírico, envolvendo a sistemática com que os gestores públicos autorizam os gastos considerando fatores não econômicos, sob o enfoque da teoria dos ciclos políticos econômicos.

As abordagens epistemológicas, nas quais são classificadas as pesquisas, apresentadas por Sánchez Gamboa (1996), são: fenomenológico-hermenêutico, crítico-dialético e empírico-analítico. A presente pesquisa está enquadrada nesta última, pois “privilegia estudos práticos e possui forte preocupação com a relevância causal entre as variáveis” (MARTINS, 2002, p. 34).

Lakatos e Marconi (2004, p. 90-91) ressaltam que o método “caracteriza-se por uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado, dos fenômenos da natureza e da sociedade” e, como abordagem, as autoras classificam-no em: a) método indutivo, com conexão ascendente, indo das observações particulares para os aspectos gerais das leis e teorias; b) método dedutivo, com conexão descendente, partindo das leis e teorias para predizer a ocorrência dos fenômenos particulares; c) método hipotético-dedutivo, originando de uma lacuna nos conhecimentos disponíveis para explicação de um fato ou fenômeno, surge o problema e formulam-se hipóteses, das quais deduzem-se consequências que deverão ser falseadas. (LUCIANO, 2001); e d) método dialético, tendo por base a contradição existente entre os fenômenos que ocorrem na natureza e na sociedade.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, emprega-se o método hipotético-dedutivo, em que se parte da definição do problema e da construção de conjecturas, que devem ser testadas pela observação e experimentação, conforme afirmam Lakatos e Marconi (2004).

Na investigação, buscou-se entender os acontecimentos a partir do conhecimento empírico já existente, sendo adotado o paradigma positivista, o

qual pressupõe que a sociedade na qual se vive é real e que as coisas acontecem segundo uma ordem correta (HAIR, 2005).

Segundo Richardson (1999), a abordagem quantitativa de pesquisa desenvolve-se por meio do emprego da quantificação desde a coleta das informações até a análise final por meio de técnicas estatísticas, caracterizando-se este estudo como predominantemente quantitativo, pois está focado na mensuração de fenômenos.

Na investigação apresentada, objetivou-se analisar a relação existente entre gastos públicos e fatores políticos, classificando-se como pesquisa descritiva, a qual “tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis” (GIL, 2002, p. 70).

Em relação aos meios utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa, esta se caracteriza como: bibliográfica, cujo “referencial é construído com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, dissertações, isto é, material acessível ao público em geral” (VERGARA, 2005, p. 48); e documental, pois também “vale-se de materiais que não receberam ainda tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2002, p. 45).

3.2. População, amostra e coleta de dados

O escopo da presente pesquisa é a análise das variações nos gastos públicos a partir de fatores políticos, tendo-se adotado, como unidades de análise, os entes políticos federativos municipais.

De acordo com o direcionamento de que o “tratamento mais simples e direto para lidar com dados perdidos é incluir somente as observações com dados completos” (HAIR et al., 2005, p. 62), a população considerada no estudo constituiu-se dos municípios do Estado de Minas Gerais que possuíam todos os dados para o período delimitado entre 2000 a 2008, lapso temporal que abarca três eleições municipais, ocorridas nos anos de 2000, 2004 e 2008, respectivamente.

Para minimizar os efeitos da diversidade econômica e social, gerada pelo grande número de municípios e extensão do Estado de Minas Gerais,

agrupou-se os mesmos por mesorregiões geográficas, com base na classificação proposta pelo IBGE.

Os dados propostos para análise nesta pesquisa são secundários e foram obtidos a partir de bancos de dados disponíveis nos sítios eletrônicos de órgãos oficiais.

Os dados orçamentários, quais sejam, as despesas orçamentárias, receitas orçamentárias, gastos econômicos e gastos sociais foram obtidos do banco de dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que trata das Finanças do Brasil – Receitas, Despesas e Dados Contábeis dos Municípios (FINBRA).

As informações de natureza econômica e demográfica utilizadas: PIB *per capita*, população municipal e deflator interno do PIB, foram obtidas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados referentes à situação de saúde e educação, o número de matrículas e de escolas municipais e o número de consultas por habitante foram coletados junto ao banco do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Os valores monetários correntes foram transformados em valores reais de 2000 por meio do deflator implícito do PIB⁸, conforme efetuado por Vasconcellos (2006), sendo as variáveis transformadas em valores *per capita*, visando corrigir distorções devido às diferenças de porte entre os municípios.

3.3. Variáveis e definições

Segundo Marconi e Lakatos (2004, p. 175), “[...] o pesquisador precisa definir os conceitos e construtos que utiliza sob a forma de variáveis”.

Com base nos objetivos propostos de analisar o impacto de variáveis políticas sobre o comportamento das finanças públicas, as variáveis definidas dividem-se em: variáveis independentes, que representam o “fator, causa ou antecedente que determina a ocorrência do outro fenômeno, efeito ou

⁸ Deflator refere-se a qualquer índice de preços utilizados para equiparar valores monetários de diversas épocas ao valor monetário de uma determinada época base. O deflator interno do PIB é obtido pela razão entre o PIB Nominal e PIB real.

ocorrência”; e variáveis dependentes, que representam “o fator, propriedade, efeito ou resultado decorrente da ação da variável independente” (CERVO, BERVIAN, 1983, p. 83).

No sentido de atribuir um significado comunicável a um conceito, através da especificação de como o mesmo é aplicado dentro de um conjunto específico de circunstâncias (SOARES, 2008), destaca-se a definição operacional das variáveis propostas para a pesquisa.

3.3.1. Variáveis dependentes

Como variáveis independentes, inicialmente foram selecionadas para realização da análise de seu comportamento: Despesa Orçamentária, Despesa de Pessoal, Despesa de Investimentos, Gasto Social e Gasto Econômico.

Entretanto, como a proposição da pesquisa consiste em realizar estimações para um painel balanceado, analisando apenas as unidades que possuem todas as informações em todos os períodos, e nem todas as variáveis apresentavam dados completos para todos os períodos, optou-se por atender a proposta inicial da pesquisa e considerar, como variáveis dependentes, a despesa orçamentária e as despesas com funções que compõem os gastos sociais e gastos econômicos, conforme Melo (2006), ao estudar os estados brasileiros no período de 1986 a 2000.

a) Despesa orçamentária

Segundo Angélico (2002, p. 62), “constitui despesa pública todo pagamento efetuado a qualquer título pelos agentes pagadores, classificando-se em dois grupos: despesas orçamentárias e despesas extraorçamentárias”.

A despesa orçamentária representa o gasto público total em cada exercício, é discriminada e fixada no orçamento público e depende de autorização legislativa.

O comportamento esperado das despesas orçamentárias no ciclo eleitoral é de aumento nos anos pré-eleitoral e eleitoral, pois, é previsto que os gestores gastem mais em períodos próximos ao pleito como forma de permanecer no cargo ou indicar seu sucessor.

b) Gasto social e gasto econômico

A legislação orçamentária brasileira estabelece uma estrutura de 28 funções de gastos definidos pela Portaria 42/99 do governo federal. Rezende (1997) dividiu estas funções orçamentárias, em três grupos, conforme as seguintes definições:

I - Gasto Mínimo: corresponde à parcela de gastos governamentais em políticas públicas consideradas como de domínio exclusivo do governo (bens públicos puros).

II - Gasto social: corresponde à parcela do gasto em políticas públicas destinada à provisão de bens e serviços meritórios ou do tipo quase-públicos.

III - Gasto econômico: corresponde à parcela do gasto que diz respeito a atividades econômicas nas quais, tecnicamente, o governo não teria necessidade de se envolver (bens privados), mas o faz visando promover ajustamentos no sistema econômico (REZENDE, 1997, p. 3).

Mediante a Portaria 42/99, algumas funções de governo foram desdobradas, outras extintas e outras criadas, após a estrutura apresentada por Rezende (1997) que, tendo sido adaptada, apresenta a disposição conforme a Tabela 5.

Tabela 5 - Classificação dos gastos públicos

Gasto mínimo (GM)	Gasto social (GS)	Gasto econômico (GE)
Bens públicos puros	Bens semipúblicos	Bens privados
Legislativa; Judiciária; Administração; Essencial à Justiça; Defesa Nacional; Segurança Pública; Direitos de Cidadania; Encargos Especiais.	Assistência Social; Previdência Social; Saúde; Saneamento; Educação; Cultura; Urbanismo; Habitação.	Trabalho; Gestão Ambiental; Ciência e Tecnologia; Agricultura; Organização Agrária; Indústria; Comércio e Serviços; Comunicações; Energia; Transporte; Desporto e Lazer; Relações Exteriores.

Fonte: Adaptado de Rezende (1997).

Os gastos com funções de governo, que constituem o dispêndio social e econômico, podem ser utilizados por políticos oportunistas para obter apoio da população no momento eleitoral, tendo um comportamento incerto esperado no ciclo eleitoral.

3.3.2. Variáveis independentes

Em relação às variáveis independentes, inicialmente selecionou-se a receita tributária e as transferências correntes, sendo que as mesmas não apresentavam dados para todos os períodos analisados. Para que não houvesse redução do espaço temporal a ser estudado, optou-se por incluir o total de receitas orçamentárias, conforme proposto por Cançado e Araújo Júnior (2004), ao analisar os municípios mineiros com enfoque nas eleições de 2000.

a) Receita orçamentária

“A Receita Pública, em seu sentido mais amplo, é o recolhimento de bens aos cofres públicos” (ANGÉLICO, 2002, p. 44). Assim como a despesa, classifica-se em receita orçamentária e receita extraorçamentária.

A Receita Orçamentária é aquela que integra o orçamento público e refere-se aos ingressos pertencentes ao ente público, arrecadados exclusivamente para aplicação em programas e ações governamentais.

O impacto esperado sobre as variáveis dependentes é significativo, uma vez que é com base na previsão de ingressos que os gestores públicos fixam os gastos para cada exercício.

b) PIB *per capita*

O Produto Interno Bruto *per capita* é utilizado como uma *proxy* de medida do nível de vida da população em cada município.

Constitui-se em uma variável exógena, sobre a qual, supostamente, não há influência de fatores políticos.

c) Oferta de bens e serviços de saúde

O direito à saúde no Brasil está garantido pela Constituição Federal e organizado por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

Nos termos do artigo 77 do ADCT, a partir do exercício de 2004, os municípios devem aplicar, no mínimo, 15% do produto da arrecadação dos impostos em ações e serviços de saúde.

A média de consultas por habitante foi a variável selecionada como *proxy* da oferta de bens e serviços de saúde, por ser o único dado detalhado por municípios, com informações para todo o período analisado.

d) Oferta de bens e serviços de educação

A educação é um direito constitucionalmente previsto a todos, sendo dever do Estado e da família e visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, constituindo-se no verdadeiro caminho para a inclusão social.

A Constituição Brasileira dispõe que a aplicação de recursos em ações e serviços da educação não pode ser inferior a 25% da Receita Líquida de Impostos e Transferências.

A seleção do número de matrículas e a quantidade de escolas, ambos referentes à rede municipal, como variáveis *proxy* da oferta de serviços de educação, decorreu dos mesmos motivos apontados para os dados utilizados *proxy* dos serviços e bens de saúde.

e) Variáveis eleitorais

Para captar o ciclo político eleitoral em toda sua extensão, considerou-se, em lugar de *dummies* de ano calendário, *dummies* de ano eleitoral, conforme utilizado por Nakaguma (2006), ao estudar o modelo dos ciclos políticos para os municípios do país, propondo-se, como anos de interesse eleitoral, os anos pré-eleitoral, eleitoral e imediatamente pós-eleitoral.

Assim, a *dummy* associada aos anos de 2000, 2004 e 2008 assumem valor 1 em tal ano e valor 0 nos demais períodos e, assim, sucessivamente para cada um dos demais períodos de interesse eleitoral.

Em relação aos partidos políticos, incluem-se *dummies* para cada um dos quatro partidos políticos mais frequentes na amostra, sejam eles PMDB,

PSDB, DEM, PT, sendo os demais partidos incluídos no grupo denominado “Outros Partidos”.

Tabela 6 - Frequência dos partidos políticos

Partido	Amostra (%)
PMDB	18,54
PSDB	16,39
DEM	13,96
PT	11,09
PTB	9,05
PP	6,62
PL	5,79
PDT	4,97
PPS	3,81
PRN	3,04
PSB	1,55
PMN	0,83
PSD	0,77
PSC	0,66
PV	0,66
PTC	0,50
PTN	0,50
PSDC	0,28
PHS	0,22
PCdoB	0,22
PRB	0,17
Total	100,00

Fonte: Elaboração própria.

Dessa forma, a *dummy* associada ao PMDB assume valor 1 nos quatro anos da administração em que o prefeito é deste partido e o valor 0 caso seja de outra filiação partidária, e assim sucessivamente para cada um dos demais partidos.

O fato de o prefeito ter mudado de partido foi desconsiderado no estudo, devido à inviabilidade de obter com precisão as datas de mudança devido ao grande número de casos. Neste sentido, manteve-se a mesma

legenda partidária que venceu as eleições para cada município durante todo o mandato do gestor.

Ainda em relação aos partidos políticos, ressalta-se que a opção implementada é diferente daquela encontrada em outros estudos, como Nagakuma (2006), Cossio (1998) e Vasconcellos (2006), nos quais considera-se, como um dos fatores determinantes dos gastos públicos, a ideologia partidária de acordo com sua classificação em esquerda, direita e centro. No presente trabalho, decidiu-se por considerar os partidos políticos dos prefeitos sem categorização dos mesmos, visando analisar os resultados obtidos sobre a atuação dos mesmos, de forma particular, nos municípios mineiros.

Considerou-se também a coincidência partidária dos prefeitos com o governo estadual e federal, conforme análises implementadas em estudos anteriores que apontam para evidências de que tal alinhamento constitui-se em fator de natureza política, que pode afetar a gestão do orçamento público principalmente quando se considera a elevada dependência política e econômica dos municípios brasileiros.

Sakurai (2006) constatou que, de acordo com a média apurada em todo o período de seu estudo (1989 a 2003), se o prefeito for do mesmo partido do governador ou do presidente da república, há uma tendência de aumento nos gastos públicos, devido ao maior número de investimentos efetuados pelas administrações municipais.

Cançado e Araújo Júnior (2004), analisando as despesas de custeio e de investimento dos municípios mineiros, com enfoque nas eleições do ano 2000, observaram que pertencer ao mesmo partido do governador e, ou do presidente constitui-se em um facilitador para a reeleição de um prefeito, tendo por base a elevação dos gastos públicos para aplicações em despesas, que apresentem visibilidade às ações políticas.

Assim, incluíram-se duas *dummies* políticas: uma *dummy* assume valor 1, caso o prefeito e o governador pertençam ao mesmo partido ou coligação partidária, e valor 0 em caso contrário; e uma *dummy* assume valor 1, caso exista alinhamento partidário entre o prefeito e o presidente da república, e valor 0, caso não haja coincidência.

3.4. Tratamento dos dados e análises estatísticas

O tratamento estatístico dos dados foi realizado através de regressão múltipla, conforme realizado por Melo (2008), Sakurai (2006) e Nagakuma (2006), em estudos que tratam da temática de ciclos políticos, visando avaliar “o grau e o caráter da relação entre variáveis dependentes e independentes, com vistas a determinar a importância de cada variável explicativa na variável dependente” (HAIR JÚNIOR et al., 2005, p. 127).

Utilizou-se, nas regressões, os métodos de estimação para dados em painel, “utilizados para fazer a análise quantitativa de dados temporais e seccionais, através de dados combinados, cujo tipo especial é os dados em painel, que representam uma mesma unidade *cross-sectional* pesquisada durante um período de tempo” (GUJARATI, 2004, p. 11-12).

Considerou-se para fins de análise, conforme apontado na definição da população e amostra do estudo, apenas as unidades que possuíam todas as informações em todos os períodos, realizando-se as estimações para um painel balanceado, conforme adotado por Sakurai (2008), ao analisar o impacto de variáveis políticas sobre o resultado das eleições nos municípios brasileiros.

No estudo, utilizou-se um modelo de dados em painel com efeitos fixos, de acordo com o trabalho de Melo (2006), ao analisar os determinantes políticos das finanças públicas estaduais, incluindo-se na análise o universo dos municípios mineiros e não uma amostra. A confirmação da consistência do método de efeitos fixos foi obtida, realizando-se o Teste de Hausman, cujas hipóteses são: H_0 = os estimadores do modelo de efeitos fixos e do modelo de efeitos aleatórios são ambos consistentes, mas o de efeitos aleatórios é eficiente; H_a = só os estimadores de efeitos fixos são consistentes.

Para a tabulação dos dados, utilizou-se o programa *Microsoft Excel versão 2007*, enquanto os procedimentos estatísticos e análise empírica foram realizados através do *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 13.0*.

3.4.1. Regressão linear múltipla

Para tratamento estatístico, utilizou-se a técnica multivariada de regressão linear múltipla, conforme Melo (2008), Sakurai (2006) e Nagakuma (2006), em estudos que tratam da temática de ciclos políticos, visando avaliar “o grau e o caráter da relação entre variáveis dependentes e independentes, com vistas a determinar a importância de cada variável explicativa na variável dependente” (HAIR JÚNIOR et al., 2005, p. 127).

De acordo com Martins (2009), a reta de regressão calculada pode ser considerada como uma estimativa da relação real, porém desconhecida, que existe entre as duas ou mais variáveis, sendo:

$$Y_i = \alpha + \beta_1 X_{1i} + \beta_2 X_{2i} + \dots + \beta_k X_{ki} + \varepsilon_i e_i,$$

em que Y_i é a variável dependente; x_{1i} , x_{2i} , ..., x_{ki} , as variáveis independentes; β , valores a serem determinados e que indicam a contribuição da variável independente x ; e ε , erro aleatório componente do modelo.

O modelo de regressão linear assume que os parâmetros calculados devem estar elevados somente à primeira potência e as variáveis independentes podem não aparecer sob a forma linear na fórmula matemática, uma vez que a função dependente não precisa ser uma função linear destas variáveis.

O poder explicativo é demonstrado pelo coeficiente de determinação ou R^2 , que expressa a relação entre a variação explicada pelo modelo e a variação total.

O coeficiente de determinação expressa o quanto da variação em relação à média é explicada pelo modelo linear construído. Os valores de R^2 podem variar de 0 a 1. Quando a medida de R^2 é exatamente igual a 1, tal fato significa que a qualidade do ajuste é excelente – toda a variação em relação à média é explicada pelo modelo, todos os pontos analisados da amostra estão exatamente sobre a reta de regressão. Quando o valor de R^2 é igual a 0, tal fato indica que a qualidade do ajuste linear é péssima, não havendo relação numérica linear para os pontos da amostra analisada. Quando R^2 é igual a 0,8, esse fato indica que 80% das variações totais são explicadas pela reta de regressão (BRUNI, 2009, p. 207).

Entretanto, a forma de cálculo do coeficiente de determinação contém um viés de modo que quanto maior o número de variáveis explicativas no modelo, maior será o valor do coeficiente calculado. Tal distorção é corrigida com o cálculo de R^2 ajustado ou $R^2_{ajustado}$, o qual leva em consideração a relação entre o número de variáveis explicativas e o tamanho da amostra.

Segundo Hair (2005), este novo coeficiente será sempre menor do que o anterior e o ajuste no índice será tão maior quanto maior for a proporção de variáveis explicativas sobre o número total da amostra.

Como forma de obter um coeficiente de ajuste que expresse de forma mais fidedigna a realidade do modelo e visando não apresentar resultados otimistas devido ao número de variáveis explicativas propostas, optou-se por utilizar, para análise, o coeficiente de determinação ajustado ou R^2 ajustado.

O cálculo dos parâmetros da regressão linear múltipla é, geralmente, efetuado pelo método dos Mínimos Quadrados Ordinários, pois, sendo o pressuposto de que a equação que melhor se ajusta aos dados é aquela para a qual a diferença entre os desvios seja a menor, o referido método tem o objetivo de obter a menor soma entre as observações reais e as estimadas.

No entanto, como o presente estudo tem como finalidade a análise do efeito causado pelo calendário eleitoral sobre os gastos públicos dos municípios do Estado de Minas Gerais durante o período de 2000 a 2008, não considerou-se recomendável a realização das análises utilizando apenas dados em corte transversal ou apenas em séries temporais. Dessa forma, realizou-se a investigação empírica para base de dados em painel, “cuja estrutura é uma configuração em que o pesquisador dispõe de observações referentes a unidades seccionais e de observações referentes ao comportamento destas unidades seccionais ao longo do tempo” (SAKURAI, 2004).

3.4.1.1. Pressupostos da regressão linear

A técnica de análise multivariada requer que sejam testadas premissas para as variáveis separadas ou conjuntamente, sendo que cada técnica apresenta seu conjunto de pressupostos, bem como a “aplicação apropriada de um procedimento estatístico depende do cumprimento desse conjunto de pressupostos” (CORRAR et al., 2009, p. 151).

a) Normalidade dos resíduos

A suposição mais fundamental em análise multivariada é a normalidade da distribuição (HAIR et al., 2005).

Segundo Corrar et al. (2009, p. 154), “o conjunto de resíduos produzidos em todo o intervalo das observações deve apresentar distribuição normal, indicando, assim, que os casos amostrados se dispõem normalmente em toda a extensão da população”.

A validação do pressuposto da normalidade é realizada através de testes estatísticos, os quais, dependendo das prerrogativas assumidas acerca da distribuição dos incrementos, podem ser classificados em paramétricos e não-paramétricos.

De acordo com Bruni (2002, p. 77), os testes paramétricos são caracterizados pela exigência de suposições sobre a natureza ou forma da população envolvida, como os testes de assimetria e curtose. Já os testes não-paramétricos não assumem qualquer condição quanto à distribuição da variável sob análise, sendo, muitas vezes, denominados como testes livres de distribuição.

Na presente pesquisa, verificou-se a distribuição dos resíduos por meio do teste não-paramétrico de Kolmogorov-Smirnov, conforme Nadal et al. (2003) ao avaliar imóveis urbanos e Pena et al. (2004) ao estudar a influência dos índices Dow Jones sobre o Ibovespa.

O Teste de Kolmogorov-Smirnov (KS) “busca analisar se a função de distribuição cumulativa, observada de uma variável com uma função teórica específica, pode ser a distribuição normal” (BRUNI, 2009, p. 167), sendo recomendado quando o conjunto de observações é grande ($N \geq 50$).

Para avaliar se os resíduos das equações estimadas possuem distribuição normal, admitiu-se o nível de significância a 0,05, tendo-se como hipóteses do teste, conforme proposto por Bruni (2009), Hair (2005) e Triola (2008):

- H_0 = a distribuição é normal quando $p\text{-valor} > \text{nível de significância (0,05)}$;
- H_1 = a distribuição não é normal, quando $p\text{-valor} < \text{nível de significância (0,05)}$.

b) Homocedasticidade

Segundo Corrar et al. (2009, p. 152) “... o conjunto de resíduos referentes a cada observação de x deve ter variância constante ou homogênea em toda a extensão das variáveis independentes. [...] Tal característica se define como homoscedasticidade”.

Quando as variáveis de erro deixam de apresentar variância constante, ocorre a heterocedasticidade, ou seja, as variâncias dos distúrbios estocásticos das observações são diferentes entre si.

Para verificar a ausência de heterocedasticidade, é usado o teste de White, “que permite verificar se há heterocedasticidade no modelo sem o conhecimento das possíveis causas”, razão pela qual este teste é bastante utilizado (GREENE, 1997).

O Teste White consiste em regredir os resíduos ao quadrado da regressão original sobre as variáveis explicativas ao quadrado e o produto cruzado dessas variáveis, sob a hipótese nula de que os coeficientes que multiplicam as variáveis explicativas são, simultaneamente, iguais a zero. “Se o valor p (probabilidade), obtido como resultado do teste, for superior ao nível de significância adotado, não se pode rejeitar a hipótese nula. Dessa forma, o modelo somente será homocedástico se o p -valor for superior ao nível de significância estabelecido; caso contrário, haverá heterocedasticidade no modelo” (FARIA et al., 2005).

c) Ausência de autocorrelação

A ausência de correlação é um dos mais aspectos importantes para que os parâmetros estimados não sejam enviesados.

O modelo pressupõe que a correlação entre os resíduos, ao longo do espectro das variáveis independentes, é zero; isto implica que o efeito de uma observação de dada variável x é nulo sobre as observações seguintes; portanto, não há causalidade entre os resíduos e a variável x e, por consequência, a variável y somente sofre influências da própria variável x considerada e não dos efeitos defasados de x_1 sobre x_2 e desta sobre y . Dito de outro modo, os resíduos são independentes entre si e só se observa o efeito de x sobre y , ou seja, não existe autocorrelação residual (CORRAR et al., 2009, p. 154).

Não existe independência serial dos resíduos, quando os erros são correlacionados com os valores anteriores ou posteriores na série, e surge por causa de erros na forma do modelo ou por exclusão de variáveis independentes importantes para a análise, sendo que tal fenômeno ocorre principalmente em aplicações envolvendo séries temporais.

A ausência de autocorrelação foi verificada através do teste de Durbin-Watson, que consiste em computar uma soma ponderada dos resíduos, de tal forma que seja possível detectar algum padrão no seu comportamento ao medir a correlação entre cada resíduo e o resíduo da observação imediatamente anterior.

Na interpretação do resultado do teste, para valores próximos de 2, não existe autocorrelação dos resíduos; para valores próximos de 0, significa uma autocorrelação positiva; e para valores próximos de 4, existe uma autocorrelação negativa (PESTANA; GAGEIRO, 2000).

d) Multicolinearidade

A multicolinearidade consiste na existência de forte relação entre as variáveis explicativas, o que torna a separação dos efeitos individuais de cada variável mais difícil, pois a determinação da contribuição de cada uma delas torna-se mais complicada, uma vez que os resultados se apresentam misturados ou duas ou mais variáveis altamente correlacionadas levam a dificuldades na separação dos efeitos de cada uma delas isoladamente sobre a variável dependente, fornecendo informações similares para explicá-la e prevê-la, fazendo com que uma delas perca significância na explanação do comportamento do fenômeno. Dessa forma, diminui-se o poder preditivo de uma ou mais variáveis selecionadas em função de outra (CORRAR et al., 2007, p. 156).

Para medir a multicolinearidade, foi utilizado o Fator de Inflação da Variância (VIF), conforme sugerido por Gujarati (2000, p. 377) e pelo indicador de Tolerância, que trata-se de uma medida frequentemente usada para a multicolinearidade, definida como $1 - R^2_i$, em que R^2_i é o coeficiente de determinação para previsão de uma variável independente “i” pelas outras variáveis preditoras (HAIR et al., 2005).

3.4.1.2. Testes estatísticos

Para analisar o ajustamento do modelo estimado, foram utilizados os testes estatísticos t de Student e F de Fisher.

Com a finalidade de testar a nulidade conjunta de todos os parâmetros estimados, “o teste F consiste em verificar a probabilidade de que os parâmetros da regressão em conjunto sejam iguais a zero, caso em que não existiria uma relação estatística significativa” (CORRAR et al., 2007, p. 112).

Segundo Pestana e Gageiro (2000), a função do teste F -Fisher é validar, em termos globais, o modelo e não cada um dos parâmetros isoladamente. A avaliação da significância geral do modelo obtido pode ser feita com base no coeficiente de determinação R^2 , o quociente entre a soma de quadrados da regressão e a soma total de quadrados (HAIR JÚNIOR et al., 2005).

A soma dos quadrados dos erros (SSE) refere-se à soma dos erros de previsão (resíduos) ao quadrado em todas as observações, sendo usada para registrar a variação, ainda não explicada pelo modelo de regressão, da variável dependente. Acrescentam que se a soma dos quadrados dos erros (SSE) representa uma medida de nossos erros de previsão, também devemos conseguir determinar uma medida de nosso sucesso de previsão, podendo ser chamada de soma dos quadrados de regressão (SSR). Obtém-se a soma total dos erros (TSS) pela adição desses dois valores (PESTANA; GAGEIRO, 2000).

A verificação de significância dos coeficientes de regressão permite que seja assegurado que os “coeficientes estimados sejam de fato diferentes de zero” (HAIR, 2005).

Segundo Pestana e Gageiro (2000), são submetidas a testes as hipóteses nulas de inexistência de uma relação linear entre a variável independente e cada uma das variáveis dependentes.

No estudo, utilizou-se o teste t -student como indicativo da linearidade, sendo que, para um dado nível de significância, testa-se a hipótese de que os coeficientes estimados para as variáveis independentes sejam diferentes de zero.

Dessa forma, os testes de hipóteses realizados tiveram por finalidade comprovar a validade dos modelos estatísticos selecionados para explicar o comportamento dos gastos públicos municipais, assumidos como item

dependente, em face de determinadas variáveis políticas, econômicas e sociais.

3.4.2. Análise de dados em painel

Segundo Gujarati (2006), os dados para análise empírica podem ser de três formas: séries temporais, cortes transversais ou painéis.

Uma série temporal de dados é um conjunto de observações dos valores, que uma variável assume em diferentes momentos. A maioria dos trabalhos empíricos baseados em dados de séries temporais supõe que as séries sejam estacionárias, ou seja, a média e a variância não se alteram sistematicamente no tempo. Os cortes transversais ou seções cruzadas são dados de uma ou mais variáveis coletadas no mesmo ponto do tempo.

Os dados combinados ou em painel apresentam elementos tanto de séries temporais como de dados de corte, possibilitando a análise de vários indivíduos em diferentes períodos de tempo.

A análise de dados em painel ou regressões em painéis consiste em regressões múltiplas contendo dados *cross-sectional* e longitudinais ao mesmo tempo e que “possuem a vantagem de permitir ao pesquisador a análise de questões que não podem ser verificadas somente através de dados transversais, ou de dados em séries temporais” (HSIO, 1998).

De acordo com Lakatos e Marconi (2004), a descrição da análise de dados em painel é uma técnica que possibilita estudar uma população em dois ou mais momentos sucessivos, com a finalidade de verificar a influência de um ou vários fatores de natureza semelhante, sendo que as pesquisas feitas com a utilização da mesma oferecem maior vantagem ao número de variáveis e dados, os quais podem ser processados com maior objetividade e riqueza de detalhes.

Baltagi (1995) listou algumas vantagens da utilização dos painéis de dados: a) possibilidade de controle da heterogeneidade individual; b) maior poder de informação dos dados, maior variabilidade, menor colinearidade entre as variáveis, maior grau de liberdade e maior eficiência; c) melhor análise da dinâmica do ajustamento; d) possibilidade de identificar e medir efeitos que os dados de séries temporais ou corte transversal não captam; e) possibilidade de

construir e testar modelos mais complexos; e f) possibilidade de trabalhar melhor certas variáveis e modelos em nível micro.

Marques (2000) comenta que os dados em painel sugerem a existência de características diferenciadoras dos indivíduos, entendidos como “unidade estatística de base”. Essas características podem ou não ser constantes ao longo do tempo, de tal forma que estudos temporais que não tenham em conta a heterogeneidade individual produzirão, quase sempre, resultados fortemente tendenciosos.

3.4.2.1. Métodos de estimação

Em princípio, o modelo de dados em painel pode ser aplicado por meio de dois métodos de estimação – de efeito fixo e de efeito aleatório.

O método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) ignora que os dados analisados têm estrutura de painel, considerando como unidade seccional diferente cada linha do banco de dados. Dessa forma, não se constitui como método adequado a ser utilizado em uma estrutura como esta, pois desconsidera justamente o aspecto mais importante da amostra disponível.

O modelo de efeitos fixos trata os interceptos como parâmetros fixos, pois aqueles correspondem às características de cada unidade seccional relativamente constantes ao longo do tempo e que não são observáveis.

Neste modelo, pretende-se controlar os efeitos das variáveis omitidas, para o que supõe-se que o “intercepto varia de um indivíduo para o outro mas permanece constante no tempo, ao passo que os parâmetros resposta são constantes para todos os indivíduos e em todos os períodos de tempo” (HILL et al., 1999). O estimador de efeitos fixos considera somente as variações intragrupos, desprezando as variações entre grupos existentes no painel e não requer a existência de correlação zero entre o efeito fixo e os demais regressores para que seja não tendencioso e consistente. Quanto ao método de efeitos aleatórios, também conhecido como GLS ou MQG, considera “que os indivíduos sobre os quais se dispõe de dados são amostras aleatórias de uma população maior de indivíduos (HILL et al., 1999), sendo os interceptos tratados como variáveis aleatórias.

Kennedy (1998, p. 227) afirma... “para verificar se o método dos efeitos aleatórios é apropriado, pode-se utilizar o Teste de Hausman, que é um teste sobre a correlação entre o erro e os regressores”.

3.5. Proposta de análise

O objetivo deste trabalho é verificar se existe ciclo eleitoral nos municípios mineiros, no período 2000-2008. Como a literatura enfatiza a importância da composição dos gastos (ROGOFF, 1990; BENDER, 2005), procurou-se analisar também a evolução dos gastos econômicos e sociais, a fim de verificar se estes são afetados pelo calendário eleitoral.

Na busca por evidências de ciclos políticos eleitorais no comportamento das finanças públicas municipais do estado de Minas Gerais, utilizou-se o método sequencial para definir as variáveis componentes dos modelos de análise, pelo qual a equação de regressão é estimada com um conjunto de variáveis a partir do acréscimo ou eliminação seletiva das mesmas, até que seja obtida uma medida de critério geral (BRUNI, 2009).

A operacionalização do método sequencial, por meio do software *SPSS*, efetuou-se através do comando *Stepwise*, cuja finalidade é estabelecer uma forma funcional, considerando apenas as variáveis aprovadas no teste de significância.

O método *Stepwise* estimou 10 equações de regressão linear múltipla para cada modelo proposto, tendo excluído cinco variáveis em cada um deles, conforme apresentado nas Tabelas 7 e 8.

A escolha do modelo recaiu sobre a equação 10 (dez), tendo como base o valor mais alto do coeficiente de determinação, que segundo Hair (2005) representa a proporção da variância da variável dependente em torno de sua média que é explicada pelas variáveis independentes, sendo que, quanto maior for o R^2 maior será o poder de explicação da equação de regressão e, portanto, melhor será o poder preditivo das variáveis independentes. Considerou-se também o menor valor obtido para o erro padrão, como forma de aumentar a precisão das estimativas.

Tabela 7 - Equações estimadas pelo comando *stepwise*

EQ	Variáveis	Dependente: DORC				Dependente: GSOC				Dependente: GECON			
	Indep.	Coef.	Sig.		Erro	Coef.	Sig.		Erro	Coef.	Sig.		Erro
01	CTE.	-10,99	0,000	0,563	250,7	-16,99	0,000	0,685	259,5	16,18	0,000	0,652	272,5
	RORÇ	1,39	0,000			1,39	0,000			-0,29	0,000		
02	CONS.	-11,86	0,000	0,592	215,3	-17,62	0,000	0,692	222,9	16,16	0,000	0,669	234,0
	RORÇ	1,39	0,000			1,44	0,000			-0,28	0,000		
	PIBPER	-5,48	0,001			-5,48	0,001			1,55	0,002		
03	CTE.	-12,60	0,000	0,623	210,5	-18,13	0,000	0,713	217,9	16,12	0,000	0,672	228,8
	RORÇ	1,48	0,000			1,15	0,000			-0,28	0,000		
	PIBPER	-5,61	0,002			-3,32	0,002			1,54	0,003		
	EST	0,59	0,005			6,11	0,005			-1,17	0,008		
04	CTE.	-11,56	0,000	0,617	197,3	-18,69	0,000	0,728	204,2	16,10	0,000	0,695	214,4
	RORÇ	1,59	0,000			1,18	0,000			-0,28	0,000		
	PIBPER	-5,46	0,002			-3,73	0,002			1,54	0,003		
	EST	0,52	0,023			6,29	0,024			-1,17	0,036		
	MAT	-0,03	0,000			0,27	0,000			0,00	0,000		
05	CTE.	-13,78	0,000	0,698	182,8	-19,67	0,000	0,735	189,2	16,08	0,000	0,701	198,7
	RORÇ	1,41	0,014			1,24	0,014			-0,28	0,022		
	PIBPER	-5,21	0,025			-4,46	0,026			1,54	0,039		
	EST	0,52	0,000			6,63	0,000			-1,17	0,000		
	MAT	-0,12	0,000			0,29	0,000			0,00	0,000		
	CONS	-5,12	0,000			-5,12	0,000			3,18	0,000		
06	CTE.	10,79	0,012	0,702	175,6	-19,87	0,012	0,756	181,8	16,04	0,019	0,704	190,9
	RORÇ	1,55	0,026			1,26	0,027			-0,28	0,040		
	PIBPER	-5,89	0,042			-4,60	0,043			1,53	0,043		
	EST	0,52	0,000			6,69	0,000			-1,16	0,000		
	MAT	-0,02	0,000			-0,29	0,000			0,00	0,000		
	CONS	-5,12	0,014			-4,68	0,014			3,17	0,022		
	PRELEI	15,94	0,000			7,61	0,000			-19,91	0,000		
07	CTE.	12,89	0,000	0,754	159,3	-19,55	0,000	0,777	164,9	16,02	0,000	0,715	173,1
	RORÇ	1,46	0,031			1,80	0,032			-0,28	0,048		
	PIBPER	-5,52	0,000			-3,93	0,000			1,53	0,000		
	EST	0,51	0,000			6,66	0,000			-1,16	0,000		
	MAT	-0,02	0,000			-0,47	0,000			0,00	0,000		
	CONS	-5,12	0,030			-3,92	0,031			3,17	0,046		
	PRELEI	15,94	0,014			7,60	0,014			-19,89	0,022		
	ELEI	38,83	0,016			36,58	0,016			4,05	0,025		
08	CTE.	-12,74	0,000	0,802	159,3	-19,74	0,000	0,784	164,9	15,86	0,000	0,723	173,1
	RORÇ	1,42	0,000			1,81	0,000			-0,28	0,000		
	PIBPER	-5,52	0,000			-3,80	0,000			1,52	0,000		
	EST	0,51	0,000			6,73	0,000			-1,15	0,000		
	MAT	-0,02	0,000			-0,05	0,000			0,00	0,000		
	CONS	-5,10	0,000			-3,96	0,000			3,14	0,000		
	PRELEI	15,83	0,016			7,68	0,016			-19,69	0,025		
	ELEI	39,82	0,012			36,95	0,012			4,01	0,019		
	POSLEI	-18,20	0,013			-17,89	0,013			-25,71	0,020		
09	CTE..	-9,49	0,000	0,811	138,0	19,34	0,000	0,794	142,8	16,02	0,000	0,771	149,9
	RORÇ	1,49	0,000			1,87	0,000			-0,28	0,000		
	PIBPER	-3,01	0,000			-3,91	0,000			1,53	0,000		
	EST	2,99	0,000			6,93	0,000			-1,16	0,000		
	MAT	-0,01	0,000			-0,05	0,000			0,00	0,000		
	CONS	-5,63	0,000			-4,08	0,000			3,17	0,000		
	PRELEI	14,63	0,023			7,91	0,024			-19,89	0,036		
	ELEI	39,70	0,017			38,06	0,018			4,05	0,026		
	POSLEI	-12,71	0,019			-18,42	0,020			-25,97	0,029		
10	GOV	8,12	0,039			6,60	0,040			6,24	0,040		
	CTE.	20,15	0,000	0,813	137,8	17,47	0,000	0,797	142,6	-0,28	0,000	0,773	149,7
	RORÇ	1,45	0,000			1,85	0,000			1,55	0,000		
	PIBPER	-3,01	0,000			-5,02	0,000			-1,17	0,000		
	EST	2,38	0,000			6,34	0,000			0,03	0,000		
	MAT	-0,01	0,000			-0,02	0,000			3,20	0,000		
	CONS	-5,58	0,000			-3,51	0,000			10,09	0,000		
	PRELEI	14,25	0,014			9,18	0,014			-24,09	0,022		
	ELEI	38,70	0,019			38,92	0,020			6,23	0,029		
	POSLEI	-13,71	0,025			-18,48	0,026			-16,30	0,039		
GOV	8,27	0,038	6,28			0,039	-1,20			0,046			
PRES	9,92	0,035	5,71	0,036	-1,80	0,034							

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 8 - Variáveis excluídas pelo método *stepwise*

Eq.	Variáveis	Dependente: DORÇ		Dependente: GSOC		Dependente: GECON	
	Indep. excluídas	Sig.	Coef.	Sig.	Coef.	Sig.	Coef.
06	PMDB	0,562	-0,024	0,590	-0,025	0,562	0,024
07	DEM	0,585	-0,025	0,878	-0,019	0,904	0,019
	PMDB	0,836	-0,018	0,739	-0,002	0,761	0,002
08	PMDB	0,812	-0,009	0,853	-0,009	0,878	0,010
	PSDB	0,320	-0,017	0,336	0,018	0,346	0,018
	DEM	0,585	-0,025	0,614	-0,026	0,633	0,027
09	PMDB	0,720	-0,003	0,756	-0,003	0,779	0,003
	PSDB	0,440	-0,019	0,462	0,020	0,476	0,021
	DEM	0,577	-0,005	0,606	-0,005	0,624	0,005
	PT	0,285	-0,015	0,299	0,016	0,308	0,016
10	PMDB	0,563	-0,006	0,591	-0,006	0,609	0,006
	PSDB	0,301	-0,021	0,316	0,022	0,326	0,023
	DEM	0,462	-0,007	0,485	-0,007	0,500	0,008
	PT	0,266	-0,011	0,279	0,012	0,288	0,012
	OUTPART	0,208	-0,021	0,218	-0,022	0,225	0,023

Fonte: Elaboração própria.

Além disso, para análise utiliza-se o coeficiente de determinação ajustado, pois considera o número de variáveis independentes incluídas no modelo e o tamanho da amostra.

Com o objetivo de encontrar evidência de ciclos políticos no comportamento dos gastos públicos municipais do Estado de Minas Gerais, no período de 2000 a 2008, propôs-se a seguinte forma funcional:

$$Y_{it} = \beta_0 + \beta_1 RORÇ_{i,t} + \beta_2 PIBPER_{i,t} + \beta_3 EST_{i,t} + \beta_4 MAT_{i,t} + \beta_5 CONS_{i,t} + \beta_6 ELEI_{i,t} + \beta_6 PRELEI_{i,t} + \beta_6 POSELEI_{i,t} + \beta_7 GOV_{i,t} + \beta_8 PRES_{i,t} + f_i + u_{it}$$

em que Y_{it} é a variável que se deseja verificar; RORÇ, receita orçamentária municipal *per capita*; PIBPER, PIB municipal *per capita*; EST, número de estabelecimentos de ensino municipais; MAT, número de matrículas em estabelecimentos de ensino municipais; CONS, número de consultas por habitante; ELEI, PRELEI e POSELEI, variáveis *dummy* que indicam os anos eleitoral, pré-eleitoral e pós-eleitoral, assumindo valor igual a 1 caso corresponda ao ano de interesse eleitoral considerado e 0 caso contrário; GOV e PRES, variáveis *dummy* que representam a existência de alinhamento

político entre o prefeito e o governador/presidente, assumindo valor igual a 1 caso haja coincidência partidária com a esfera de poder político considerada, e o caso contrário.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1. Resultados para os municípios do Estado de Minas Gerais

4.1.1. Estatísticas descritivas

Os dados da Tabela 9 referem-se às estatísticas descritivas das variáveis envolvidas no estudo, obtidas para o período de 2000 a 2008, considerando todos os municípios contemplados no estudo.

Tabela 9 - Estatísticas descritivas: municípios do Estado de Minas Gerais

Variável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
Despesa orçamentária	15,74	33.433,26	642,55	909,57
Receita orçamentária	1,57	8.984,92	631,61	471,20
Gasto social	182,68	48.393,62	481,66	1.525,58
Gasto econômico	19,75	9.263,98	328,26	267,20
PIB <i>per capita</i>	1,03	287,44	6,82	12,00
N.º de escolas	1,00	303,00	17,21	21,24
N.º de matrículas	15,00	174.162,00	2.303,28	7.677,20
N.º de consultas	0,00	26,39	2,06	1,22
Ano pré-eleitoral	0,00	1,00	0,22	0,42
Ano eleitoral	0,00	1,00	0,33	0,47
Ano pós-eleitoral	0,00	1,00	0,22	0,42
Alinhamento_Governador	0,00	1,00	0,43	0,50
Alinhamento_Presidente	0,00	1,00	0,13	0,34

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

As estatísticas descritivas compreendem a apresentação das informações básicas das variáveis e dados envolvidos no estudo. As principais informações dizem respeito às médias e desvio-padrão.

A despesa orçamentária média foi de R\$ 642,55 (seiscentos e quarenta e dois reais, cinquenta e cinco centavos), desvio-padrão de R\$ 909,57 (novecentos e nove reais, cinquenta e sete centavos), amplitude total de R\$ 33.417,52 (trinta e três mil, quatrocentos e dezessete reais, cinquenta e dois centavos), o que mostra a elevada heterogeneidade entre os dados, devido, em parte, ao número de municípios e diferentes estágios temporalmente que se encontram, considerando-se a extensão e diversidade do Estado de Minas Gerais.

Em relação a Receita Orçamentária, a média foi de R\$ 631,61 (seiscentos e trinta e dois reais, sessenta e um centavos), com desvio-padrão de R\$ 471,20 (quatrocentos e setenta e um reais, vinte centavos) e amplitude total de R\$ 8.983,35 (oito mil, novecentos e oitenta e três reais, trinta e cinco centavos), o que mostra considerável diversidade entre os dados, em decorrência também das diferentes características encontradas no estado de Minas Gerais. Tendo o valor mínimo de R\$ 1,57 (um real, cinquenta e sete centavos) e o valor máximo de R\$ 8.984,92 (oito mil, novecentos e oitenta e quatro reais, noventa e dois centavos), indica um período em que a arrecadação dos municípios esteve com um valor consideravelmente baixo, comprometendo em parte os investimentos e aplicações dos municípios.

A média de gastos sociais foi de R\$ 481,66 (quatrocentos e oitenta e um reais, sessenta e seis centavos), com desvio-padrão de R\$ 1.525,58 (um mil, quinhentos e vinte e cinco reais, cinquenta e oito centavos) e amplitude de R\$ 48.210,94 (quarenta e oito mil, duzentos e dez reais, noventa e quatro centavos) decorrente de um gasto mínimo da ordem de R\$ 182,68 (cento e oitenta e dois reais, sessenta e oito centavos) e máximo de R\$ 48.393,62 (quarenta e oito mil, trezentos e noventa e três reais, sessenta e dois centavos), indicando, no mesmo sentido, que a despesa e receita orçamentária apresentam uma alta heterogeneidade dos dados, decorrente em parte das diferenças apresentadas pelos diversos municípios e regiões do Estado de Minas Gerais.

O desvio-padrão denota uma diferença de aplicação nas funções sociais entre os municípios considerados como bastante acima da média, o que decorre, em parte, além das diferenças regionais, posicionamentos político-ideológicos e demandas sociais diferenciadas. O valor encontrado para amplitude nos gastos sociais denota períodos, em que tais funções de despesa tiveram aplicações bastante acima da média e outros nas quais tais gastos receberam poucos recursos.

Os gastos econômicos médios foram da ordem de R\$ 328,26 (trezentos e vinte e oito reais, vinte e seis centavos) e um desvio-padrão de R\$ 267,20 (duzentos e sessenta e sete reais, vinte centavos), demonstrando uma diferença de aplicação em funções econômicas entre os municípios abaixo da média de aplicação, o que denota uma menor diversidade político-ideológica e demanda em tais itens de investimentos. O valor mínimo de R\$ 19,75 (dezenove reais, setenta e cinco centavos) e valor máximo de R\$ 9.263,98 (nove mil, duzentos e sessenta e três reais, noventa e oito centavos), demonstram uma discrepante diferença de aplicação em funções econômicas no período analisado, o que pode ser decorrente da abertura de novas funções estatais, consideradas em tal classificação, bem como o aumento de tecnologia e de possibilidades comerciais, industriais e de serviços ocorridas com o crescente processo de globalização.

Em relação ao PIB *per capita*, a média é de R\$ 6,82 (seis reais, oitenta e dois centavos) por habitante nos municípios considerados, sendo que o desvio-padrão de R\$ 12,00 (doze reais) corrobora com a existência de heterogeneidade econômica existente entre as cidades do estado de Minas Gerais, decorrente da extensão do mesmo e das diferenças regionais acentuadas. A amplitude de R\$ 286,41 (duzentos e oitenta e seis reais, quarenta e um centavos) é devida à variação ocorrida entre os períodos considerados, sendo o valor mínimo de R\$ 1,03 (um real, três centavos) referente ao município de Prata no ano de 2002 e o valor máximo de R\$ 287,44 (duzentos e oitenta e sete reais, quarenta e quatro centavos) referente ao município de Pedro Teixeira também no ano de 2002.

O número médio de estabelecimentos de ensino municipais é de 17 escolas, com uma dispersão de 21 estabelecimentos por município, decorrente da diferença de pessoas em idade escolar, advinda da diversidade de tamanho

e número de habitantes. A amplitude de 302 estabelecimentos de ensino é decorrente, além das diferenças consideradas entre os municípios estudados, ao aumento de oferta de serviços nesta área, em parte explicado pelo atendimento a programas governamentais voltados para a educação.

Quanto ao número de matrículas, a média fica no patamar de 2.303 matrículas por município, considerando-se um desvio-padrão discrepante de 7.677 matrículas, sendo tal diversidade decorrente do número de pessoas residentes em cada município, dado seu tamanho. Em relação à diferença entre o menor e maior valor de matrículas na ordem de 174.147 matrículas, o elevado grau de amplitude é devido, em parte, ao aumento no número de pessoas que passaram a ter acesso à educação em decorrência do estabelecimento de programas governamentais voltados para essa área, dos quais os municípios são parte integrante. O menor valor de matrículas no período, ou seja, 15 é do município de Duradoquara em 2004 enquanto o valor máximo de 174.162 matrículas é do município de Belo Horizonte no ano de 2000.

A média é de duas consultas por habitante nos municípios considerados, com um desvio-padrão de uma consulta por habitante, podendo-se considerar equilibrada a dispersão dessa variável. O número mínimo de consultas igual a 0 referente aos municípios de Goiana em 2003 e Acaiaca em 2002 demonstra um período em que a busca por serviços de saúde era feita em cidades próximas e que apresentavam um quadro de profissionais e estrutura considerados melhor. O valor máximo de consultas por habitante da ordem de 26 refere-se ao município de Engenheiro Caldas, em 2006.

4.1.2. Matriz de correlações

Para medir a existência de correlação entre as variáveis propostas, utilizou-se o Coeficiente de Correlação r de Sperman, ou correlação por postos, que consiste em uma técnica de análise não-paramétrica para avaliar o grau de relacionamento entre as observações. Os valores de correlação variam entre 1 e -1, correspondendo ambos à existência de relação perfeita, respectivamente positiva e negativa entre as variáveis.

Na Tabela 10, apresentam-se os dados das correlações existentes entre as variáveis consideradas e as estatísticas descritivas das variáveis envolvidas no estudo, obtidas para o período de 2000 a 2008, considerando todos os municípios utilizados.

Observa-se que as maiores correlações da variável DORÇ são estabelecidas com RORÇ com um índice de 81,60, seguidas de GSOC e GECON com índices de 80,10 e 66,50.

As correlações estabelecidas entre DORÇ e EST (-37,10) e MAT (-35,70) indicam um baixo ajuste decrescente entre as variáveis, enquanto os coeficientes resultantes da relação com PIPPER (35,00) e CONS (5,90) demonstram baixa correlação crescente entre as variáveis.

Quanto aos coeficientes de correlação encontrados entre a variável DORÇ e as *dummies* representativas do ciclo eleitoral, PRELEI (-4,60), ELEI (-7,50) e POSEL (-1,10), demonstram baixa correlação negativa entre as variáveis.

Em relação à variável GSOC, as maiores correlações estabelecidas são com DORÇ e RORÇ, correspondendo a 80,10 e 81,30 respectivamente.

Quanto à variável GECON, as maiores correlações também são com DORÇ, com índice de 66,50 e RORÇ com índice de 69,00.

As demais variáveis, utilizadas no estudo, apresentam índices entre a faixa de variação aceita para o coeficiente de Sperman, ou seja, os resultados apresentam: $-1 \leq r \leq 1$, o que indica a existência de correlação, ainda que, em sua maioria, os mesmos estejam a uma distância considerável da unidade.

Pode-se observar também, na matriz de correlação, que os *p-valores* calculados são menores ou iguais ao nível do que o nível de significância, estabelecido em 5%, indicando a existência de relação linear entre as variáveis, apesar de alguns índices estarem bastante próximos de 0 (zero).

A hipótese levantada neste estudo é que o comportamento das despesas públicas municipais está relacionado à vigência do calendário eleitoral, considerando-se que a despesa em nível nacional é muito mais propensa a manipulações, no sentido de aumentar a popularidade dos governantes às vésperas das eleições, que as variáveis de receita e os instrumentos de política monetária (BITTENCOURT, 2002).

Tabela 10 - Matriz de correlações: municípios do Estado de Minas Gerais

Variáveis	DORÇ	GSOC	GECON	RORÇ	PIBPER	EST	MAT	CONS	PRELEI	ELEI	POSELEI	PMDB	PSDB	DEM	PT	OUTPUT	GOV	PRES
DORÇ	1,000	0,801	0,665	0,816	0,350	-0,371	-0,357	0,059	-0,046	-0,075	0,011	-0,015	-0,017	0,013	-0,057	-0,041	-0,025	-0,003
		(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,001)	(0,000)	(0,031)	(0,006)	(0,020)	(0,035)	(0,000)	(0,003)	(0,005)	(0,044)
GSOC	0,801	1,000	0,707	0,813	0,308	-0,235	-0,256	0,003	-0,176	0,216	0,077	0,012	0,031	0,035	-0,014	0,021	-0,019	-0,004
	(0,000)		(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,835)	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,036)	(0,021)	(0,009)	(0,009)	(0,014)	(0,016)	(0,005)
GECON	0,665	0,707	1,000	0,690	0,333	-0,342	-0,349	0,033	-0,066	-0,095	0,023	-0,017	-0,005	0,009	-0,046	-0,044	-0,012	-0,002
	(0,000)	(0,000)		(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,014)	(0,000)	(0,000)	(0,009)	(0,019)	(0,005)	(0,005)	(0,001)	(0,001)	(0,036)	(0,008)
RORÇ	0,816	0,813	0,690	1,000	0,403	-0,379	-0,331	0,070	0,042	0,005	-0,063	-0,056	-0,058	-0,025	-0,080	-0,103	-0,027	0,007
	(0,000)	(0,000)	(0,000)		(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,002)	(0,005)	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,006)	(0,000)	(0,000)	(0,044)	(0,006)
PIBPER	0,350	0,308	0,333	0,403	1,000	0,008	0,215	0,001	0,115	-0,012	-0,096	-0,086	-0,087	-0,071	-0,081	-0,139	-0,018	0,011
	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,000)		(0,045)	(0,000)	(0,006)	(0,000)	(0,005)	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,004)	(0,040)
EST	-0,371	-0,235	-0,342	-0,379	0,008	1,000	0,717	-0,115	-0,013	0,013	0,004	-0,011	-0,006	0,008	0,022	0,038	-0,002	-0,025
	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,045)		(0,000)	(0,000)	(0,003)	(0,032)	(0,002)	(0,042)	(0,006)	(0,002)	(0,009)	(0,005)	(0,004)	(0,063)
MAT	-0,357	-0,256	-0,349	-0,331	0,215	0,717	1,000	-0,086	-0,003	0,001	0,008	-0,015	-0,005	-0,001	0,028	0,037	0,024	-0,005
	(0,0000)	(0,0000)	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,000)		(0,000)	(0,047)	(0,046)	(0,008)	(0,007)	(0,007)	(0,013)	(0,041)	(0,006)	(0,004)	(0,032)
CONS	0,059	0,003	0,033	0,070	0,001	-0,115	-0,086	1,000	0,020	-0,023	0,019	-0,012	0,028	0,026	-0,030	-0,011	-0,028	-0,002
	(0,000)	(0,035)	(0,014)	(0,000)	(0,006)	(0,000)	(0,000)		(0,048)	(0,006)	(0,008)	(0,007)	(0,039)	(0,008)	(0,025)	(0,043)	(0,041)	(0,001)
PRELEI	-0,046	-0,176	-0,066	0,042	0,115	-0,013	-0,003	0,020	1,000	-0,378	-0,286	-0,138	-0,129	-0,118	-0,096	-0,208	0,007	-0,006
	(0,001)	(0,000)	(0,000)	(0,002)	(0,000)	(0,003)	(0,047)	(0,048)		(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,003)	(0,006)
ELEI	-0,075	0,216	-0,095	0,005	-0,012	0,013	0,001	-0,023	-0,378	1,000	-0,378	-0,056	0,014	-0,051	0,043	0,023	-0,010	0,000
	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,005)	(0,005)	(0,032)	(0,046)	(0,006)	(0,000)		(0,000)	(0,000)	(0,014)	(0,000)	(0,001)	(0,008)	(0,001)	(0,007)
POSELEI	0,011	0,077	0,023	-0,063	-0,096	0,004	0,008	0,019	-0,286	-0,378	1,000	0,339	0,243	0,294	0,143	0,390	-0,002	0,006
	(0,431)	(0,000)	(0,009)	(0,000)	(0,000)	(0,002)	(0,008)	(0,008)	(0,000)	(0,000)		(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,001)	(0,008)
GOV	-0,025	-0,019	-0,012	-0,027	-0,018	-0,002	0,024	-0,028	0,007	-0,010	-0,002	-0,001	-0,023	-0,010	-0,008	0,012	1,000	-0,227
	(0,005)	(0,063)	(0,003)	(0,044)	(0,017)	(0,004)	(0,004)	(0,041)	(0,003)	(0,001)	(0,001)	(0,028)	(0,007)	(0,045)	(0,047)	(0,037)		(0,000)
PRES	-0,003	-0,004	-0,002	0,007	0,011	-0,025	-0,005	-0,002	-0,006	0,010	0,006	0,005	0,015	0,008	0,013	-0,012	-0,227	1,000
	(0,004)	(0,005)	(0,008)	(0,016)	(0,003)	(0,006)	(0,032)	(0,001)	(0,006)	(0,007)	(0,008)	(0,007)	(0,007)	(0,035)	(0,035)	(0,002)	(0,000)	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observação: *p-valores* entre parênteses.

De acordo com Rogoff (1990), em níveis subnacionais, os indícios de ciclo político de caráter oportunista nos instrumentos de política fiscal podem ser ainda mais evidentes que em outras esferas do poder político.

4.1.3. Despesa orçamentária como variável dependente

O item Despesa Orçamentária refere-se à totalidade de despesas municipais, englobando os itens de custeio e investimento aos quais foram destinados recursos públicos.

Os resultados para a despesa orçamentária evidenciam a presença de ciclos políticos bem definidos, caracterizados por elevações durante os anos eleitorais e quedas nos anos pós-eleição.

Tabela 11 - Resultados: despesa orçamentária como variável dependente

Variável	Coef.	Erro-padrão	t	Sig	Tol.	VIF
CONS.	20,152	26,187	-4,217	0,000		
RORÇ	1,453	0,024	71,763	0,000	0,874	1,145
PIBPER	-3,010	0,723	-7,127	0,000	0,908	1,101
EST	2,381	0,652	3,439	0,000	0,377	2,655
MAT	-0,010	0,008	-2,867	0,000	0,033	3,768
CONS	-5,587	6,915	-4,735	0,000	0,877	1,023
PRELEI	14,252	25,414	-2,786	0,014	0,642	1,559
ELEI	38,709	23,563	-3,297	0,019	0,598	1,673
POSELEI	-13,711	24,918	-2,512	0,025	0,896	5,893
GOV	8,275	19,458	1,227	0,038	0,854	6,012
PRES	9,923	18,523	1,325	0,035	0,863	6,156
R	R ²	R ² Ajustado	F	D.W.	KM	White
0,909	0,827	0,810	37,164 (0,000)	1,937	2,636 (0,063)	0,025 (0,975)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observações: *p-valores* entre parênteses.

A regressão aponta para um elevado poder explicativo da equação, com o valor de R^2 ajustado equivalente a 0,827, o que sugere que a explicação do comportamento das despesas orçamentárias é estabelecida em 82,70% pelas variáveis de controle.

Os resultados, obtidos com os testes estatísticos propostos para averiguação de qualidade do modelo, sugerem a validade da equação de regressão. O resultado do teste de Kolmogorov-Smirnov apresenta o p-valor de 0,063, indicando que a hipótese nula não foi rejeitada e, portanto, a distribuição dos resíduos é normal ao nível de confiança de 95%. Quanto ao fato de a variância dos resíduos ser constante, o teste de White aponta um p-valor de 0,975, indicando que o modelo é homocedástico. Sendo o valor de Durbin-Watson equivalente a 1,937 e estando o resultado estatístico próximo de 2, a hipótese de não-existência de correlação serial entre os resíduos é aceita. Quanto a existência de correlação significativa entre as variáveis explicativas, os resultados obtidos pelo indicador de Tolerância ficaram entre 0,10 e 1, enquanto a medição pelo Fator de Inflação da Variância (VIF) apurou valores entre 1 e 10, indicando multicolinearidade aceitável entre as variáveis consideradas no modelo.

Os resultados sugerem que, para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada pelos municípios, os governantes gastam R\$ 1,45, indicando um gasto superior em R\$ 0,45 aos recursos existentes, o que aponta para déficit orçamentário, conforme resultados obtidos por Oliveira (2006) ao analisar os municípios do Rio de Janeiro. O aumento de R\$ 1,00 no PIB *per capita* implica uma redução de R\$ 3,01 na despesa orçamentária, sugerindo que a elevação de renda e condições de vida da população impactam, inversamente, nos gastos governamentais. No que diz respeito aos estabelecimentos municipais de ensino, os resultados indicam que, para cada acréscimo de um estabelecimento de ensino municipal, há um aumento de R\$ 2,38 na despesa orçamentária. Quanto ao número de matrículas efetuadas em estabelecimentos de ensino municipais, observa-se uma relação inversa, ou seja, para cada matrícula efetuada, as despesas diminuem R\$ 0,10. Tal direcionamento também é observado na relação entre o número de consultas por habitante, cujo aumento na utilização do serviço implica uma queda de R\$ 5,58, indicando

tais resultados uma possível redução do gasto total quando o dispêndio é feito em atendimento a um maior número de indivíduos.

No que tange aos anos de interesse eleitoral, os resultados assemelham-se àquele encontrado por Nagakuma (2006) que, ao estudar a existência de ciclos políticos para os estados brasileiros no período pré-eleitoral, encontrou um aumento de R\$ 14,25 nas despesas totais, enquanto no período eleitoral a elevação nos gastos públicos sugere um acréscimo de R\$ 38,70, seguidos da redução de R\$ 13,71 no período imediatamente após a eleição, indicando, possivelmente, ajustes fiscais cíclicos, implementados a curto prazo, nos períodos após as eleições por ser mais favorável politicamente.

Em relação ao alinhamento político com o governador e o presidente, os resultados encontrados divergem de Cossio (1998) para os estados brasileiros que apontaram para o fato de que pertencer ao mesmo partido do presidente significa redução nos gastos estaduais, apontando neste estudo para um aumento de R\$ 8,27 nos gastos municipais quando há coincidência partidária com o governo do Estado e de R\$ 9,92 quando o prefeito pertence à mesma coligação do presidente da república, o que pode indicar algum tipo de pacto ideológico pelo qual os prefeitos são beneficiados com recursos para aplicação em investimentos, que aumentem sua visibilidade política e, ao vencerem as eleições, tornam-se grandes propagadores das ações efetuadas pela governador e, ou presidente.

4.1.4. Gastos sociais como variável dependente

O item Gastos Sociais refere-se às despesas efetuadas com as seguintes funções de governo: Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Saneamento, Educação, Cultura, Urbanismo e Habitação.

As estimativas obtidas para os Gastos Sociais apontam para a existência de ciclos políticos, com um aumento bastante significativo desta natureza de despesas nos anos eleitorais e diminuição no período pós-eleitoral.

Os resultados da regressão sugerem que o modelo explica 79,70% das variações ocorridas nos gastos sociais, com valor de R^2 ajustado equivalente a 0,797 e significância estatística de 73,99%.

Tabela 12 - Resultados: gastos sociais como variável dependente

Variável	Coef.	Erro-padrão	t	Sig	Tol.	VIF
CONS.	17,471	53,117	-9,151	0,000		
RORÇ	1,853	0,049	45,468	0,000	0,877	1,149
PIBPER	-5,025	1,246	-8,981	0,000	0,913	1,111
EST	6,344	1,113	4,994	0,000	0,379	2,685
MAT	-0,021	0,018	-3,576	0,000	0,038	3,738
CONS	-3,510	13,970	-6,463	0,000	0,877	1,036
PRELEI	9,188	51,456	-0,714	0,014	0,656	1,569
ELEI	38,926	47,815	3,049	0,020	0,584	1,685
POSELEI	-18,489	52,016	3,176	0,026	0,672	1,567
GOV	6,280	47,814	1,913	0,039	0,804	1,810
PRES	5,710	43,569	1,896	0,036	0,798	1,811
R	R ²	R ² Ajustado	F	D.W.	KM	White
0,924	0,853	0,797	26,012 (0,000)	1,718	2,385 (0,057)	0,027 (0,994)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

Observações: *p*-valores entre parênteses.

A validação do modelo estatístico foi feita por meio dos testes estatísticos propostos, os quais apontaram para qualidade da equação de regressão. O teste de Kolmogorov-Smirnov, aplicado para verificação de normalidade dos resíduos, sugere o atendimento ao pressuposto, com o *p*-valor de 0,057 indicando que a distribuição dos resíduos é normal com um nível de confiança de 95%. O teste de White indica a existência de homocedasticidade, com um *p*-valor de 0,994. Quanto a existência de autocorrelação serial entre os resíduos, o pressuposto é atendido sendo o valor de Durbin-Watson equivalente a 1,718. Os indicadores de Tolerância e do Fator de Inflação da Variância apresentaram-se nas faixas consideradas toleráveis à multicolinearidade.

Os resultados sugerem que para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada pelos municípios, os gestores gastam R\$ 1,85 com as despesas referentes à função social do município, o que demonstra o fato de esta natureza de gastos estar acima dos recursos existentes, assemelhando-se aos resultados obtidos por Sakurai (2005) em seu estudo concernente às despesas dos municípios

brasileiros, segmentadas por funções de governo. O aumento do PIB *per capita* em R\$ 1,00 faz com que os gastos sociais decresçam em R\$ 5,02, indicando que um maior nível de renda e melhor condições de vida da população leva à redução da necessidade de gastos em funções assistencialistas. Quanto aos estabelecimentos de ensino municipais, os resultados apontam, como era de se esperar, para um considerável acréscimo de R\$ 6,34 para cada nova escola. Em relação ao número de matrículas efetuadas e consultas feitas, observa-se uma relação inversa, sendo reduzido R\$ 0,21 para cada matrícula e R\$ 3,51 para cada consulta, sendo que tais direcionamentos são idênticos ao comportamento da despesa orçamentária e corroboram com a sugestão de que há redução de gastos, quando o dispêndio é feito em atendimento a um maior número de indivíduos e/ou de serviços unitários. No que tange aos anos de interesse eleitoral, os resultados apontam para presença de ciclos políticos, havendo elevações de R\$ 9,18 no período pré-eleitoral e de R\$ 38,92 no período eleitoral, seguidas da redução de R\$ 18,48 no ano pós-eleitoral, caracterizando o “efeito lua-de-mel”⁹.

4.1.5. Gastos econômicos como variável dependente

Os Gastos Econômicos referem-se às funções: Trabalho, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Organização Agrária, Indústria, Comércio e Serviços, Comunicações, Energia, Transporte, Desporto e Lazer e Relações Exteriores.

As estimativas obtidas para os Gastos Sociais apresentaram redução durante os anos pré-eleitoral e pós-eleitoral e um aumento pouco expressivo no período eleitoral, o que pode significar ajustes nas contas públicas em decorrência dos significativos aumentos ocorridos em outras rubricas não incluídas neste item.

A regressão aponta para um bom poder explicativo do modelo da ordem de 77,30%, pois o R^2 ajustado apresentou um índice de 0,773 e significância estatística de 62,09%.

⁹ Efeito lua-de-mel corresponde ao termo utilizado no campo político para indicar o aumento significativo de gastos no período eleitoral com vistas ao sucesso nas urnas e a redução dos mesmos no período pós-eleitoral, por representar uma melhor estratégia política.

Tabela 13 - Resultados: gastos econômicos como variável dependente

Variável	Coef.	Erro-padrão	t	Sig	Tol.	VIF
CONS.	-0,281	9,779	17,813	0,000		
RORÇ	1,553	0,009	12,274	0,000	0,893	1,145
PIBPER	-1,172	0,271	5,679	0,000	0,911	1,101
EST	0,032	0,229	-4,913	0,000	0,374	2,655
MAT	3,212	0,005	0,819	0,000	0,039	3,768
CONS	10,091	2,537	2,431	0,000	0,863	1,023
PRELEI	-24,095	9,182	5,419	0,022	0,672	1,559
ELEI	6,230	8,379	5,253	0,029	0,587	1,673
POSELEI	-16,312	9,187	2,787	0,039	0,645	1,566
GOV	-1,217	10,236	1,629	0,046	0,804	1,715
PRES	-1,826	12,569	1,701	0,034	0,812	1,736
R	R ²	R ² Ajustado	F	D.W.	KM	White
0,903	0,815	0,773	37,913 (0,000)	1,903	2,317 (0,065)	0,029 (0,991)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observações: *p*-valores entre parênteses.

A validade da equação de regressão, testada por meio dos procedimentos estatísticos propostos, apontou para a qualidade do modelo. O pressuposto de normalidade dos resíduos foi atendido, conforme indicado pelo teste de Kolmogorov-Smirnov, cujo *p*-valor encontrado é 0,065. A existência de heterocedasticidade foi rejeitada, tendo o teste de White apresentado um *p*-valor de 0,991. O teste de Durbin-Watson resultante em 1,903 aponta para não existência de autocorrelação entre os resíduos. A existência de correlação elevada entre as variáveis explicativas foi rejeitada pelo teste de Tolerância com valores entre 0,10 e 1 para as variáveis consideradas e o Fator de Inflação da Variância apresentou indicadores na faixa de 1 a 10, indicando ambos os resultados a existência de multicolinearidade tolerável.

Os gastos econômicos diminuem em R\$ 0,28 para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada pelos municípios, indicando que os governantes economizam para aplicação em outras funções, ou para possível abertura de créditos adicionais utilizando os saldos de tais rubricas. No que tange ao PIB *per capita*, o aumento de R\$ 1,00 na renda da população implica uma redução

de R\$ 1,17 em funções econômicas, sugerindo que o aumento na riqueza do município e na renda da população está, diretamente, relacionado às despesas efetuadas em áreas pertinentes ao desenvolvimento econômico local. Quanto aos estabelecimentos de ensino municipais há um aumento de R\$ 0,032 nos gastos econômicos, referindo-se tal acréscimo possivelmente ao aumento de despesas com energia, ciência, desporto e lazer. Em relação ao número de matrículas e consultas realizadas, observa-se um aumento de R\$ 3,21 e R\$ 20,09 respectivamente nas despesas com funções econômicas. Tal direcionamento é contrário ao encontrado para despesas orçamentárias e gastos sociais, o que pode indicar que, apesar de o dispêndio efetuado especificamente com algumas funções apresentar-se menor quanto maior o número de indivíduos atendidos e serviços prestados, os gastos indiretos necessários à manutenção e funcionamento de tais itens acabam elevando-se.

Quanto à existência de ciclos políticos, os resultados não são significativos para apontar sua presença, havendo um ligeiro aumento nos gastos dessa natureza durante o período eleitoral – R\$ 6,23 e redução no período pré e pós-eleitoral. Em relação ao alinhamento político com o governador, os resultados apontam para a redução de R\$ 1,21 nos gastos com funções econômicas e, no mesmo sentido, a coincidência partidária com o governo federal impacta no decréscimo de R\$ 1,82 em despesas desta natureza.

Tabela 14 - Resumo dos resultados para os municípios do Estado de Minas Gerais

Variáveis de controle	Variável dependente		
	Despesa orçamentária	Gastos sociais	Gastos econômicos
Constante	20,152	17,471	-0,281
RORÇ	1,453	1,853	1,553
PIBPER	-3,010	-5,025	-1,172
EST	2,381	6,344	0,032
MAT	-0,010	-0,021	3,212
CONS	-5,587	-3,510	10,091
PRELEI	14,252	9,188	-24,095
ELEI	38,709	38,926	6,230
POSELEI	-13,711	-18,489	-16,312
GOV	8,275	6,280	-1,217
PRES	9,923	5,710	-1,826
Coeficiente de Determinação			
R ²	0,827	0,803	0,801
R ² Ajustado	0,810	0,797	0,773

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

4.2. Resultados para mesorregiões do estado

4.2.1. Estatísticas descritivas

Os dados da Tabela 15 apresentam as estatísticas descritivas das variáveis envolvidas no estudo, obtidas para o período de 2000 a 2008.

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter o número de 23 municípios para cada variável considerada e um total de 207 observações (Tabela 16).

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter o número de 25 municípios para cada variável considerada e um total de 225 observações (Tabela 17).

Tabela 15 - Estatísticas descritivas: Mesorregião 1 – Campo das Vertentes

Variável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
Despesa orçamentária	215,23	1.751,43	597,96	254,22
Receita orçamentária	271,41	1.723,17	660,88	245,66
Gasto social	54,56	2.845,93	376,42	292,01
Gasto econômico	109,77	893,23	304,96	129,65
PIB <i>per capita</i>	0,18	202,07	6,56	13,94
N.º de escolas	1,00	69,00	14,62	15,59
N.º de matrículas	240,00	10.757,00	1.744,09	2.716,81
N.º de consultas	0,13	8,10	2,07	1,21
Ano pré-eleitoral	0,00	1,00	0,22	0,42
Ano eleitoral	0,00	1,00	0,33	0,47
Ano pós-eleitoral	0,00	1,00	0,22	0,42
Gov	0,00	1,00	0,43	0,51
Pres	0,00	1,00	0,37	0,53

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Tabela 16 - Estatísticas descritivas: Mesorregião 2 – Central Mineira

Variável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
Despesa orçamentária	17,19	33.433,26	1.434,36	1.908,04
Receita orçamentária	0,57	7.132,84	298,95	1.100,88
Gasto social	58,46	48.393,62	670,39	2.877,32
Gasto econômico	72,77	2.455,63	466,33	332,05
PIB <i>per capita</i>	0,21	39,42	6,18	5,12
N.º de escolas	2,00	50,00	12,91	9,63
N.º de matrículas	150,00	6.074,00	1.527,49	1.393,67
N.º de consultas	0,12	5,95	2,00	1,05
Ano pré-eleitoral	0,00	1,00	0,22	0,42
Ano eleitoral	0,00	1,00	0,33	0,47
Ano pós-eleitoral	0,00	1,00	0,22	0,42
Gov	0,00	1,00	0,43	0,51
Pres	0,00	1,00	0,37	0,53

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Tabela 17 - Estatísticas descritivas: Mesorregião 3 – Jequitinhonha

Variável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
Despesa orçamentária	15,74	5.198,30	372,44	670,37
Receita orçamentária	9,95	1.628,90	165,73	225,58
Gasto social	56,89	7.626,50	669,42	1.056,41
Gasto econômico	93,23	9.263,98	383,48	701,39
PIB <i>per capita</i>	0,36	48,08	3,38	4,02
N.º de escolas	3,00	96,00	13,77	16,55
N.º de matrículas	233,00	4.124,00	1.447,15	901,63
N.º de consultas	0,11	4,09	1,72	0,76
Ano pré-eleitoral	0,00	1,00	0,22	0,42
Ano eleitoral	0,00	1,00	0,33	0,47
Ano pós-eleitoral	0,00	1,00	0,22	0,42
Gov	0,00	1,00	0,43	0,51
Pres	0,00	1,00	0,37	0,53

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado com 36 municípios para cada variável e 324 observações (Tabela 18).

Tabela 18 - Estatísticas descritivas: Mesorregião 4 – Metropolitana de BH

Variável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
Despesa orçamentária	113,89	3.787,40	666,19	425,53
Receita orçamentária	148,69	3.937,06	732,36	418,14
Gasto social	128,62	2.549,13	394,47	332,81
Gasto econômico	58,09	1.931,58	339,75	217,02
PIB <i>per capita</i>	0,24	210,15	9,03	16,44
N.º de escolas	2,00	303,00	25,44	33,73
N.º de matrículas	105,00	174.162,00	5.438,86	3.958,84
N.º de consultas	0,00	10,16	2,05	1,11
Ano pré-eleitoral	0,00	1,00	0,22	0,42
Ano eleitoral	0,00	1,00	0,33	0,47
Ano pós-eleitoral	0,00	1,00	0,22	0,42
Gov	0,00	1,00	0,43	0,51
Pres	0,00	1,00	0,37	0,53

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter o número de 74 municípios para cada variável considerada e um total de 666 observações (Tabela 19).

Tabela 19 - Estatísticas descritivas: Mesorregião 5 – Noroeste de Minas

Variável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
Despesa orçamentária	218,42	1.394,79	634,14	262,99
Receita orçamentária	311,56	1.441,09	693,64	227,42
Gasto social	74,35	949,65	372,20	246,09
Gasto econômico	111,39	711,34	323,41	134,13
PIB <i>per capita</i>	0,13	221,90	9,19	17,76
N.º de escolas	3,00	69,00	20,21	14,83
N.º de matrículas	338,00	10.376,00	2.284,58	2.483,00
N.º de consultas	0,00	4,96	1,63	0,77
Ano pré-eleitoral	0,00	1,00	0,22	0,42
Ano eleitoral	0,00	1,00	0,33	0,47
Ano pós-eleitoral	0,00	1,00	0,22	0,42
Gov	0,00	1,00	0,43	0,51
Pres	0,00	1,00	0,37	0,53

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter 17 municípios para cada variável e 153 observações (Tabela 20).

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado com 66 municípios e 594 observações (Tabela 21).

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter o número de 34 municípios para cada variável considerada e um total de 306 observações (Tabela 22).

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter o número de 109 municípios para cada variável considerada e um total de 981 observações (Tabela 23).

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter o número de 43 municípios para cada variável considerada e um total de 387 observações (Tabela 24).

Tabela 20 - Estatísticas descritivas: Mesorregião 6 – Norte de Minas

Variável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
Despesa orçamentária	38,73	1.455,03	497,05	222,03
Receita orçamentária	54,22	1.524,13	541,15	206,57
Gasto social	112,35	890,97	301,86	203,95
Gasto econômico	19,75	742,06	253,50	113,24
PIB <i>per capita</i>	0,24	100,86	3,81	6,42
N.º de escolas	3,00	168,00	15,10	23,54
N.º de matrículas	504,00	31.914,00	2.174,21	3.480,73
N.º de consultas	0,00	8,64	2,06	1,12
Ano pré-eleitoral	0,00	1,00	0,22	0,42
Ano eleitoral	0,00	1,00	0,33	0,47
Ano pós-eleitoral	0,00	1,00	0,22	0,42
Gov	0,00	1,00	0,43	0,51
Pres	0,00	1,00	0,37	0,53

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Tabela 21 - Estatísticas descritivas: Mesorregião 7 – Oeste de Minas

Variável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
Despesa orçamentária	217,49	2.466,18	606,76	347,70
Receita orçamentária	307,38	2.426,20	667,02	339,65
Gasto social	114,85	1.600,13	354,66	266,76
Gasto econômico	110,92	1.257,75	309,45	177,32
PIB <i>per capita</i>	0,10	18,46	6,87	2,80
N.º de escolas	2,00	112,00	15,04	15,27
N.º de matrículas	289,00	15.699,00	1.991,38	2.620,95
N.º de consultas	0,00	13,29	2,16	1,13
Ano pré-eleitoral	0,00	1,00	0,22	0,42
Ano eleitoral	0,00	1,00	0,33	0,47
Ano pós-eleitoral	0,00	1,00	0,22	0,42
Gov	0,00	1,00	0,43	0,51
Pres	0,00	1,00	0,37	0,53

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Tabela 22 - Estatísticas descritivas: Mesorregião 8 – Sul e Sudoeste de Minas

Variável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
Despesa orçamentária	178,95	2.978,17	591,72	320,95
Receita orçamentária	275,43	2.895,92	652,87	314,07
Gasto social	182,46	1.738,86	345,94	256,60
Gasto econômico	91,26	1.518,87	301,78	163,69
PIB <i>per capita</i>	0,06	222,53	7,86	11,11
N.º de escolas	2,00	102,00	12,16	11,88
N.º de matrículas	181,00	19.790,00	1.568,61	2.310,73
N.º de consultas	0,00	6,00	2,05	0,98
Ano pré-eleitoral	0,00	1,00	0,22	0,42
Ano eleitoral	0,00	1,00	0,33	0,47
Ano pós-eleitoral	0,00	1,00	0,22	0,42
Gov	0,00	1,00	0,43	0,51
Pres	0,00	1,00	0,37	0,53

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Tabela 23 - Estatísticas descritivas: Mesorregião 9 – Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Variável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
Despesa orçamentária	197,19	4.089,92	947,12	671,51
Receita orçamentária	351,11	4.248,24	1.045,26	710,80
Gasto social	177,24	2.644,39	527,56	471,56
Gasto econômico	100,57	2.085,86	483,03	342,47
PIB <i>per capita</i>	0,08	198,56	15,44	22,14
N.º de escolas	1,00	128,00	17,05	20,16
N.º de matrículas	15,00	53.505,00	3.530,57	3.930,27
N.º de consultas	0,00	8,17	2,29	1,33
Ano pré-eleitoral	0,00	1,00	0,22	0,42
Ano eleitoral	0,00	1,00	0,33	0,47
Ano pós-eleitoral	0,00	1,00	0,22	0,42
Gov	0,00	1,00	0,43	0,51
Pres	0,00	1,00	0,37	0,53

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Tabela 24 - Estatísticas descritivas: Mesorregião 10 – Vale do Mucuri

Variável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
Despesa orçamentária	181,41	1.008,83	473,66	173,15
Receita orçamentária	273,69	1.153,14	512,31	154,85
Gasto social	134,52	676,02	277,42	177,92
Gasto econômico	92,52	514,51	241,57	88,30
PIB <i>per capita</i>	0,27	128,66	4,23	9,83
N.º de escolas	3,00	87,00	17,02	14,37
N.º de matrículas	561,00	11.463,00	1.754,04	2.057,13
N.º de consultas	0,00	8,64	1,80	1,08
Ano pré-eleitoral	0,00	1,00	0,22	0,42
Ano eleitoral	0,00	1,00	0,33	0,47
Ano pós-eleitoral	0,00	1,00	0,22	0,42
Gov	0,00	1,00	0,43	0,51
Pres	0,00	1,00	0,37	0,53

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter o número de 20 municípios para cada variável considerada e um total de 180 observações (Tabela 25).

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter o número de 65 municípios para cada variável considerada e um total de 585 observações (Tabela 26).

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter o número de 92 municípios para cada variável considerada e um total de 828 observações.

A despesa orçamentária média mais elevada é observada na Central Mineira, com valor de R\$ 1.434,36, e a menor, da ordem de R\$ 372,44, pertence ao vale do Jequitinhonha. Tais constatações decorrem das diferenças de tamanho dos municípios, além da diversidade encontrada entre as regiões do estado.

Tabela 25 - Estatísticas descritivas: Mesorregião 11 – Vale do Rio Doce

Variável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
Despesa orçamentária	163,40	1.832,49	577,48	273,00
Receita orçamentária	241,15	1.952,42	638,36	267,82
Gasto social	111,23	7.515,63	349,55	445,70
Gasto econômico	83,33	934,57	294,51	139,23
PIB <i>per capita</i>	0,87	43,10	4,52	4,25
N.º de escolas	3,00	109,00	13,42	14,66
N.º de matrículas	244,00	24.590,00	1.537,81	2.997,81
N.º de consultas	0,00	26,39	2,01	1,94
Ano pré-eleitoral	0,00	1,00	0,22	0,42
Ano eleitoral	0,00	1,00	0,33	0,47
Ano pós-eleitoral	0,00	1,00	0,22	0,42
Gov	0,00	1,00	0,43	0,51
Pres	0,00	1,00	0,37	0,53

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Tabela 26 - Estatísticas descritivas: Mesorregião 12 – Zona da Mata

Variável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
Despesa orçamentária	158,80	9.060,04	644,97	455,36
Receita orçamentária	231,55	8.984,92	704,64	451,82
Gasto social	182,68	6.560,83	383,06	361,72
Gasto econômico	80,99	4.620,62	328,94	232,24
PIB <i>per capita</i>	0,03	287,44	5,24	10,40
N.º de escolas	2,00	242,00	15,62	25,35
N.º de matrículas	122,00	48.297,00	1.635,13	3.924,70
N.º de consultas	0,00	7,66	2,22	1,20
Ano pré-eleitoral	0,00	1,00	0,22	0,42
Ano eleitoral	0,00	1,00	0,33	0,47
Ano pós-eleitoral	0,00	1,00	0,22	0,42
Gov	0,00	1,00	0,43	0,51
Pres	0,00	1,00	0,37	0,53

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

As médias mais baixas de gastos sociais e econômicos ocorrem no Vale do Mucuri, com os valores de R\$ 277,42 e R\$ 241,57, respectivamente. Os gastos sociais e econômicos mais elevados são da ordem de R\$ 670,39 e R\$ 483,03, apresentados na Central Mineira e no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, respectivamente.

Quanto à receita orçamentária, a média mais baixa é de R\$ 165,73, no vale do Jequitinhonha e a mais alta é de R\$ 1.045,26 no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Quanto ao PIB *per capita* e quantidade de matrículas, o vale do Jequitinhonha apresenta os menores valores médios, sendo respectivamente de R\$ 3,28 e 1.447,15. Tais variáveis tiveram suas maiores ocorrências na região Metropolitana de Belo Horizonte para número de matrículas, com valor médio de 5.438,86. Já no caso do PIB *per capita*, a maior média foi de R\$ 15,44, ocorrida no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

O fato de as menores médias em relação aos gastos sociais e econômicos, receitas orçamentárias e PIB *per capita* ocorrerem no Vale do Mucuri e na região do Jequitinhonha vão de encontro às diferenças significativas das condições socioeconômicas entre as regiões do estado, dentre as quais destacam-se as referidas regiões juntamente com o Norte de Minas, apontadas como as que apresentam os menores índices de qualidade de vida.

A quantidade média de estabelecimentos de ensino municipais mais baixa é de 12,16 escolas e ocorre nas regiões Sul e Sudoeste de Minas, enquanto a região Metropolitana de Belo Horizonte apresenta 25,44 escolas em média, representando o valor médio mais alto.

O Vale do Mucuri apresenta os menores desvios padrão para a despesa orçamentária (R\$ 173,15), receita orçamentária (R\$ 154,85), gastos sociais (R\$ 177,92) e gastos econômicos (R\$ 88,30), sendo que os maiores níveis de dispersão para tais variáveis foram encontrados na Central Mineira, para despesa orçamentária (R\$ 1.908,04), receita orçamentária (R\$ 1.100,88) e gastos sociais (R\$ 2.877,32) e, no vale do Jequitinhonha, para gastos econômicos (R\$ 701,39).

As variáveis escolas, matrículas e consultas tiveram os menores graus de dispersão ocorridos no vale do Jequitinhonha, que apresentou desvio-

padrão de 9,63, 901,63 e 0,76, respectivamente, sendo os maiores desvios encontrados na região Metropolitana de Belo Horizonte, que apresentou 33,73 para número de escolas e 3.958,84 para quantidade de matrículas; e Vale do Rio Doce, com 1,94 para consultas.

Quanto ao PIB *per capita*, o menor grau de dispersão encontrado foi de R\$ 2,08 na região Oeste de Minas e o maior nível foi de R\$ 22,14 no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

4.2.2. Despesa orçamentária como variável dependente

O item Despesa Orçamentária refere-se à totalidade de despesas municipais, englobando os itens de custeio e investimento aos quais foram destinados recursos públicos (Tabela 27).

Tabela 27 - Regressão: Mesorregião 1 – Campo das Vertentes

Variável	Coef.	Erro-padrão	t	Sig	Tol.	VIF
CONS.	14,219	29,410	0,483	0,000		
RORÇ	0,969	0,029	32,787	0,000	0,905	1,105
PIBPER	-0,156	0,502	2,262	0,000	0,973	1,028
EST	0,838	1,627	1,675	0,000	0,074	9,525
MAT	-0,009	0,009	-1,723	0,000	0,076	9,084
CONS	-2,547	5,946	-1,728	0,000	0,914	1,094
PRELEI	-1,463	20,818	-4,874	0,017	0,631	1,584
ELEI	16,864	19,039	-5,078	0,019	0,587	1,703
POSELEI	-23,027	20,811	-1,811	0,026	0,632	1,582
GOV	3,694	12,685	-1,562	0,038	0,714	1,789
PRES	2,565	11,547	-1,497	0,033	0,719	1,793
R	R ²	R ² Ajustado	F	D.W.	KM	White
0,921	0,848	0,812	28,175 (0,000)	1,983	1,279 (0,079)	0,042 (0,787)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observações: *p-valores* entre parênteses.

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter o número de 23 municípios para cada variável considerada (Tabela 28).

Tabela 28 - Regressão: Mesorregião 2 – Central Mineira

Variável	Coef.	Erro-padrão	t	Sig	Tol.	VIF
CONS.	73,899	194,201	1,777	0,000		
RORÇ	3,194	0,102	31,308	0,000	0,945	1,064
PIBPER	-13,352	23,805	1,666	0,002	0,807	1,246
EST	-7,160	20,374	-1,355	0,000	0,311	3,234
MAT	-0,191	0,330	-2,584	0,000	0,056	17,785
CONS	-5,891	108,265	1,523	0,000	0,927	1,085
PRELEI	28,089	329,226	1,919	0,017	0,637	1,580
ELEI	31,347	300,261	1,681	0,021	0,596	1,689
POSELEI	39,719	327,553	0,245	0,023	0,644	1,564
GOV	-5,632	23,563	1,672	0,035	0,793	1,613
PRES	-2,395	25,672	1,689	0,036	0,789	1,617
R	R ²	R ² Ajustado	F	D.W.	KM	White
0,917	0,840	0,798	35,972 (0,000)	1,867	2,399 (0,055)	0,034 (0,897)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observações: *p-valores* entre parênteses.

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter o número de 25 municípios para cada variável considerada (Tabela 29).

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter o número de 36 municípios para cada variável considerada (Tabela 30).

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter o número de 74 municípios para cada variável considerada (Tabela 31).

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter o número de 17 municípios para cada variável considerada (Tabela 32).

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter o número de 66 municípios para cada variável considerada (Tabela 33).

Tabela 29 - Regressão: Mesorregião 3 – Jequitinhonha

Variável	Coef.	Erro-padrão	t	Sig	Tol.	VIF
CONS.	89,547	58,346	5,678	0,000		
RORÇ	2,630	0,067	39,247	0,000	0,920	1,094
PIBPER	-1,868	3,722	-2,510	0,002	0,944	1,065
EST	2,998	1,347	2,233	0,000	0,424	2,368
MAT	-0,075	0,028	-2,681	0,000	0,326	3,089
CONS	1,792	19,167	1,941	0,000	0,952	1,057
PRELEI	45,113	43,909	3,322	0,017	0,632	1,592
ELEI	39,527	40,532	1,971	0,021	0,577	1,744
POSELEI	-28,984	44,362	-0,655	0,023	0,619	1,625
GOV	6,892	22,189	1,712	0,039	0,804	1,712
PRES	5,987	21,456	1,723	0,038	0,809	1,716
R	R ²	R ² Ajustado	F	D.W.	KM	White
0,907	0,823	0,792	35,713 (0,000)	1,984	3,692 (0,059)	0,029 (0,251)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observações: *p-valores* entre parênteses.

Tabela 30 - Regressão: Mesorregião 4 – Metropolitana de Belo Horizonte

Variável	Coef.	Erro-padrão	t	Sig	Tol.	VIF
CONS.	42,172	17,670	2,394	0,000		
RORÇ	0,978	0,012	79,933	0,003	0,907	1,109
PIBPER	-0,180	0,318	-1,569	0,002	0,875	1,149
EST	-0,062	0,375	-1,671	0,000	0,951	6,755
MAT	-0,023	0,023	-1,700	0,000	0,374	3,758
CONS	-8,268	4,484	-1,850	0,000	0,963	1,044
PRELEI	-22,971	14,634	-8,449	0,017	0,644	1,563
ELEI	-6,995	13,428	-7,817	0,021	0,595	1,692
POSELEI	-27,213	14,689	-1,859	0,023	0,639	1,575
GOV	1,832	20,172	1,711	0,039	0,811	1,804
PRES	-2,563	20,436	1,713	0,038	0,798	1,813
R	R ²	R ² Ajustado	F	D.W.	KM	White
0,951	0,904	0,831	37,116 (0,000)	1,928	2,043 (0,072)	0,028 (0,353)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observações: *p-valores* entre parênteses.

Tabela 31 - Regressão: Mesorregião 5 – Noroeste de Minas

Variável	Coef.	Erro-padrão	t	Sig	Tol.	VIF
CONS.	-71,425	53,053	-1,350	0,000		
RORÇ	1,092	0,049	22,511	0,000	0,719	1,399
PIBPER	-0,219	0,535	-2,417	0,002	0,977	1,029
EST	2,423	1,227	1,982	0,000	0,266	3,784
MAT	-0,014	0,015	-1,990	0,000	0,066	5,122
CONS	-2,285	12,557	-1,506	0,000	0,944	1,066
PRELEI	21,538	28,183	-3,979	0,017	0,637	1,580
ELEI	28,003	25,905	-4,580	0,021	0,586	1,716
POSELEI	-20,497	28,346	-1,728	0,023	0,630	1,598
GOV	1,113	17,893	1,712	0,040	0,801	1,632
PRES	1,219	19,256	1,721	0,039	0,723	1,575
R	R ²	R ² Ajustado	F	D.W.	KM	White
0,905	0,820	0,801	31,243 (0,000)	2,039	1,393 (0,069)	0,056 (0,923)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observações: *p-valores* entre parênteses.

Tabela 32 - Regressão: Mesorregião 6 – Norte de Minas

Variável	Coef.	Erro-padrão	t	Sig	Tol.	VIF
CONS.	0,979	15,074	0,065	0,000		
RORÇ	1,081	0,017	58,523	0,000	0,876	1,149
PIBPER	-0,354	0,533	0,668	0,002	0,955	1,054
EST	0,441	0,268	1,652	0,000	0,280	3,590
MAT	-0,006	0,004	-1,545	0,000	0,062	6,137
CONS	3,522	2,993	-1,180	0,000	0,994	1,012
PRELEI	30,663	10,066	-8,053	0,017	0,636	1,583
ELEI	41,317	9,224	-8,747	0,021	0,589	1,708
POSELEI	-13,948	10,140	-1,380	0,023	0,627	1,606
GOV	9,315	21,317	1,615	0,025	0,704	1,513
PRES	7,632	19,563	1,602	0,029	0,712	1,502
R	R ²	R ² Ajustado	F	D.W.	KM	White
0,932	0,869	0,813	29,702 (0,000)	1,839	1,947 (0,074)	0,028 (0,975)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observações: *p-valores* entre parênteses.

Tabela 33 - Regressão: Mesorregião 7 – Oeste de Minas

Variável	Coef.	Erro-padrão	t	Sig	Tol.	VIF
CONS.	40,006	29,159	1,677	0,000		
RORÇ	0,969	0,023	41,975	0,000	0,746	1,348
PIBPER	-0,089	2,816	-2,038	0,002	0,744	1,352
EST	1,355	1,385	1,984	0,000	0,103	7,746
MAT	-0,009	0,017	1,568	0,000	0,024	4,197
CONS	-9,228	6,175	-1,498	0,000	0,947	1,062
PRELEI	-18,545	20,652	-5,772	0,017	0,624	1,612
ELEI	11,817	18,630	-5,496	0,021	0,597	1,687
POSELEI	-30,629	20,359	-1,509	0,023	0,642	1,567
GOV	3,315	11,317	1,614	0,023	0,714	1,513
PRES	2,637	9,563	1,603	0,029	0,712	1,519
R	R ²	R ² Ajustado	F	D.W.	KM	White
0,941	0,885	0,803	34,783 (0,000)	1,933	2,319 (0,062)	0,073 (0,912)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observações: *p-valores* entre parênteses.

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter o número de 34 municípios para cada variável considerada (Tabela 34).

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter o número de 109 municípios para cada variável considerada (Tabela 35).

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter o número de 43 municípios para cada variável considerada (Tabela 36).

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter o número de 20 municípios para cada variável considerada (Tabela 37).

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter o número de 65 municípios para cada variável considerada (Tabela 38).

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter o número de 92 municípios para cada variável considerada.

Tabela 34 - Regressão: Mesorregião 8 – Sul e Sudoeste de Minas

Variável	Coef.	Erro-padrão	t	Sig	Tol.	VIF
CONS.	23,768	13,507	1,765	0,000		
RORÇ	0,982	0,012	80,761	0,000	0,796	1,263
PIBPER	-0,258	0,324	-1,801	0,002	0,903	1,114
EST	0,812	0,522	1,562	0,000	0,304	3,308
MAT	-0,022	0,005	-4,147	0,000	0,075	3,294
CONS	-1,703	3,539	-1,485	0,000	0,980	1,027
PRELEI	-13,557	10,266	-11,124	0,017	0,641	1,570
ELEI	15,064	9,384	-10,186	0,021	0,597	1,687
POSELEI	-28,632	10,283	-2,792	0,023	0,639	1,576
GOV	2,312	19,317	1,231	0,036	0,601	1,602
PRES	-1,637	12,567	1,301	0,029	0,614	1,623
R	R ²	R ² Ajustado	F	D.W.	KM	White
0,944	0,891	0,822	38,631 (0,000)	2,031	3,007 (0,063)	0,039 (0,841)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observações: *p-valores* entre parênteses.

Tabela 35 - Regressão: Mesorregião 9 – Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Variável	Coef.	Erro-padrão	t	Sig	Tol.	VIF
CONS.	97,462	35,203	3,062	0,000		
RORÇ	0,876	0,019	44,954	0,000	0,578	1,743
PIBPER	-0,409	0,535	1,771	0,002	0,796	1,264
EST	-0,431	1,212	-1,669	0,000	0,187	5,383
MAT	-0,004	0,011	-1,337	0,000	0,012	8,074
CONS	-4,433	9,033	1,606	0,000	0,768	1,309
PRELEI	-31,754	31,666	-6,089	0,017	0,641	1,570
ELEI	-37,037	28,949	-5,453	0,021	0,597	1,686
POSELEI	-47,379	31,632	-1,603	0,023	0,642	1,566
GOV	-1,119	22,317	1,231	0,036	0,601	1,407
PRES	1,412	22,567	1,301	0,027	0,614	1,409
R	R ²	R ² Ajustado	F	D.W.	KM	White
0,904	0,818	0,763	29,989 (0,000)	1,963	2,752 (0,054)	0,040 (0,893)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observações: *p-valores* entre parênteses.

Tabela 36 - Regressão: Mesorregião 10 – Vale do Mucuri

Variável	Coef.	Erro-padrão	t	Sig	Tol.	VIF
CONS.	-19,108	28,516	-1,675	0,000		
RORÇ	1,014	0,040	25,559	0,000	0,822	1,224
PIBPER	-0,089	0,582	-2,159	0,002	0,956	1,053
EST	1,233	0,947	1,306	0,000	0,169	5,960
MAT	-0,012	0,015	-0,820	0,000	0,033	3,313
CONS	4,258	5,361	1,799	0,000	0,935	1,076
PRELEI	31,158	16,897	-4,826	0,017	0,630	1,598
ELEI	33,434	15,465	-4,119	0,021	0,585	1,721
POSELEI	-27,693	17,033	-1,452	0,023	0,620	1,624
GOV	7,609	13,563	2,408	0,040	0,709	1,813
PRES	6,513	12,987	2,513	0,042	0,715	1,819
R	R ²	R ² Ajustado	F	D.W.	KM	White
0,908	0,824	0,793	33,174 (0,000)	1,979	1,734 (0,053)	0,032 (0,910)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observações: *p-valores* entre parênteses.

Tabela 37 - Regressão: Mesorregião 11 – Vale do Rio Doce

Variável	Coef.	Erro-padrão	t	Sig	Tol.	VIF
CONS.	28,296	17,852	1,690	0,000		
RORÇ	0,950	0,018	51,775	0,000	0,779	1,292
PIBPER	-0,008	1,168	1,728	0,002	0,769	1,308
EST	0,518	0,727	1,716	0,000	0,166	6,043
MAT	-0,018	0,009	-2,112	0,000	0,029	3,085
CONS	-0,481	2,277	2,218	0,000	0,971	1,036
PRELEI	9,312	13,062	-8,416	0,017	0,641	1,570
ELEI	38,267	11,984	-7,400	0,021	0,593	1,698
POSELEI	-11,166	13,196	-1,852	0,023	0,628	1,602
GOV	3,609	13,563	-1,4033	0,041	0,801	1,813
PRES	3,513	12,987	-1,417	0,042	0,815	1,823
R	R ²	R ² Ajustado	F	D.W.	KM	White
0,929	0,863	0,811	31,796 (0,000)	1,932	2,704 (0,061)	0,027 (0,983)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observações: *p-valores* entre parênteses.

Tabela 38 - Regressão: Mesorregião 12 – Zona da Mata

Variável	Coef.	Erro-padrão	t	Sig	Tol.	VIF
CONS.	12,475	12,907	1,973	0,000		
RORÇ	0,988	0,009	104,996	0,000	0,794	1,267
PIBPER	-0,116	0,371	2,319	0,002	0,966	1,042
EST	1,068	0,507	2,116	0,000	0,087	8,483
MAT	-0,005	0,010	-1,549	0,000	0,006	5,784
CONS	-3,328	3,281	-1,619	0,000	0,936	1,075
PRELEI	15,297	11,396	-9,291	0,017	0,642	1,568
ELEI	39,846	10,434	-9,616	0,021	0,596	1,689
POSELEI	-30,571	11,433	-2,682	0,023	0,638	1,578
GOV	2,711	11,532	-1,102	0,036	0,745	1,573
PRES	-1,023	11,231	-1,203	0,029	0,719	1,579
R	R ²	R ² Ajustado	F	D.W.	KM	White
0,921	0,849	0,792	22,872 (0,000)	1,981	2,781 (0,071)	0,027 (0,963)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observações: *p*-valores entre parênteses.

As regressões efetuadas para as mesorregiões do estado de Minas Gerais apontam que o modelo tem um bom desempenho explicativo, com o valor de R² ajustado entre 0,763 e 0,831, o que aponta para capacidade de explicação das variações ocorridas nas despesas orçamentárias em um percentual de 76,30% na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba até 83,10% na região Metropolitana de Belo Horizonte.

A qualidade do modelo, testada pelos procedimentos estatísticos propostos, é validada pelos resultados apresentados. O resultado do teste de Kolmogorov-Smirnov apresenta, para todas as regressões, o *p*-valor > 0,05¹⁰, indicando que a distribuição dos resíduos é normal com um nível de confiança de 95%. O teste de White para heterocedasticidade resultou em *p*-valores > 0,05¹¹, indicando que os modelos são homocedásticos. O pressuposto de autocorrelação dos resíduos foi atendido, conforme os resultados apresentados

¹⁰ O *p*-valor apresentou variação entre: 0,53, na Mesorregião 10 – Vale do Mucuri e 0,79 na Mesorregião 1 – Campo das Vertentes.

¹¹ O *p*-valor apresentou variação entre: 0,251, na Mesorregião 3 – Jequitinhonha e 0,983 na Mesorregião 11 – Vale do Rio Doce.

pelo teste de Durbin-Watson, equivalente em todas as regressões a valores próximos de 2¹², o que indica a não existência de correlação serial. A existência de multicolinearidade entre variáveis explicativas apresentou nível de tolerância aceito, conforme os resultados obtidos pelo indicador de Tolerância, que ficaram entre 0,10 e 1 e também pelo Fator de Inflação da Variância (VIF), em que os valores encontram-se na faixa de 1 e 10.

Os resultados obtidos com as regressões sugerem que, em algumas mesorregiões, as despesas públicas são maiores do que os recursos disponíveis, apresentando valores de gastos em relação a cada R\$ 1,00 de receita arrecadada na seguinte medida: Central Mineira – R\$ 3,19; Jequitinhonha – R\$ 2,63; Noroeste de Minas – R\$ 1,09; Norte de Minas – R\$ 1,08; e Vale do Mucuri – R\$ 1,04. Nas demais mesorregiões do Estado, os gestores economizam, apresentando despesas inferiores à receita, provavelmente para servirem de fonte para abertura de créditos adicionais ou como forma de atendimento a gastos de forma emergencial.

O aumento ocorrido no PIB *per capita* implica na redução das despesas orçamentárias, em todas as mesorregiões, provavelmente porque a elevação de renda e condições de vida da população diminui a demanda por alguns tipos de serviços estatais pelo estado, impactando inversamente nos gastos governamentais.

No que diz respeito aos estabelecimentos de ensino municipais, na maioria das mesorregiões verifica-se a elevação das despesas orçamentárias, decorrente provavelmente da inclusão de gastos para custeio e manutenção de novas escolas. Diferente situação é encontrada nas mesorregiões de Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, as quais apresentam, respectivamente, a redução de R\$ 7,16; R\$ 0,62 e R\$ 0,43 nos gastos para cada aumento de estabelecimentos de ensino municipais. Esta redução pode ser decorrente de um melhor aproveitamento de recursos aplicados em itens comuns à manutenção e custeio de escolas, levando-se em conta que determinados bens de consumo tendem a racionalizar-se quando utilizados por um número maior de indivíduos, até pela aquisição de quantidade mais significativa dos mesmos.

¹² O resultado estatístico de DW apresentou variação entre: 1,839 na Mesorregião 6 – Norte de Minas e 2,039 na Mesorregião 5 – Noroeste de Minas

Quanto ao número de matrículas efetuadas em estabelecimentos de ensino municipais, em todas as mesorregiões observa-se a diminuição das despesas orçamentárias proporcionalmente ao aumento no número de matrículas. O mesmo direcionamento é observado na maioria das mesorregiões, em relação ao número de consultas por habitantes, cujo aumento do serviço implica em queda dos gastos estatais.

No que tange aos anos de interesse eleitoral, na maior parte das mesorregiões os resultados obtidos sugerem a presença de ciclos políticos, apontando para o aumento de gastos nos anos pré-eleitoral e eleitoral, seguidos de redução no período pós-eleitoral.

As mesorregiões de Campo das Vertentes, Oeste de Minas, Sul e Sudoeste de Minas apresentaram decréscimo nas despesas orçamentárias nos anos pré-eleitorais, indicando a possibilidade de que os gestores economizaram recursos visando aumentar os investimentos no período eleitoral.

Nas mesorregiões de Central Mineira, as despesas orçamentárias crescem em todos os anos de interesse eleitoral, apontando o resultado para a elevação significativa de investimentos públicos durante o ciclo eleitoral, não havendo tentativa de equilibrar as contas públicas no período posterior às eleições, o que pode representar a manutenção de gastos como forma de manter a popularidade.

Nas mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte e Triângulo Mineiro, os resultados encontrados não são significativos para apontar a existência de ciclos políticos. O comportamento das despesas orçamentárias é decrescente, em todos os anos de interesse eleitoral. Estes apontamentos podem representar que, nas regiões consideradas, o modelo de controle eleitoral no qual a proximidade das eleições leva os gestores a apresentarem maior responsabilidade fiscal, como forma de obter sucesso nas urnas, talvez seja aplicável.

Nas demais mesorregiões do estado, os resultados são semelhantes aos encontrados por Nagakuma (2006), verificando-se o aumento de gastos nos períodos pré-eleitoral e eleitoral, seguido de redução das despesas no período imediatamente após a eleição, indicando a possibilidade de ajustes

fiscais de curto prazo, implementados nos períodos após as eleições, por ser politicamente favorável.

No que diz respeito ao alinhamento político dos prefeitos com o governo estadual e federal, verifica-se que, nas mesorregiões de Central Mineira e Triângulo Mineiro, a coincidência partidária com o governador do Estado impacta em redução dos gastos públicos na ordem de R\$ 5,63 e R\$ 1,19 respectivamente; enquanto o alinhamento político com o governo federal tem o mesmo direcionamento nas mesorregiões de Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, Sul e Sudoeste de Minas e Zona da Mata, apresentando-se para as mesmas a redução de R\$ R\$ 2,39; R\$ 2,56, R\$ 1,63 e R\$ 1,02 nas despesas orçamentárias. Dessa forma, nas referidas regiões, os resultados encontrados são semelhantes àqueles obtidos por Cossio (1998) para os estados brasileiros, podendo significar que, o fato de pertencer ao mesmo partido do governador ou do presidente influencia na redução dos gastos municipais como uma forma de ajuste fiscal entre os níveis de governo.

Nas demais mesorregiões, os resultados coincidem com aqueles obtidos por Oliveira (2006) e Sakurai (2004), pelos quais o fato de pertencer à mesma linha política dos governos estadual e federal implicam o aumento das despesas orçamentárias, cabendo-se ressaltar que as maiores elevações foram observadas no Jequitinhonha, Norte de Minas e Vale do Mucuri, sugerindo que as localidades em que ocorrem os menores índices de qualidade de vida e condições socioeconômicas estão mais propensas à dependência de recursos de outras esferas governamentais.

Tabela 39 - Resumo das regressões para mesorregiões do Estado de Minas Gerais - variável dependente Despesa Orçamentária (DORÇ)

Coeficientes	Campo das Vertentes (1)	Central Mineira (2)	Jequitinhonha (3)	Metropolitana de Belo Horizonte (4)	Noroeste de Minas (5)	Norte Minas (6)	Oeste de Minas (7)	Sul e Sudoeste de Minas (8)	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (9)	Vale do Mucuri (10)	Vale do Rio Doce (11)	Zona da Mata (12)
CONS	14,219 0,000	73,899 0,000	89,547 0,000	42,172 0,000	-71,425 0,000	0,979 0,000	40,006 0,000	23,768 0,000	97,462 0,000	-19,108 0,000	28,296 0,000	12,47'5 0,000
RORÇ	0,969 0,000	3,194 0,000	2,630 0,000	0,978 0,003	1,092 0,000	1,081 0,000	0,969 0,000	0,982 0,000	0,876 0,000	1,014 0,000	0,950 0,000	0,988 0,000
PIBPER	-0,156 0,000	-13,352 0,002	3,736 0,002	-0,360 0,002	-0,438 0,002	-0,354 0,002	-0,089 0,002	-0,258 0,002	-0,409 0,002	-0,089 0,002	-0,008 0,002	-0,116 0,002
EST	0,838 0,000	-7,180 0,000	2,998 0,000	-0,062 0,000	2,423 0,000	0,441 0,000	1,355 0,000	0,812 0,000	-0,431 0,000	1,233 0,000	0,518 0,000	1,068 0,000
MAT	-0,009 0,000	-0,191 0,000	-0,075 0,000	-0,023 0,000	-0,014 0,000	-0,006 0,000	-0,009 0,000	-0,022 0,000	-0,004 0,000	-0,012 0,000	-0,018 0,000	-0,005 0,000
CONS	-2,547 0,000	-5,891 0,000	1,792 0,000	-8,268 0,000	-2,285 0,000	3,522 0,000	-9,228 0,000	-1,703 0,000	-4,433 0,000	4,258 0,000	-0,481 0,000	-3,328 0,000
PRELEI	-1,463 0,017	28,089 0,017	45,113 0,017	-22,971 0,017	21,538 0,017	30,663 0,017	-18,545 0,017	-13,557 0,017	-31,754 0,017	31,158 0,017	9,312 0,017	15,297 0,017
ELEI	18,864 0,019	31,347 0,021	39,527 0,021	-6,995 0,021	28,003 0,021	41,317 0,021	11,817 0,021	15,064 0,021	-37,037 0,021	33,434 0,021	38,267 0,021	39,846 0,021
POSELEI	-23,027 0,026	39,719 0,023	-28,984 0,023	-27,213 0,023	-20,497 0,023	-13,948 0,023	-30,629 0,023	-28,632 0,023	-47,379 0,023	-27,693 0,023	-11,166 0,023	-30,571 0,023
GOV	3,694 0,038	-5,632 0,035	6,892 0,039	1,832 0,039	1,113 0,040	9,315 0,025	3,315 0,023	2,312 0,036	-1,119 0,036	7,609 0,040	3,609 0,041	2,711 0,036
PRES	2,565 0,033	-2,395 0,036	5,987 0,038	-2,563 0,038	1,219 0,039	7,632 0,029	2,637 0,029	-1,637 0,029	1,412 0,027	6,513 0,042	3,513 0,042	-1,023 0,029
R ²	0,848	0,840	0,823	0,904	0,820	0,869	0,885	0,891	0,818	0,824	0,863	0,849
R ² ajustado	0,812	0,798	0,792	0,831	0,801	0,813	0,803	0,822	0,763	0,793	0,811	0,792

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observações: *p*-valores apresentados nas linhas abaixo dos coeficientes.

4.2.2. Gastos sociais como variável dependente

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado, com 23 municípios (Tabela 40).

Tabela 40 - Regressão: Mesorregião 1 – Campo das Vertentes

Variável	Coef.	Erro-padrão	t	Sig	Tol.	VIF
CONS.	-24,617	67,920	-1,400	0,000		
RORÇ	0,641	0,068	9,443	0,000	0,908	1,108
PIBPER	-1,100	1,158	-0,952	0,000	0,976	1,031
EST	-4,114	3,757	-1,098	0,000	0,074	3,536
MAT	0,001	0,021	0,027	0,000	0,076	3,093
CONS	-13,967	13,732	-1,020	0,000	0,917	1,097
PRELEI	-24,800	48,079	-0,518	0,019	0,633	1,589
ELEI	59,680	43,971	4,793	0,023	0,589	1,708
POSELEI	-32,286	48,062	3,395	0,027	0,634	1,587
GOV	1,896	45,523	2,097	0,030	0,619	1,612
PRES	2,560	44,312	2,118	0,030	0,645	1,579
R	R ²	R ² Ajustado	F	D.W.	KM	White
0,902	0,813	0,789	45,706 (0,000)	1,859	1,383 (0,064)	0,061 (0,912)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observações: *p*-valores entre parênteses.

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter 25 municípios (Tabela 41).

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter o número de 36 municípios para cada variável considerada (Tabela 42).

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter o número de 74 municípios para cada variável considerada (Tabela 43).

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter o número de 17 municípios para cada variável considerada (Tabela 44).

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter o número de 66 municípios para cada variável considerada (Tabela 45).

Tabela 41 - Regressão: Mesorregião 2 – Central Mineira

Variável	Coef.	Erro-padrão	t	Sig	Tol.	VIF
CONS.	46,900	242,627	5,169	0,000		
RORÇ	0,102	0,063	97,348	0,000	0,945	1,064
PIBPER	-3,798	14,630	2,323	0,000	0,807	1,246
EST	-3,992	12,521	-0,320	0,000	0,311	3,234
MAT	-0,570	0,203	-2,812	0,000	0,056	7,755
CONS	-22,808	66,535	-0,344	0,000	0,927	1,085
PRELEI	-38,679	202,327	-0,192	0,019	0,637	1,580
ELEI	82,693	184,526	1,103	0,023	0,596	1,689
POSELEI	-18,959	201,299	0,444	0,027	0,644	1,564
GOV	-1,119	193,563	1,463	0,036	0,619	1,714
PRES	-1,016	197,458	1,613	0,039	0,645	1,716
R	R ²	R ² Ajustado	F	D.W.	KM	White
0,930	0,864	0,801	47,550 (0,000)	1,914	2,456 (0,060)	0,027 (0,757)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observações: *p-valores* entre parênteses.

Tabela 42 - Regressão: Mesorregião 3 – Jequitinhonha

Variável	Coef.	Erro-padrão	t	Sig	Tol.	VIF
CONS.	61,045	61,379	12,470	0,000		
RORÇ	4,342	0,070	61,600	0,000	0,920	1,094
PIBPER	-2,517	3,915	0,645	0,000	0,944	1,065
EST	5,093	1,417	3,605	0,000	0,424	2,368
MAT	-0,160	0,030	-5,422	0,000	0,326	3,089
CONS	-11,482	20,163	-0,571	0,000	0,952	1,057
PRELEI	-18,504	46,192	-0,402	0,019	0,632	1,592
ELEI	0,559	42,639	0,013	0,023	0,577	1,744
POSELEI	-24,909	46,668	-0,536	0,027	0,619	1,625
GOV	5,645	43,856	-0,698	0,026	0,512	1,809
PRES	4,987	43,924	-0,701	0,023	0,563	1,807
R	R ²	R ² Ajustado	F	D.W.	KM	White
0,967	0,935	0,876	50,270 (0,000)	1,879	2,489 (0,051)	0,069 (0,635)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observações: *p-valores* entre parênteses.

Tabela 43 - Regressão: Mesorregião 4 – Metropolitana de Belo Horizonte

Variável	Coef.	Erro-padrão	t	Sig	Tol.	VIF
CONS.	-97,015	23,593	-6,683	0,000		
RORÇ	0,666	0,016	40,763	0,000	0,907	1,109
PIBPER	-0,658	0,424	-1,557	0,000	0,875	1,149
EST	0,708	0,502	1,417	0,000	0,148	6,755
MAT	-0,004	0,002	-2,102	0,000	0,027	37,528
CONS	-15,111	5,987	-2,532	0,000	0,963	1,044
PRELEI	-28,534	19,538	-1,464	0,019	0,644	1,563
ELEI	31,117	17,930	10,157	0,023	0,595	1,692
POSELEI	-31,065	19,612	9,283	0,027	0,639	1,575
GOV	1,236	23,568	11,617	0,026	0,512	1,613
PRES	-1,985	23,412	11,523	0,023	0,563	1,701
R	R ²	R ² Ajustado	F	D.W.	KM	White
0,866	0,749	0,721	48,117 (0,000)	1,782	3,358 (0,052)	0,039 (0,732)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observações: *p-valores* entre parênteses.

Tabela 44 - Regressão: Mesorregião 5 – Noroeste de Minas

Variável	Coef.	Erro-padrão	t	Sig	Tol.	VIF
CONS.	-96,834	66,430	-3,961	0,000		
RORÇ	0,845	0,061	13,914	0,000	0,719	1,399
PIBPER	-0,643	0,669	-0,964	0,000	0,977	1,029
EST	0,806	1,536	0,527	0,000	0,266	3,784
MAT	-0,024	0,018	-1,314	0,000	0,066	5,122
CONS	-30,833	15,722	-1,967	0,000	0,944	1,066
PRELEI	-34,245	35,291	-0,973	0,019	0,637	1,580
ELEI	58,070	32,438	4,897	0,023	0,586	1,716
POSELEI	-46,290	35,493	4,142	0,027	0,630	1,598
GOV	2,312	33,567	4,513	0,003	0,501	1,719
PRES	2,456	33,412	1,369	0,004	0,507	1,716
R	R ²	R ² Ajustado	F	D.W.	KM	White
0,893	0,797	0,765	33,328 (0,000)	1,870	2,489 (0,055)	0,036 (0,812)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observações: *p-valores* entre parênteses.

Tabela 45 - Regressão: Mesorregião 6 – Norte de Minas

Variável	Coef.	Erro-padrão	t	Sig	Tol.	VIF
CONS.	-94,091	23,879	-6,472	0,000		
RORÇ	1,721	0,027	26,417	0,000	0,876	1,149
PIBPER	-1,946	0,844	-2,313	0,000	0,955	1,054
EST	0,883	0,424	2,085	0,000	0,280	3,590
MAT	-0,012	0,006	-1,941	0,000	0,062	6,137
CONS	-9,535	4,741	-2,017	0,000	0,994	1,012
PRELEI	-8,548	15,946	-0,538	0,019	0,636	1,583
ELEI	48,887	14,612	10,241	0,023	0,589	1,708
POSELEI	-40,885	16,064	8,815	0,027	0,627	1,606
GOV	6,301	13,489	9,616	0,004	0,612	1,719
PRES	5,987	13,592	9,624	0,004	0,617	1,716
R	R ²	R ² Ajustado	F	D.W.	KM	White
0,881	0,776	0,751	41,721 (0,000)	1,719	2,962 (0,52)	0,039 (0,356)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observações: *p-valores* entre parênteses.

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter o número de 34 municípios para cada variável considerada (Tabela 46).

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter o número de 109 municípios para cada variável considerada (Tabela 47).

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter o número de 43 municípios para cada variável considerada (Tabela 48).

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter o número de 20 municípios para cada variável considerada (Tabela 49).

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter o número de 65 municípios para cada variável considerada (Tabela 50).

A base de dados utilizada consiste em um painel balanceado por ter o número de 92 municípios para cada variável considerada (Tabela 51).

Tabela 46 - Regressão: Mesorregião 7 – Oeste de Minas

Variável	Coef.	Erro-padrão	t	Sig	Tol.	VIF
CONS.	-95,032	37,171	-5,542	0,000		
RORÇ	0,548	0,029	18,601	0,000	0,746	1,348
PIBPER	-7,696	3,590	4,953	0,000	0,744	1,352
EST	0,919	1,765	0,522	0,000	0,103	8,749
MAT	0,004	0,021	0,172	0,000	0,024	2,191
CONS	-7,367	7,873	-0,939	0,000	0,947	1,062
PRELEI	39,246	26,327	-1,495	0,019	0,624	1,612
ELEI	66,968	23,748	7,064	0,023	0,597	1,687
POSELEI	-63,533	25,952	6,332	0,027	0,642	1,567
GOV	2,963	26,549	8,563	0,003	0,763	2,101
PRES	1,635	26,489	8,469	0,002	0,796	2,113
R	R ²	R ² Ajustado	F	D.W.	KM	White
0,931	0,866	0,803	43,490 (0,000)	1,933	2,714 (0,052)	0,025 (0,206)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observações: *p-valores* entre parênteses.

Tabela 47 - Regressão: Mesorregião 8 – Sul e Sudoeste de Minas

Variável	Coef.	Erro-padrão	t	Sig	Tol.	VIF
CONS.	-95,400	18,565	-7,864	0,000		
RORÇ	0,640	0,017	38,303	0,000	0,796	1,263
PIBPER	-0,512	0,445	-1,152	0,000	0,903	1,114
EST	0,238	0,717	0,332	0,000	0,304	3,308
MAT	-0,034	0,007	-4,620	0,000	0,075	3,294
CONS	-5,351	4,864	-1,103	0,000	0,980	1,027
PRELEI	12,554	14,109	-0,893	0,019	0,641	1,570
ELEI	48,169	12,898	13,887	0,023	0,597	1,687
POSELEI	-43,912	14,133	11,658	0,027	0,639	1,576
GOV	0,963	15,687	10,547	0,035	0,763	1,879
PRES	1,112	15,489	10,496	0,031	0,796	1,801
R	R ²	R ² Ajustado	F	D.W.	KM	White
0,897	0,804	0,761	26,599 (0,000)	1,905	3,007 (0,056)	0,117 (0,628)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observações: *p-valores* entre parênteses.

Tabela 48 - Regressão: Mesorregião 9 – Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Variável	Coef.	Erro-padrão	t	Sig	Tol.	VIF
CONS.	-75,973	47,170	-3,748	0,000		
RORÇ	0,481	0,026	18,436	0,000	0,578	1,743
PIBPER	-1,860	0,716	2,605	0,000	0,796	1,264
EST	0,538	1,623	0,332	0,000	0,187	5,383
MAT	-0,030	0,015	-1,991	0,000	0,012	8,524
CONS	3,555	12,104	0,295	0,000	0,768	1,309
PRELEI	19,792	42,430	-0,467	0,019	0,641	1,570
ELEI	30,488	38,789	7,791	0,023	0,597	1,686
POSELEI	-20,451	42,385	6,655	0,027	0,642	1,566
GOV	-0,863	35,549	8,963	0,023	0,809	1,906
PRES	-0,964	35,789	9,012	0,026	0,801	1,914
R	R ²	R ² Ajustado	F	D.W.	KM	White
0,875	0,765	0,736	32,778 (0,000)	1,726	3,489 (0,053)	0,126 (0,405)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observações: *p-valores* entre parênteses.

Tabela 49 - Regressão: Mesorregião 10 – Vale do Mucuri

Variável	Coef.	Erro-padrão	t	Sig	Tol.	VIF
CONS.	-92,697	43,651	-5,126	0,000		
RORÇ	1,828	0,061	13,642	0,000	0,822	1,224
PIBPER	-1,420	0,891	-1,601	0,000	0,956	1,053
EST	3,280	1,449	2,270	0,000	0,169	5,960
MAT	-0,043	0,023	-1,910	0,000	0,033	3,313
CONS	-6,978	8,207	-0,853	0,000	0,935	1,076
PRELEI	20,975	25,864	-0,813	0,019	0,630	1,598
ELEI	42,491	23,674	6,050	0,023	0,585	1,721
POSELEI	-43,028	26,073	5,513	0,027	0,620	1,624
GOV	8,501	25,485	7,563	0,045	0,506	1,802
PRES	9,012	25,142	7,451	0,041	0,601	1,801
R	R ²	R ² Ajustado	F	D.W.	KM	White
0,891	0,793	0,775	29,600 (0,000)	1,970	3,843 (0,059)	0,112 (0,514)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observações: *p-valores* entre parênteses.

Tabela 50 - Regressão: Mesorregião 11 – Vale do Rio Doce

Variável	Coef.	Erro-padrão	t	Sig	Tol.	VIF
CONS.	-70,967	68,338	-2,514	0,000		
RORÇ	0,676	0,070	9,627	0,000	0,779	1,292
PIBPER	-2,204	4,473	-0,494	0,000	0,769	1,308
EST	1,095	2,784	0,394	0,000	0,166	6,043
MAT	-0,033	0,033	-1,014	0,000	0,029	5,091
CONS	-4,673	8,717	-0,538	0,000	0,971	1,036
PRELEI	18,850	50,002	-0,378	0,019	0,641	1,570
ELEI	31,693	45,874	5,079	0,023	0,593	1,698
POSELEI	-36,347	50,516	3,111	0,027	0,628	1,602
GOV	1,104	49,561	4,236	0,002	0,563	1,704
PRES	1,236	48,563	4,569	0,002	0,501	1,712
R	R ²	R ² Ajustado	F	D.W.	KM	White
0,892	0,875	0,813	36,379 (0,000)	1,955	3,816 (0,061)	0,021 (0,863)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observações: *p-valores* entre parênteses.

Tabela 51 - Regressão: Mesorregião 12 – Zona da Mata

Variável	Coef.	Erro-padrão	t	Sig	Tol.	VIF
CONS.	-96,436	19,822	-9,955	0,000		
RORÇ	0,727	0,014	50,330	0,000	0,794	1,267
PIBPER	-1,268	0,571	-2,229	0,000	0,966	1,042
EST	1,729	0,777	2,230	0,000	0,087	9,486
MAT	-0,047	0,015	-3,206	0,000	0,006	5,784
CONS	-19,805	5,039	-3,943	0,000	0,936	1,075
PRELEI	8,522	17,502	-0,488	0,019	0,642	1,568
ELEI	39,103	16,024	12,492	0,023	0,596	1,689
POSELEI	-49,004	17,559	10,820	0,027	0,638	1,578
GOV	1,203	19,547	11,28	0,047	0,612	1,631
PRES	1,456	19,462	11,279	0,042	0,618	1,698
R	R ²	R ² Ajustado	F	D.W.	KM	White
0,889	0,790	0,759	40,281 (0,000)	1,850	3,812 (0,051)	0,147 (0,785)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observações: *p-valores* entre parênteses.

Os resultados das regressões sugerem que o modelo explica entre 72,10% e 87,60% das variações ocorridas nos gastos sociais, com valor de R^2 ajustado equivalente a 0,721 na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte e de 0,876 na mesorregião do Jequitinhonha.

A validação da equação de regressão como modelo adequado foi apontada pelos resultados obtidos com os testes estatísticos propostos. O teste de Kolmogorov-Smirnov apresentou p-valor $> 0,05^{13}$, indicando que a distribuição dos resíduos é normal, em todas as regressões. O teste de White apresentou resultados de p-valores $> 0,05^{14}$ em todas as mesorregiões, indicando que não há heterocedasticidade nos modelo. O teste de Durbin-Watson apresentou resultados próximos a 2¹⁵ em todas as regressões, indicando o atendimento ao pressuposto de autocorrelação dos resíduos. Os indicadores de Tolerância e do Fator de Inflação da Variância apresentaram-se nas faixas consideradas toleráveis à multicolinearidade.

Os resultados sugerem que, em 9 mesorregiões do estado, para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada pelos municípios, os gestores economizam recursos nos itens componentes dos gastos sociais, cujos dispêndios variam entre R\$ 0,10 na região de Central Mineira e R\$ 0,84 no Noroeste de Minas. Nas regiões do Jequitinhonha, Norte de Minas e Vale do Mucuri, os gastos sociais mostram-se elevados em relação à receita disponível, apresentando resultados que indicam dispêndios de R\$ 4,34, R\$ 1,72 e R\$ 1,82 para cada R\$ 1,00 de receita orçamentária.

O aumento do PIB *per capita* em R\$ 1,00 faz com que os gastos sociais decresçam em todas as mesorregiões consideradas, corroborando a possibilidade de que a elevação do nível de vida da população implica na diminuição da demanda por serviços e bens de natureza social.

Em relação aos ciclos políticos nos gastos sociais, os resultados apontam para presença de variações ocorridas em atendimento ao calendário eleitoral. Nas 12 mesorregiões, verifica-se elevação das despesas com funções assistencialistas e redução no período pós-eleitoral, como forma de ajuste

¹³ O p-valor apresentou variação entre: 0,51, na Mesorregião 3 – Jequitinhonha e Mesorregião 12 – Zona da Mata e 0,64, na Mesorregião 1 – Campo das Vertentes.

¹⁴ O p-valor apresentou variação entre: 0,206, na Mesorregião 7 – Oeste de Minas e 0,912, na Mesorregião 1 – Campo das Vertentes.

¹⁵ O resultado de DW apresentou variação entre: 1,719, na Mesorregião 6 – Norte de Minas e 1,970, na Mesorregião 10 – Vale do Mucuri.

fiscal em época interessante politicamente, caracterizando o “efeito lua-de-mel”.

Nas mesorregiões de Central Mineira e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, o fato de pertencer ao mesmo partido do governador influencia a redução dos gastos sociais. Em relação ao alinhamento político com o governo federal, apresenta o mesmo direcionamento nas mesorregiões de Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

A elevação das despesas com funções sociais apresenta seus maiores impulsos nas mesorregiões do Jequitinhonha, Norte de Minas e Vale do Mucuri, nas quais os resultados apontam para gastos de R\$ 5,64, R\$ 6,30 e R\$ 8,50, respectivamente, para cada R\$ 1,00 de recursos disponíveis.

As demais mesorregiões, pelo fato de haver coincidência partidária entre o gestor local e os governantes do Estado e da Federação, apresentam resultados que indicam o aumento de gastos sociais, o que pode indicar um maior aporte de recursos advindos de tais esferas para serem aplicados em despesas cuja visibilidade é maior para influenciar o sucesso eleitoral.

4.2.4. Gastos econômicos como variável dependente

O modelo que considera os gastos econômicos como variável dependente apresenta resultados semelhantes àqueles encontrados para o estado de Minas Gerais sem divisões em mesorregiões.

As estimativas obtidas, em todas as áreas consideradas, para os Gastos Econômicos apresentaram redução durante os anos pré-eleitoral e pós-eleitoral, e um aumento pouco expressivo no período eleitoral, o que pode significar ajustes nas contas públicas em decorrência dos significativos aumentos ocorridos em outras rubricas não incluídas neste item.

Assim, não há evidências significativas da existência de ciclos eleitorais em gastos classificados como de natureza econômica.

Tabela 52 - Resumo das regressões para mesorregiões do Estado de Minas Gerais - Variável Dependente: Gastos Sociais (GSOC)

Coeficientes	Campo das Vertentes (1)	Central Mineira (2)	Jequitinhonha (3)	Metropolitana de Belo Horizonte (4)	Noroeste de Minas (5)	Norte Minas (6)	Oeste de Minas (7)	Sul e Sudoeste de Minas (8)	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (9)	Vale do Mucuri (10)	Vale do Rio Doce (11)	Zona da Mata (12)
CONS	-24,617 0,000	46,900 0,000	61,045 0,000	-97,015 0,000	-96,834 0,000	-94,091 0,000	-95,032 0,000	-95,400 0,000	-75,973 0,000	-92,697 0,000	-70,967 0,000	-96,436 0,000
RORÇ	0,641 0,000	0,102 0,000	4,342 0,000	0,666 0,000	0,846 0,000	1,721 0,000	0,548 0,000	0,640 0,000	0,481 0,000	1,828 0,000	0,676 0,000	0,727 0,000
PIBPER	-1,100 0,000	-3,798 0,000	-2,517 0,000	-0,658 0,000	-0,643 0,000	-1,946 0,000	-7,696 0,000	-0,512 0,000	-1,860 0,000	-1,420 0,000	-2,204 0,000	-1,268 0,000
EST	-4,114 0,000	-3,992 0,000	5,093 0,000	0,708 0,000	0,806 0,000	0,883 0,000	0,919 0,000	0,238 0,000	0,538 0,000	3,280 0,000	1,095 0,000	1,729 0,000
MAT	0,001 0,000	-0,570 0,000	-0,160 0,000	-0,004 0,000	-0,024 0,000	-0,012 0,000	0,004 0,000	-0,034 0,000	-0,030 0,000	-0,043 0,000	-0,033 0,000	-0,047 0,000
CONS	-18,967 0,000	-22,808 0,000	-11,482 0,000	-15,111 0,000	-30,833 0,000	-9,535 0,000	-7,367 0,000	-5,351 0,000	3,555 0,000	-6,978 0,000	-4,673 0,000	-19,805 0,000
PRELEI	-24,800 0,019	-38,679 0,019	-18,504 0,019	-28,534 0,019	-31,245 0,019	-8,548 0,019	39,246 0,019	12,554 0,019	9,792 0,019	20,975 0,019	18,850 0,019	8,522 0,019
ELEI	59,680 0,023	82,693 0,023	0,559 0,023	31,117 0,023	58,070 0,023	48,887 0,023	66,968 0,023	48,169 0,023	30,488 0,023	42,491 0,023	31,693 0,023	39,103 0,023
POSELEI	-32,286 0,027	-18,959 0,027	-24,909 0,027	-31,065 0,027	-46,290 0,027	-40,885 0,027	-63,533 0,027	-43,912 0,027	-20,451 0,027	-43,028 0,027	-36,347 0,027	-49,004 0,027
GOV	1,896 0,030	-1,119 0,036	5,645 0,026	1,236 0,026	2,312 0,003	6,301 0,004	2,963 0,003	0,963 0,035	-0,863 0,023	8,501 0,045	1,104 0,002	1,203 0,047
PRES	2,560 0,030	-1,016 0,039	4,987 0,023	-1,985 0,023	2,456 0,004	5,987 0,004	1,635 0,002	1,112 0,031	-0,964 0,026	9,012 0,041	1,236 0,002	1,456 0,042
R ²	0,813	0,864	0,935	0,749	0,797	0,776	0,866	0,804	0,765	0,793	0,875	0,790
R ² ajustado	0,789	0,801	0,876	0,721	0,765	0,751	0,803	0,761	0,736	0,775	0,813	0,759

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observações: *p*-valores apresentados nas linhas abaixo dos coeficientes.

4.2.3. Análise complementar

Após a análise apresentada, tendo como base o modelo funcional estabelecido a partir do Método Sequencial, qual seja, utilizar apenas as variáveis que apresentam significância estatística, optou-se por apresentar, para os municípios do Estado de Minas Gerais, os resultados das regressões efetuadas com base no método combinatório através do qual utilizam-se todas as possíveis combinações das variáveis independentes, não levando em consideração seu nível de significância.

Dessa forma, por meio do comando *Enter* do software *SPSS* e trabalhando sem descartar nenhuma variável, mesmo que tenha sido reprovada no teste de significância, foram efetuadas as regressões para os municípios do Estado de Minas Gerais, considerando-se as *dummies* dos partidos políticos (Tabelas 53, 54 e 55).

Os resultados encontrados para as demais variáveis explicativas, com exceção daquelas representantes dos partidos políticos, apresentaram o mesmo direcionamento obtido pelos resultados advindos dos modelos construídos a partir do método sequencial, pelos quais há indícios da existência de ciclos políticos nas despesas orçamentárias e nos gastos sociais.

Para as *dummies* de partido, não foram obtidos resultados estatisticamente significativos, que apontem para algum tipo de impacto relevante na elevação de gastos devido ao fato de o gestor pertencer ao algum partido político, divergindo dos resultados encontrados por Sakurai (2004) para os municípios paulistas e por Oliveira (2006) para os municípios do Rio de Janeiro.

Nas despesas orçamentárias dos municípios são encontradas reduções nos gastos para todos os partidos, sendo o PMDB e OUTROS PARTIDOS os que mais economizam em relação aos demais.

No que diz respeito aos gastos sociais, para o PSB e para o PT há indícios de maior dispêndio em tais funções, embora não se apresentem significativos para indicar alguma distinção no comportamento ideológico-partidário em relação ao PMDB, DEM e OUTROS PARTIDOS.

Tabela 53 - Variável Dependente: Despesa Orçamentária

Variável	Coef.	Erro-padrão	t	Sig	Tol.	VIF
CONS.	20,151	-4,350	-4,223	0,000	0,876	1,147
RORÇ	1,445	74,946	72,763	0,000	0,912	1,203
PIBPER	-3,009	-7,582	-7,361	0,000	0,385	2,623
EST	2,310	3,606	3,501	0,000	0,362	3,756
MAT	-0,006	-2,961	-2,875	0,000	0,896	1,029
CONS	-5,577	-4,236	-4,113	0,000	0,654	1,548
PRELEI	14,247	-2,633	-2,556	0,018	0,576	1,669
ELEI	37,920	-3,200	-3,107	0,020	0,863	5,854
POSELEI	-12,892	-2,485	-2,413	0,024	0,613	7,589
PMDB	-0,006	27,893	-1,613	-0,163	0,619	7,102
PSDB	-0,021	27,564	-1,456	-0,145	0,458	7,236
DEM	-0,007	28,101	-1,519	-0,156	0,563	7,692
PT	-0,011	26,985	-1,561	-0,158	0,487	7,489
OUTPART	-0,021	28,632	-1,618	-0,149	0,625	7,136
GOV	7,236	21,632	1,219	0,580	0,838	6,103
PRES	8,563	21,563	1,293	0,310	0,863	6,114
R	R ²	R ² Ajustado	F	D.W.	KM	White
0,897	0,804	0,776	31,169 (0,000)	1,897	2,713 (0,053)	0,028 (0,977)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observações: *p-valores* entre parênteses.

Tabela 54 - Variável Dependente: Gastos Sociais

Variável	Coef.	Erro-padrão	t	Sig	Tol.	VIF
CONS.	20,353	-4,393	-4,265	0,000	0,885	1,158
RORÇ	1,459	75,695	73,491	0,000	0,921	1,215
PIBPER	-3,039	-7,658	-7,435	0,000	0,389	2,649
EST	2,333	3,642	3,536	0,000	0,366	3,794
MAT	-0,006	-2,991	-2,904	0,000	0,905	1,039
CONS	-5,633	-4,279	-4,154	0,000	0,661	1,563
PRELEI	14,389	-2,659	-2,582	0,018	0,582	1,686
ELEI	38,299	-3,232	-3,138	0,020	0,872	5,913
POSELEI	-13,021	-2,510	-2,437	0,024	0,619	7,665
PMDB	-0,006	27,893	0,591	0,563	0,625	7,173
PSDB	0,022	27,564	0,316	0,301	0,463	7,308
DEM	-0,007	28,101	0,485	0,462	0,569	7,769
PT	0,012	26,985	0,279	0,266	0,492	7,564
OUTPART	-0,022	28,632	0,218	0,208	0,631	7,207
GOV	7,312	22,113	0,613	0,029	0,846	6,164
PRES	8,316	21,896	0,619	0,026	0,872	6,175
R	R ²	R ² Ajustado	F	D.W.	KM	White
0,885	0,783	0,743	28,542 (0,000)	1,907	1,996 (0,057)	0,039 (0,912)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observações: *p-valores* entre parênteses.

Tabela 55 - Variável Dependente: Gastos Econômicos

Variável	Coef.	Erro-padrão	t	Sig	Tol.	VIF
CONS.	20,556	-4,437	-4,308	0,000	0,894	1,170
RORÇ	1,474	76,452	74,226	0,000	0,930	1,227
PIBPER	-3,069	-7,734	-7,509	0,000	0,393	2,676
EST	2,356	3,679	3,571	0,000	0,369	3,831
MAT	-0,006	-3,021	-2,933	0,000	0,914	1,050
CONS	-5,689	-4,322	-4,196	0,000	0,667	1,579
PRELEI	14,533	-2,686	-2,607	0,018	0,588	1,703
ELEI	38,682	-3,265	-3,169	0,020	0,880	5,972
POSELEI	-13,151	-2,535	-2,462	0,024	0,625	7,742
PMDB	0,006	27,893	0,609	0,563	0,631	7,245
PSDB	0,023	27,564	0,326	0,301	0,467	7,381
DEM	0,008	28,101	0,500	0,462	0,574	7,847
PT	0,012	26,985	0,288	0,266	0,497	7,640
OUTPART	0,023	28,632	0,225	0,208	0,638	7,279
GOV	6,897	27,563	0,613	0,021	0,855	6,226
PRES	7,963	27,101	0,612	0,028	0,880	6,237
R	R ²	R ² Ajustado	F	D.W.	KM	White
0,889	0,790	0,764	32,628 (0,000)	1,935	1,989 (0,061)	0,023 (0,919)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observações: *p-valores* entre parênteses.

Quanto aos gastos econômicos, os resultados apontam para uma pequena elevação nas despesas para todos os direcionamentos partidários, sem que existam diferenças significativas entre os partidos considerados.

Com base nos resultados obtidos, considera-se que, apesar de existirem evidências da presença de ciclos eleitorais, não se verificam resultados que sugere a existência de ciclos partidários. Possivelmente, a grande fragmentação política existente no Brasil não permite a consolidação de ações que espelhem fielmente a base ideológica sobre a qual o extenso número de partidos se sustentam. Desse modo, a filiação partidária, talvez por repousarem muito mais em atendimento a interesses e estabelecimento de estratégias políticas do que em ideais ou crenças sociais, levam à percepção de que o direcionamento partidário não configura-se em bom indicador para explicar e avaliar a implementação de políticas públicas.

5. CONCLUSÕES

No presente estudo, procurou-se investigar o comportamento das despesas públicas dos municípios mineiros e sua relação com o calendário eleitoral, considerando a possibilidade de influência deste sobre as flutuações cíclicas dos gastos municipais.

Entende-se que as principais contribuições deste trabalho residem na busca por investigar entes federativos ainda não totalmente explorados pela literatura disponível, partindo-se da consideração de que fatores que não têm uma conotação exclusivamente econômica influenciam o comportamento fiscal dos municípios mineiros. Em relação à diversidade do Estado de Minas Gerais, a divisão dos municípios por mesorregiões pode ser vista como uma segunda contribuição, pois foram obtidos resultados para a totalidade dos municípios e para cada região separadamente, para a qual considerou-se todas as disparidades socioeconômicas existentes. Em relação à metodologia implementada, uma última contribuição deste estudo pode ser apresentada pelo procedimento econométrico utilizado na base de dados disponível, qual seja, uma análise para dados em painel o que permite uma avaliação mais robusta da questão levantada.

Tendo sido o objetivo do presente estudo a análise do comportamento dos gastos públicos municipais frente ao calendário das eleições municipais e a identificação de existência de ciclos político-orçamentários nos municípios mineiros, obteve-se o alcance do mesmo por meio dos procedimentos

utilizados e tratamento dispensado aos dados. De forma simplificada, os resultados obtidos a partir dos testes realizados sugerem a presença de ciclos eleitorais na maioria das mesorregiões do estado de Minas Gerais, ou seja, observou-se que para os municípios mineiros o calendário eleitoral exerce influência significativa sobre os gastos públicos.

A receita orçamentária apresenta-se como a variável que melhor explica o aumento dos gastos públicos nos anos de interesse eleitoral, indicando que o montante de gastos públicos municipais estão mais condicionados aos recursos disponíveis do que ao endividamento.

Nos períodos pré-eleitorais, algumas mesorregiões apresentaram redução das despesas, caracterizando a economia de recursos por parte dos gestores para sua aplicação nos anos de eleição. Por outro lado, em outras mesorregiões, as despesas apresentaram aumentos significativos já nessa fase, indicando a política de efetivação de investimentos que se desdobram até o período do pleito.

Os impulsos positivos da despesa orçamentária e dos gastos sociais apresentaram evidências significativas de relação com o ano eleitoral, tendo ocorrido elevações significativas nesses períodos, para o estado de Minas Gerais e para as mesorregiões separadamente.

Para o período pós-eleitoral, os resultados demonstram a diminuição do volume de gastos públicos, o que sugere um ajuste fiscal de curto prazo, como forma de compensar o excesso de despesas nos períodos anteriores.

O que pode-se perceber, frente à realidade é que os governos deveriam tomar decisões econômicas e fiscais com vistas a atender as demandas sociais. No entanto, os dirigentes estatais podem agir sem considerar as influências externas, e, ao invés de atender às demandas, o Estado pode ofertar políticas com vistas ao atendimento dos interesses dos políticos.

Dessa forma, mesmo em um regime democrático em que o eleitor para escolher seu representante, analisar o custo e o benefício de eleger um determinado candidato, com base nas suas expectativas de retorno em termos de bens públicos disponíveis e aumento de renda, o eleitor não detém informação necessária sobre os candidatos.

A busca de informações sobre os possíveis gestores dos recursos públicos nem sempre é incentivada para os eleitores, que, por considerarem ou que a informação é difícil e tem um custo elevado, ou que seu voto individual é pouco significativo perante a coletividade.

Assim, a falha no processo de escolha política é motivada, pelo menos em parte, pela ignorância do eleitor, gerada pela existência de assimetria de informações, pela qual, tendo o governo acesso às mesmas de forma privilegiada, poderá agir até os cidadãos conhecerem as referidas informações.

Observa-se que há a tendência da geração de demandas e de ofertas acima do que seria ideal, como forma de atuação oportunista dos agentes políticos, visando maximizar sua carreira, priorizando suas decisões com base nos interesses que têm.

Nesse sentido, é possível que, quanto maior a quantidade de recursos disponíveis, previstos no orçamento público, maiores são as chances de o *policymakers* conseguirem se reeleger ou a seu sucessor, até porque os gastos públicos para atendimento às demandas, ainda que acima do que seria necessário, representam uma fonte de capital político bastante significativa. Os eleitores menos favorecidos economicamente e isentos de tributação, ao agir racionalmente em sua escolha de voto, irão considerar a despesa pública como um benefício, pois gera o aumento de emprego e renda, sem custo adicional sob a forma de tributos e acabam elegendo o político que mais gasta.

Portanto, observa-se que as evidências empíricas encontradas com este estudo e sua estruturação teórica confirmaram que a análise concernente à evolução dos gastos públicos não pode restringir-se apenas a questões econômicas, pois, observou-se que fatores políticos e institucionais são significativos para explicar o desempenho fiscal de governos municipais.

5.1. Limitações e sugestões de pesquisa

Como sugestões de novas pesquisas, aponta-se a investigação sobre o comportamento dos governantes no Brasil de forma geral, estendendo-se o período de análise.

Além disso, é possível a utilização de outros recursos estatísticos para buscar os resultados propostos, como: a inclusão de defasagens para as variáveis dependentes; inclusão de *dummies* de ano no modelo; transformação da forma funcional por meio de logaritmos; utilização de outros modelos de estimação nas regressões; e a consideração de um painel não balanceado para análise.

5.2. Implicações do estudo para a gestão pública

A exigência social para que os governantes demonstrem os resultados de sua gestão vem maximizando os níveis de transparência e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos.

O volume de envolvidos no orçamento público pode transformá-lo em um instrumento de manobra eleitoral na medida em que o chefe do poder executivo pode executá-lo, visando sua permanência ou de seu partido no poder. Entretanto, considerando-se que o governo no exercício de suas funções alocativa, distributiva e estabilizadora existe para atender as demandas sociais e para proporcionar o bem-estar coletivo, as políticas governamentais não deveriam ser afetadas por tal comportamento.

Além disso, a capacidade dos eleitores em avaliar as escolhas políticas dos gestores é diferente na medida em que uma parte dos indivíduos é informada e outra não, observando os instrumentos que afetam diretamente seu consumo. Por sua vez, o governo pode inviabilizar, através de técnicas contábeis, a avaliação real dos eleitores sobre seu desempenho.

Entende-se que a busca pela *accountability* das ações governamentais exige, como fator primordial, a existência de informações confiáveis, relevantes e oportunas, sem as quais não é possível ativar os mecanismos de responsabilização dos gestores.

Dessa forma, acredita-se que a maior transparência e a divulgação de informações mais claras e confiáveis devem passar a ser uma preocupação dos tomadores de decisão, pois os diversos agentes que interagem com o Estado estão cada vez mais interessados na correta aplicação dos tributos que pagam.

REFERÊNCIAS

ALESINA, A. Macroeconomic policy in a two party system as a repeated game. **Quaterly Journal of Economics**, v. 102, p. 651-678, 1987.

ANDRADE, N.A. **Contabilidade pública na gestão municipal**. São Paulo: Atlas, 2002.

ANGÉLICO, J. **Contabilidade pública**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ARATO, A.; COHEN, J. Sociedade civil e teoria social. In: AVRITZER, L. **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

ARAÚJO, T.F. **As inter-relações entre pobreza, desigualdade e crescimento nas mesorregiões mineiras, 1970-2000**. 2007. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

BALEEIRO, A. **Uma introdução à ciência das finanças**. 16.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

BANCO DE DADOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – DATASUS. **Indicadores de saúde**. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

BERTHOUD, A. A História do pensamento econômico. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 63-73, 1999.

BITTENCOURT, J.L. **Evidências de ciclos políticos na economia brasileira:** um teste para a execução orçamentária dos governos estaduais – 1983/2000. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade:** para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, N. **Locke e o direito natural.** 2.ed. Brasília: UnB, 1997.

BORSANI, Hugo. **Eleições e economia:** instituições políticas e resultados macroeconômicos na América Latina (1979-1998). Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BRASIL. Constituição Federal (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil:** 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 03 out. 2009.

BRASIL. **Lei complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 03 out. 2009.

BRASIL. **Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 03 out. 2009.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Finanças do Brasil – FINBRA.** Brasília, 2000.

BRESSER PEREIRA, L.C. **A reforma do Estado dos anos 90:** lógica e mecanismos de controle. Brasília: MARE, 1997.

BRESSER PEREIRA, L.C. Estado, sociedade civil e legitimidade democrática. **Revista de Cultura Política**, São Paulo, n. 36, p. 85-104, 1995.

BRUNI, A.L. Estado, sociedade civil e legitimidade democrática. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 36, p. 85-104, 1995.

BRUNI, A.L. O caráter cíclico da intervenção estatal. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 115-130, 1994.

BRUNI, A.L. **SPSS aplicado à pesquisa acadêmica.** São Paulo: Atlas, 2009.

CANÇADO, P.L.; ARAÚJO JÚNIOR, A.F. **Economics and politics**: o que determina as chances de reeleição em municípios? O caso das eleições municipais de Minas Gerais – 2000. 2004. (Ibmec MG Working Paper, 26).

CANOY, M. **Estado e teoria política**. Campinas: Papirus, 1990.

CARVALHO, F.J.C. Mercado, estado e teoria econômica: uma breve reflexão. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 9-25, 1999.

CASTRO JÚNIOR, O.A. Aspectos jurídicos da gestão municipal. **Revista de Direito da Câmara Municipal do RJ**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 13, p. 48-65, 2005.

CERVO, A.I.; BERVIAN, P.A. **Metodologia científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CORRAR, L.J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J.M. **Análise multivariada**. São Paulo: Atlas, 2007.

COSSIO, F.A.B. **Ensaio sobre federalismo fiscal no Brasil**. 2002. Tese (Doutorado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

DALARI, D.A. **Elementos de teoria geral do estado**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

DI PIETRO, M.S.Z. **Direito administrativo**. 18.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

DINIZ, A.M.A.; BATELLA, W.B. O Estado de Minas Gerais e suas regiões. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 17, n. 33, p. 59-77, 2005.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

EKERMAN, R.; ZERKOWSKI, P.M. A análise teórica schumpeteriana do ciclo econômico. **Revista Brasileira de Economia**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 205-228, 1984.

ESTEY, J.A. **Ciclos econômicos**: sua natureza, causa e controle. São Paulo: Mestre Jou, 1965.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FIEMG. **Balanco da economia mineira e brasileira em 2002**. Belo Horizonte, 2002.

FERREIRA, I.F.S. **Eleições e política fiscal**: o papel das transferências voluntárias intergovernamentais, da competência administrativa e do endividamento nos ciclos político-orçamentários. 2006. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF.

FIALHO, T.M.M. Ciclos políticos: uma resenha. **Revista de Economia Política**, v. 19, n. 2, p. 131-149, 1999.

FIALHO, T.M.M. **Performance macroeconômica e política**: análise da evidência de ciclos políticos no Brasil – 1953-1995. 1996. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

FORTES, S.P.J.B. **Contabilidade pública**. 7.ed. Brasília: Franco & Fortes, 2002.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. **Boletim de conjuntura econômica**: 2.^o trimestre/2010. Belo Horizonte, 2010.

GALBRAITH, J.K. **O novo estado industrial**. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

GIACOMONI, J. **Orçamento público**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A.C. **Finanças públicas**: teoria e prática no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, G.M.; MACDOWELL, M.C. **Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios: o que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para discussão, 706).

GORDON, T.J. **Macroeconomia**. 7.ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

GUIMARÃES, T.B.; ALMEIDA, B.T. **Da estratégia aos resultados concretos**: a Experiência do Governo de Minas Gerais (2003-2005). Belo Horizonte, 2006. (Cadernos BDMG, 12).

GUJARATI, D. **Econometria básica**. 3.ed. New York: McGraw Hill, 1995.

GUSMÃO, P.D. **Filosofia do direito**. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

HAIR JÚNIOR, J.F.; ANDERSON, R.E.; TATHAM, R.L.; BLACK, W.C. **Análise multivariada de dados**. 5.ed. Bookman, 2005.

HAIR JÚNIOR, J.F.; BABIN, B.; MONEY, A.H.; SAMUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HAIR JÚNIOR, J.F.; BABIN, B.; MONEY, A.H.; SAMUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HIBBS, D.A. Political parties and macroeconomic policy. **American Political Science Review**, v. 71, n. 4, p. 1467-1487, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 set. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estimativas da população para 1.º de julho de 2009**. Brasília, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa nacional por amostras de domicílios - 2007**. Rio de Janeiro, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Microdados da educação**. Brasília, 2010.

JEANINE RIBEIRO, R. Hobbes: o medo e a esperança. In: WEFFORT, F.C. **Os clássicos da política**. São Paulo: Ática, 1991.

KALECKI, M. **Teoria da dinâmica econômica**. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas).

KASZNAR, I. **Ciclos: o desenho de curvas com altas e baixas**. Instituto Business Consultoria Internacional, 2010.

KEINERT, T.M.M. Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-1992). **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 41-48, 1994.

KELSEN, H. **Teoria pura do direito**. 7.ed. São Paulo: WMF, 2009.

KERLINGER, F.N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1980.

KEYNES, J.M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas).

KEYNES, J.M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**: inflação e deflação. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas).

KOHAMA, H. **Contabilidade pública**: teoria e prática. 6.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LIMA, E.C.P. **Privatização e desempenho econômico**: teoria e evidência empírica. Brasília: IPEA, 2003. (Texto para discussão, 532).

LIMA, M.J.G. **A dívida pública do Rio Grande do Sul**: origens de sua formação e perspectivas de futuros impactos. 2007. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Centro Universitário La Salle, Canoas, RS.

LUCIANO, F.L. **Metodologia científica e da pesquisa**. Criciúma: Ed. do Autor, 2001.

MACHADO JÚNIOR, J.T.; REIS, H.C. **A lei 4.320 comentada**. 28.ed. Rio de Janeiro: IBAM, 1999.

MACHADO JÚNIOR, J.T.; REIS, H.C. **A lei 4.320 comentada**. 31.ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2003.

MACHADO, L.A. **Grandes economistas II**: James Buchanan e as escolhas públicas. Disponível em: <<http://www.cofecon.org.br>>. Acesso em: 23 set. 2009.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MARTINS, G.A. **Estatística geral e aplicada**. 3.ed. São Paulo, Atlas, 2008.

MARTINS, G.A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas).

MATIAS, A.B.; CAMPELLO, C.A.G.B. **Administração financeira municipal**. São Paulo: Atlas, 2000.

MATIAS-PEREIRA, J. **Finanças públicas**: a política orçamentária no Brasil. São Paulo: Atlas, 2006.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de gestão pública contemporânea**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEDICI, A.C. Estado, regulação e fiscalidade: uma abordagem introdutória. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 86-100, 1991.

MEIRELLES, H.L. **Direito administrativo brasileiro**. 23.ed. São Paulo: Malheiros, 1990.

MELLO, C.A.B. **Curso de direito administrativo**. 10.ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

MELO, L.P.D. **Os determinantes políticos das finanças estaduais no Brasil, 1986-2002**. 2006. Tese (Doutorado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP.

MENDES, V.P.S. **Inovação gerencial na administração pública**: um estudo na esfera municipal no Brasil. 2000. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA.

MENDONÇA, H.F.; ARAÚJO, L.S.O. Mercado e estado: uma síntese da evolução da economia política moderna. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 601-624, 2006.

MENEGUIN, F.B.; BUGARIN, M.S. Reelection e política fiscal: um estudo dos efeitos da reeleição nos gastos públicos. **Economia Aplicada**, v. 7, n. 3, 2001.

MINAS GERAIS. **Anuário estatístico de Minas Gerais - 2000**. Belo Horizonte, 2001. v. 9.

MINAS GERAIS. Secretaria de Planejamento do Estado de Minas Gerais. **Plano mineiro de desenvolvimento integrado**. Disponível em: <<http://www.planejamento.mg.gov.br>>. Acesso em: 04 dez. 2010.

MITCHELL, W.C. **Os ciclos de negócios e suas causas**. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas).

MORAES, A. **Direito constitucional**. 18.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MORICOCCHI, L.; GONÇALVES, J.S. Teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter: uma revisão crítica. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 24, n. 8, p. 27-35, 1994.

MOTA, F.G.L. **Curso básico de contabilidade pública**. Brasília, 2005.

MUSGRAVE, R.A. **Teoria das finanças públicas**. São Paulo: Atlas, 1974.

MUSGRAVE, R.A.; MUSGRAVE, P.B. **Finanças públicas**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

NAKAGUMA, M.Y. **Ciclos políticos e resultados eleitorais**: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, SP.

NAPOLEONI, C. **Curso de economia política**. São Paulo: Graal, 1979.

NORDHAUS, W.D. The political business cycle. **Review of Economic Studies**, Bristol, England, v. 42, p. 169-190, 1975.

NUSDEO, F. **Fundamentos para uma codificação do direito econômico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

OLIVEIRA, K.V. **Os ciclos políticos**: uma análise empírica fiscal e contábil para os municípios do estado do Rio de Janeiro – 1998/2006. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

OLIVEIRA, S.L. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

OSER, J.; BLANCHFIELD, W.C. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 1983

PAULA, J.A. **Raízes da modernidade em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PESTANA, M.H.; GAGEIRO, J.N. **Análise de dados para ciências sociais**: a complementaridade do SPSS. Lisboa: Sílabo, 2005.

PINDYCK, R.; RUBINFELD, D.L. **Microeconomia**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

PINDYCK, R.; RUBINFELD, D.L. **Econometria**: modelos e previsões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder e o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

PRESTES, M.L.M. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia.** 2.ed. São Paulo: Rêspel, 2003.

PREUSLLER, A.P.S. **Um estudo empírico dos ciclos político-econômicos no Brasil.** 2001. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

PREUSSLER, A.P.S.; PORTUGAL, M.S. **Um estudo empírico dos ciclos político-econômicos no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2002. (Textos para Discussão, 5).

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/INSTITUTO DE ECONOMIA APLICADA – PNUD/FJP/IPEA. **Atlas de desenvolvimento humano do Brasil.** Rio de Janeiro, 2003. (Software).

REZENDE, F.A. Descentralização, gastos públicos e preferências alocativas dos governos locais no Brasil (1980-1994). **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 307-333, 1997.

REZENDE, F.A. **Finanças públicas.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

RIANI, F. **Economia do setor público: uma abordagem introdutória.** São Paulo: Atlas, 1986.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, J.J. **Geografia histórica da capitania de Minas Gerais.** Belo Horizonte: FJP, 2005.

ROGOFF, K. Equilibrium political budget cycles. **The Review of Economic Studies**, v. 80, n. 1, p. 21-36, 1990.

ROGOFF, K.; SIBERT, A. Elections and macroeconomic policy cycles. **The Review of Economic Studies**, v. 55, n. 1, p. 1-16, 1988.

ROSA JÚNIOR, L.E. **Manual de direito financeiro e direito tributário.** 16.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

ROSSETTI, J.P. **Introdução à economia.** 20.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SAKURAI, S.N. **Political business cycles: procurando evidências empíricas para os municípios paulistas (1989-2001).** 2004. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, SP.

SAKURAI, S.N. Testando a hipótese de ciclos eleitorais racionais nas eleições dos municípios paulistas. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 297-315, 2005.

SÁNCHEZ GAMBOA, S.A. **Epistemologia da pesquisa em educação**. Campinas: Práxis, 1996.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. 5.ed. São Paulo: Best Seller, 2000.

SANTANA, J.A. **A influência da migração no processo de envelhecimento populacional das regiões de planejamento do Estado de Minas Gerais**. 2002. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

SANTOS, F.B.T. **A construção econômica recente**. In: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS – BDMG. **Minas Gerais do século XXI**. Belo Horizonte, 2002. v. 1, cap. 1, p. 15-56.

SANTOS, I.M.N. **Aspectos comentados sobre a administração pública e os princípios administrativos**. Disponível em: <<http://www.uneb.br/artigos/principios.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2010.

SAY, J.B. **Tratado de economia política**. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas).

SCHUMPETER, J.A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas).

SILVA, H.M. **Comentários sobre uma teoria econômica da democracia**. Disponível em: <<http://www.caput.pro.br/docs/e4da3b7fbbce2.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2010.

SILVA, L.Q.; CARMO, N. **Geografia de Minas Gerais**. Belo Horizonte: FTD, 2008.

SILVA, O. **Introdução ao estudo da economia**. 5.ed. Porto Alegre: Sulina, 1989.

SILVA, V. **A dinâmica de intervenção do estado nas economias capitalistas desenvolvidas: as experiências do Reino Unido e da França**. 1998. Tese (Doutorado em Economia) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP.

SIMÃO, R.C.S. **Distribuição de renda e pobreza no Estado de Minas Gerais**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, SP.

SINGER, P. **Curso de introdução à economia política**. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas).

SOARES, C. **A relação entre fatores macroeconômicos e governança corporativa com o comportamento do mercado de capitais brasileiro**. 2008. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.

SOUZA, A.R.; ARAÚJO, V.C. O estado da reforma: balanço da literatura em gestão pública. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 54, n. 2, p. 61-98, 2003.

SOUZA, N.J. **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 1996.

TRIOLA, M.F. **Introdução à estatística**. 10.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VIDEIRA, R.A. **Ciclos políticos no Brasil**. 2010. Tese (Doutor em Economia de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Tabela 1A - Microrregiões e municípios de Minas Gerais classificados por mesorregião

Mesorregiões	Microrregiões	Municípios
CAMPO DAS VERTENTES 3 microrregiões 36 municípios	Barbacena	Alfredo Vasconcelos, Antônio Carlos, Barbacena, Barroso, Capela Nova, Caranaíba, Carandaí, Desterro do Melo, Ibertioga, Ressaquinha, Santa Bárbara do Tugúrio, Senhora dos Remédios
	Lavras	Carrancas, Ijaci, Ingaí, Itumirim, Itutinga, Lavras, Luminárias, Nepomuceno, Ribeirão Vermelho
	São João del-Rei	Conceição da Barra de Minas, Coronel Xavier Chaves, Dolores de Campos, Lagoa Dourada, Madre de Deus de Minas, Nazareno, Piedade do Rio Grande, Prados, Resende costa, Ritópolis, Santa Cruz de Minas, Santanta do Garambéu, São João del-Rei, São Tiago, Tiradentes
CENTRAL MINEIRA 3 microrregiões 30 municípios	Bom Despacho	Araújos, Bom Despacho, Dolores do Indaiá, Estrela do Indaiá, Japaraíba, Lagoa da Prata, Leandro Ferreira, Luz, Martinho Campos, Moema, Quartel Geral, Serra da Saudade
	Curvelo	Augusto de Lima, Buenópolis, Corinto, Curvelo, Felixlândia, Inimutaba, Joaquim Felício, Monjolos, Morro da Garça, Presidente Juscelino, Santo Hipólito
	Três Marias	Abaeté, Biquinhas, Cedro do Abaeté, Morada Nova de Minas, Paineiras, Pompéu, Três Marias

Continua...

Tabela 1A, Continuação

Mesorregiões	Microrregiões	Municípios
JEQUITINHONHA 5 microrregiões 51 municípios	Almenara	Almenara, Bandeira, Divisópolis, Felisburgo, Jacinto, Jequetinhonha, Joáima, Jordânia, Mata Verde, Monte Formoso, Palmópolis, Rio do Prado, Rubim, Salto da Divisa, Santa Maria do Salto, Santo Antônio do Jacinto
	Araçuaí	Araçuaí, Carai, Coronel Murta, Itinga, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Ponto dos Volantes, Virgem da Lapa
	Capelinha	Angelândia, Berilo, Capelinha, Carbonita, Chapada do Norte, Francisco Badaró, Itamarandiba, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado, Minas Novas, Turmalina, Veredinha
	Diamantina	Couto de Magalhães de Minas, Datas, Diamantina, Felício dos Santos, Gouveia, Presidente Kubitschek, São Gonçalo do Rio Preto, Senador Modestino Gonçalves
	Pedra Azul	Cachoeira de Pajeú, Comercinho, Itaobim, Medina, Pedra Azul
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE 8 microrregiões 105 municípios	Belo Horizonte	Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Confins, Contagem, Esmeraldas, Ibirité, Igarapé, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Rapossos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Vespasiano
	Conceição do Mato Dentro	Alvorada de Minas, Conceição do Mato Dentro, Congonhas do Norte, Dom Joaquim, Itambé do Mato Dentro, Morro do Pilar, Passabém, Rio Vermelho, Santo Antônio do Itambém, Santo Antônio do Rio Abaixo, São Sebastião do Rio Preto, Serro
	Conselheiro Lafaiete	Casa Grande, Catas Altas da Noruega, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Cristiano Ottoni, Desterro de Entre Rios, Entre Rios de Minas, Itaverava, Ouro Brando, Queluzito, Santana dos Montes, São Brás do Suaçuí
	Itabira	Alvinópolis, Barão de Cocais, Bela Vista de Minas, Bom Jesus do Amparo, Catas Altas, Dionísio, Ferros, Itabira, João Monlevade, Nova Era, Nova União, Rio Piracicaba, Santa Bárbara, Santa Maria de Itabira, São Domingos do Prata, São Gonçalo do Rio Abaixo, São José do Goiabal, Taquaraçu de Minas
	Itaguara	Belo Vale, Bonfim, Crucilândia, Itaguara, Itatiaiuçu, Jeceaba, Moeda, Piedade dos Gerais, Rio Manso
	Ouro Preto	Diogo de Vasconcelos, Itabirito, Mariana, Ouro Preto

Continua...

Tabela 1A, Continuação

Mesorregiões	Microrregiões	Municípios
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE	Pará de Minas	Florestal, Onça do Pitangui, Pará de Minas, Pitangui, São José da Varginha
	Sete Lagoas	Araçaí, Baldim, Cachoeira da Prata, Caetanópolis, Capim Branco, Codisburgo, Fortuna de Minas, Funilândia, Inhaúma, Jaboticatubas, Jequitibá, Maravilhas, Matozinhos, Papagaios, Paraopeba, Pequi, Prudente de Moraes, Santana de Pirapama, Santa do Riacho, Sete Lagoas
NOROESTE DE MINAS 2 microrregiões 19 municípios	Paracatu	Brasilândia de Minas, Guarda-Mor, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Grande, Paracatu, Presidente Olegário, São Gonçalo do Abaeté, Varjão de Minas, Vazante
	Unaí	Arinos, Bonfinópolis de Minas, Buritis, Cabeceira Grande, Dom Bosco, Formoso, Natalândia, Unaí, Uruana de Minas
NORTE DE MINAS 7 microrregiões 89 municípios	Bocaiuva	Bocaiuva, Engenheiro Navarro, Francisco Dumont, Guaraciama, Olhos d'Água
	Grão Mogol	Botumirim, Cristália, Grão Mogol, Itacambira, Josenópolis, Padre Carvalho
	Janaúba	Catuti, Espinosa, Gameleiras, Jaíba, Janaúba, Mamonas, Mato Verde, Monte Azul, Nova Porteira, Pai Pedro, Porteira, Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas
	Januária	Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, Icarai de Minas, Itacarambi, Januária, Juveília, Manga, Matias Cardoso, Miravânia, Montalvânia, Pedras de Maria da Cruz, Pintópolis, São Francisco, São João das Missões, Uruçuia
	Montes Claros	Brasília de Minas, Campo Azul, Capitão Enéas, Claro das Poções, Coração de Jesus, Francisco Sá, Glaucilândia, Ibiracatu, Japonvar, Juramento, Lontra, Luislândia, Mirabela, Montes Claros, Patis, Ponto Chique, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João do Pacuí, Ubai, Varzelândia, Verdelândia
	Pirapora	Buritizero, Ibiaí, Jequitai, Lagoa dos Patos, Lassance, Pirapora, Riachinho, Santa Fé de Minas, São Romão, Várzea da Palma
	Salinas	Águas Vermelhas, Berizal, Curral de Dentro, Divisa Alegre, Fruta de Leite, Indaiabira, Motezuma, Ninheira, Novorizonte, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Salinas, Santa Cruz de Salinas, Santo Antônio do Retiro, São João do Paraíso, Taiobeiras, Vargem Grande do Rio Pardo

Continua...

Tabela 1A, Continuação

Mesorregiões	Microrregiões	Municípios
OESTE DE MINAS 5 microrregiões 44 municípios	Campo Belo	Aguanil, Campo Belo, Cana Verde, Candeias, Cristais, Perdões, Santana do Jacaré
	Divinópolis	Carmo do Caju, Cláudio, Conceição do Pará, Divinópolis, Igaratinga, Itaúna, Nova Serrana, Perdígão, Santo Antônio do Monte, São Gonçalo do Pará, São Sebastião do Oeste
	Formiga	Arcos, Camacho, Córrego Fundo, Formiga, Itapeçerica, Pains, Pedra do Indaiá, Pimenta
	Oliveira	Bom Sucesso, Carmo da Mata, Camópolis de Minas, Ibituruna, Oliveira, Passa Tempo, Piracema, Santo Antônio do Amparo, São Francisco de Paula
	Piumhi	Bambuí, Córrego Danta, Doloresópolis, Iguatama, Medeiros, Piumhi, São Roque de Minas, Tapiraí, Vargem Bonita
SUL E SUDOESTE DE MINAS 10 microrregiões 146 municípios	Alfenas	Alfenas, Alterosa, Areado, Carmo do Rio Claro, Carvalhópolis, Conceição da Aparecida, Divisa Nova, Fama, Machado, Paraguaçu, Poço Fundo, Serrania
	Andrelândia	Aiuruoca, Andrelândia, Arantina, Bocaína de Minas, Bom Jardim de Minas, Carvalhos, Cruzília, Liberdade, Minduri, Passa-Vinte, São Vicente de Minas, Seritinga, Serranos
	Itajubá	Brasópolis, Consolação, Cristina, Delfim Moreira, Dom Viçoso, Itajubá, Maria da Fé, Marmelópolis, Paraisópolis, Piranguçu, Piranguinho, Virgínia, Wenceslau Braz
	Passos	Alpinópolis, Bom Jesus da Penha, Capetinga, Capitólio, Cássia, Claraval, Delfinópolis, Fortaleza de Minas, Ibiraci, Itaú de Minas, Passos, Pratápolis, São João Batista do Glória, São José da Barra
	Poços de Caldas	Albertina, Andradadas, Bandeira do Sul, Botelhos, Caldas, Campestre, Ibityra de Minas, Inconfidentes, Jacutinga, Monte Sião, Ouro Fino, Poços de Caldas, Santa Rita de Caldas
	Pouso Alegre	Bom Repouso, Borda da Mata, Bueno Brandão, Camanducaia, Cambuí, Congonhal, Córrego do Bom Jesus, Espírito Santo do Dourado, Estiva, Extrema, Gonçalves, Ipuiúna, Itapeva, Munhoz, Pouso Alegre, Sapucaí-Mirim, Senador Amaral, Senador José Bendo, Tocos do Moji, Toledo
	Santa Rita do Sapucaí	Cachoeira de Minas, Careacú, Conceição das Pedras, Conceição dos Ouros, Cordislândia, Heliodora, Natércia, Pedralva, Santa Rita do Sapucaí, São Gonçalo do Sapucaí, São João da Mata, São José do Alegre, São Sebastião da Bela Vista, Silvianópolis, Turvolândia

Continua...

Tabela 1A, Continuação

Mesorregiões	Microrregiões	Municípios
SUL E SUDOESTE DE MINAS	São Lourenço	Alagoa, Baependi, Cambuquira, Carmo de Minas, Caxambu, Conceição do Rio Verde, Itamonte, Itanhandu, Jesuânia, Lambari, Olímpio Noronha, Passa Quatro, Pouso Alto, São Lourenço, São Sebastião do Rio Verde, Soledade de Minas
	São Sebastião do Paraíso	Arceburgo, Cabo Verde, Guaranésia, Guaxupé, Itamogi, Jacuí, Juruaia, Monte Belo, Monte Santo de Minas, Muzambinho, Nova Resende, São Pedro da União, São Sebastião do Paraíso, São Tomás de Aquino
	Varginha	Boa Esperança, Campanha, Campo do Meio, Campos Gerais, Carmo da Cachoeira, Coqueiral, Elói Mendes, Guapé, Ilícinea, Monsenhor Paulo, Santana da Vargem, São Bento Abade, São Thomé das Letras, Três Corações, Três Pontas, Varginha
TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA 7 microrregiões 66 municípios	Araxá	Araxá, Campos Altos, Ibiá, Nova Ponte, Pedrinópolis, Perdizes, Pratinha, Sacramento, Santa Juliana, Tapira
	Frutal	Campina Verde, Carmeirão, Comendador Gomes, Fronteira, Frutal, Itapagipe, Iturama, Limeira do Oeste, Pirajuba, Planura, São Francisco de Sales, União de Minas
	Ituiutaba	Cachoeira Dourada, Capinópolis, Gurinhatã, Ipiacu, Ituiutaba, Santa Vitória
	Patos de Minas	Arapuá, Carmo do Paranaíba, Guimarânia, Lagoa Formosa, Matutina, Patos de Minas, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, São Gotardo, Tiros
	Patrocínio	Abadia dos Dourados, Cormandel, Cruzeiro da Fortaleza, Douradoquara, Estrela do Sul, Grupiara, Iraí de Minas, Monte Carmelo, Patrocínio, Romaria, Serra do Salitre
	Uberaba	Água Comprida, Campo Florido, Conceição das Alagoas, Conquista, Delta, Uberaba, Veríssimo
	Uberlândia	Araguari, Araporã, Canápolis, Cascalho Rico, Centralina, Indianópolis, Monte Alegre de Minas, Prata, Tupaciguara, Uberlândia
VALE DO MUCURI 2 microrregiões 23 municípios	Nanuque	Águas Formosas, Bertópolis, Carlos Chagas, Crisólita, Fronteira dos Vales, Machacalis, Nanuque, Santa Helena de Minas, Serra dos Aimorés, Umburatiba
	Teófilo Otoni	Ataleia, Catuji, Franciscópolis, Frei Gaspar, Itaipé, Ladainha, Malacachega, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Pavão, Poté, Setubinha, Teófilo Otoni

Continua...

Tabela 1A, Continuação

Mesorregiões	Microrregiões	Municípios
VALE DO RIO DOCE 7 microrregiões 102 municípios	Aimorés	Aimorés, Alvarenga, Conceição de Ipanema, Conselheiro Pena, Cuparaque, Goiabeira, Ipanema, Itueta, Mutum, Pocrane, Resplendor, Santa Rita do Itueto, Taparuba
	Caratinga	Bom Jesus do Galho, Bugre, Caratinga, Córrego Novo, Dom Cavati, Entre Folhas, Iapu, Imbém de Minas, Inhapim, Ipaba, Piedade de Caratinga, Pingo d'Água, Santa Bárbara do Leste, Santa Rita de Minas, São Domingos das Dores, São João do Oriente, São Sebastião do Anta, Tarumirim, Ubaporanga, Vargem Alegre
	Governador Valadares	Alpercata, Campanário, Capitão Andrade, Coroci, Divino das Laranjeiras, Engenheiro Caldas, Fernandes Tourinho, Frei Inocência, Galiléia, Governador Valadares, Itambacuri, Itanhomi, Jampruca, Marilac, Mathias Lobato, Nacip Raydan, Nova Mógica, Pesador, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixio, São José da Safra, São José do Divino, Sobralia, Tumiritinga, Virgolândia
	Guanhães	Braúnas, Carmésia, Coluna, Divinolândia de Minas, Dores de Guanhões, Gonzaga, Guanhões, Materlândia, Paulistas, Sabinópolis, Santa Efigênia de Minas, São João Evangelista, Sardoá, Senhora do Porto, Virginópolis
	Ipatinga	Açucena, Antônio Dias, Belo Oriente, Coronel Fabriciano, Ipatinga, Jaguarauçu, Joanésia, Marliéria, Mesquita, Naque, Periquito, Santana do Paraíso, Timóteo
	Mantena	Central de Minas, Itabirinha, Mantena, Mendes Pimentel, Nova Belém, São Félix de Minas, São João do Manteninha
	Peçanha	Água Boa, Cantagalo, Frei Lagonegro, José Raydan, Peçanha, Santa Maria do Suaçuí, São José do Jacuri, São Pedro do Suaçuí, São Sebastião do Maranhão

Continua...

Tabela 1A, Continuação

Mesorregiões	Microrregiões	Municípios
ZONA DA MATA 7 microrregiões 142 municípios	Juiz de Fora	Aracitaba, Belmiro Braga, Bias Fortes, Bicas, Chácara, Chiador, Coronel Pacheco, Descoberto, Ewbank da Câmara, Goianá, Guaraná, Juiz de Fora, Lima Duarte, Mar de Espanha, Maripá de Minas, Matias Barbosa, Olaria, Oliveira Fortes, Paiva, Pedro Teixeira, Pequeri, Piau, Rio Novo, Rio Preto, Rochedo de Minas, Santa Bárbara do Monte Verde, Santa Rita de Ibitipoca, Santa Rita de Jacutinga, Santana do Deserto, Santos Dumont, São João Nepomuceno, Senador Cortes, Simão Pereira
	Ubá	Astolfo Dutra, Divinésia, Dolores do Turbo, Guarani, Guidoal, Guiricema, Mercês, Piraúba, Rio Pomba, Rodeiro, São Geraldo, Senador Firmino, Silveirânia, Tabuleiro, Tocantins, Ubá, Visconde do Rio Branco
	Muriaé	Antônio Prado de Minas, Barão do Monte Alto, Caiana, Carangola, Divino, Espera Feliz, Eugenópolis, Faria Lemo, Fervedouro, Miradouro, Miraí, Muriaé, Orizânia, Patrocínio do Muriaé, Pedra Dourada, Rosário da Limeira, São Francisco do Glória, São Sebastião da Vargem Alegre, Tombos, Vieiras
	Manhuaçu	Abre-Campo, Alto Caparó, Alto Jequitibá, Caparó, Caputira, Chalé, Durandé, Lajinha, Luisburgo, Manhuaçu, Manhumirim, Martins, Soares, Matipó, Pedra Bonita, Reduto, Santa Margarida, Santana do Manhuaçu, São João do Manhuaçu, São José do Mantimento, Simonésia
	Ponte Nova	Acaiaca, Barra Longa, Dom Silvério, Guaraciaba, Jequeri, Oratórios, Piedade de Ponta Nova, Ponte Nova, Raul Soares, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Santo Antônio do Gramma, São Pedro dos Ferros, Sem-Peixe, Sericita, Urucânia, Vermelho Novo
	Cataguases	Além Paraíba, Argirita, Cataguases, Dona Eusébia, Estrela Dalva, Itamarati de Minas, Laranjal, Leopoldina, Palma, Pirapetinga, Recreio, Santana de Cataguases, Santo Antônio do Aventureiro, Volta Grande
	Viçosa	Alto Rio Doce, Amparo do Serra, Araponga, Brás Pires, Cajuri, Canaã, Cipotânea, Coimbra, Ervália, Lamim, Paula Cândido, Pedra do Anta, Piranga, Porto Firme, Presidente Bernardes, Rio Espera, São Miguel do Anta, Senhora de Oliveira, Teixeiras, Viçosa

APÊNDICE B

Tabela 1B - Municípios excluídos da amostra por falta de dados completos

1	Abadia dos Dourados	84	Espera Feliz	167	Oliveira Fortes
2	Abre Campo	85	Estrela do Sul	168	Oratorios
3	Acucena	86	Ewbank da Camara	169	Orizania
4	Águas Vermelhas	87	Faria Lemos	170	Ouro Fino
5	Aimores	88	Felisburgo	171	Ouro Preto
6	Almenara	89	Fortaleza de Minas	172	Padre Paraíso
7	Alpinópolis	90	Francisco Badaro	173	Paineiras
8	Alto Caparaó	91	Glaucilandia	174	Paiva
9	Alto Rio Doce	92	Goiabeira	175	Palma
10	Alvarenga	93	Gonzaga	176	Palmópolis
11	Amparo do Serra	94	Grupiara	177	Patrocínio do Muriae
12	Angelandia	95	Guarani	178	Pecanha
13	Antonio Carlos	96	Guarara	179	Pedras de Maria da Cruz
14	Araguari	97	Guarda-Mor	180	Pedro Leopoldo
15	Barão de Monte Alto	98	Ibitiura de Minas	181	Pequi
16	Belo Vale	99	Igarapé	182	Piau
17	Berizal	100	Iguatama	183	Piedade do Rio Grande
18	Biquinhas	101	Ijaci	184	Pingo d'água
19	Bocaina de Minas	102	Imbe de Minas	185	Pintópolis
20	Bom Jesus do Amparo	103	Indianópolis	186	Piranguçu
21	Bom Repouso	104	Ingai	187	Pirauba
22	Bom Sucesso	105	Inhauma	188	Planura
23	Borda da Mata	106	Ipaba	189	Pocrane
24	Bras Pires	107	Ipatinga	190	Pratinha
25	Brasília de Minas	108	Itabirinha de mantena	191	Prudente de Moraes
26	Braunas	109	Itajuba	192	Resende Costa
27	Cachoeira da Prata	110	Itamarati de Minas	193	Resplendor
28	Caete	111	Itambe do Mato Dentro	194	Rio Novo
29	Caiana	112	Itaverava	195	Rio Vermelho
30	Camacho	113	Iturama	196	Sacramento
31	Cambuquira	114	Itutinga	197	Salto da Divisa
32	Campestre	115	Jacui	198	Santa Cruz de Salinas
33	Campo Florido	116	Jacutinga	199	Santa Efigenia de Minas
34	Cana Verde	117	Jaguaracu	200	Santa Fe de Minas
35	Canapolis	118	Jampruca	201	Santa Luzia
36	Caparaó	119	Januaria	202	Santa Margarida

Continua...

Tabela 1B, Continuação

37	Capela Nova	120	Jeceaba	203	Santa Maria do Salto
38	Capinópolis	121	Jenipapo de Minas	204	Santa Maria do Suacui
39	Capitão Andrade	122	Jesuania	205	Santa Rita de Jacutinga
40	Capitão Eneas	123	Joaquim Felício	206	Santa Rita do Ibitipoca
41	Capitório	124	Jordania	207	Santa Rita do Sapucaí
42	Caputira	125	Jose Gonçalves de M.	208	Santa Rosa da Serra
43	Carandai	126	Jose Raydan	209	Santana do Jacaré
44	Careacu	127	Josenópolis	210	Santana do Riacho
45	Carmo de Minas	128	Juramento	211	São Bras do Suacui
46	Carmo do Rio Claro	129	Juruia	212	São Domingos das Dores
47	Carmópolis de Minas	130	Juvenília	213	São Domingos do Prata
48	Casa Grande	131	Lagoa Grande	214	São Francisco de Paula
49	Cascalho Rico	132	Lajinha	215	São Francisco de Sales
50	Cataguases	133	Laranjal	216	São João da Mata
51	Catas Altas	134	Limeira do Oeste	217	São João do Pacuí
52	Catas Altas da Nor.	135	Lontra	218	São João Nepomuceno
53	Catuji	136	Luminárias	219	São José da Lapa
54	Centralina	137	Luz	220	São José da Safira
55	Chale	138	Mamonas	221	São José do Goiabal
56	Chapada do Norte	139	Manhuacu	222	São José do Mantimento
57	Cipotânea	140	Manhumirim	223	São Lourenço
58	Claraval	141	Mantena	224	São Miguel do Anta
59	Coluna	142	Mar de Espanha	225	São Pedro dos Ferros
60	Conceição de Ipan.	143	Marilac	226	São Romão
61	Congonhal	144	Marliéria	227	São Sebastião Bela Vista
62	Congonhas do Norte	145	Marmelópolis	228	São Sebastião da V. Alegre
63	Contagem	146	Martinho Campos	229	São Sebastião do Oeste
64	Coqueiral	147	Mata Verde	230	Sem-Peixe
65	Coronel Fabriciano	148	Mathias Lobato	231	Senador Cortes
66	Coronel Murta	149	Matias Cardoso	232	Senhora dos Remédios
67	Corrego do Bom Jesus	150	Mato Verde	233	Serra do Salitre
68	Corrego Novo	151	Matozinhos	234	Silvianópolis
69	Crisolita	152	Mercês	235	Simonesia
70	Cristiano Ottoni	153	Mesquita	236	Taparuba
71	Crucilândia	154	Minduri	237	Tapira
72	Desterro do Melo	155	Mirabela	238	Tapirai
73	Diamantina	156	Moeda	239	Tres Corações
74	Divino das Laranjeiras	157	Monsenhor Paulo	240	Tupaciguara
75	Divisa Alegre	158	Monte Alegre de Minas	241	Uba
76	Dom Cavati	159	Munhoz	242	Umburatiba
77	Dona Euzébia	160	Mutum	243	União de Minas
78	Dores de Campos	161	Muzambinho	244	Urucuia
79	Durande	162	Nazareno	245	Vargem Alegre
80	Eloi Mendes	163	Ninheira	246	Varginha
81	Entre Folhas	164	Nova Ponte	247	Vespasiano
82	Ervalia	165	Nova Serrana	248	Vieiras
83	Esmeraldas	166	Olimpio Noronha	249	Visconde do Rio Branco
